



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
(BACHARELADO)
CENTRO ACADÊMICO DO SERTÃO/UFPE

RECIFE, 2025

SUMÁRIO

1. DADOS DO CURSO
2. HISTÓRICO DA UFPE E DO CURSO
3. JUSTIFICATIVA PARA A PROPOSTA DO CURSO
4. MARCO TEÓRICO DO CURSO
5. OBJETIVOS DO CURSO (GERAL E ESPECÍFICOS)
6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO
7. CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL
8. COMPETÊNCIAS, ATITUDES E HABILIDADES
9. METODOLOGIA DO CURSO
10. SISTEMÁTICAS DE AVALIAÇÃO
11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO
 - 11.1. QUADRO DE ESTRUTURA CURRICULAR
 - 11.2. TABELA DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR POR PERÍODO
12. ATIVIDADES CURRICULARES
 - 12.1. ATIVIDADES COMPLEMENTARES
 - 12.2. AÇÕES CURRICULARES DE EXTENSÃO – ACEX
 - 12.3. CARGA HORÁRIA EM EAD
 - 12.4. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO
 - 12.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC
13. FORMAS DE ACESSO AO CURSO
14. CORPO DOCENTE
15. SUPORTE PARA FUNCIONAMENTO DO CURSO (INCLUSIVE NOS POLOS DE EAD)
 - 15.1. RECURSOS ESTRUTURAIS (FÍSICOS E VIRTUAIS)
 - 15.2. RECURSOS HUMANOS
16. APOIO AO DISCENTE
17. ANEXOS
18. REGULAMENTO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA
19. REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NO ÂMBITO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA
20. REGULAMENTAÇÃO DAS AÇÕES CURRICULARES DE EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

1 DADOS DO CURSO

1.1 Instituição

Instituição	Universidade Federal de Pernambuco
Reitor	Alfredo Macedo Gomes
Endereço	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 Cidade Universitária CEP: 50670-901 – Recife – PE
Telefone	(81) 2126-8000
Endereço eletrônico	www.ufpe.br

1.2 O Curso de Gestão Pública

Denominação	Gestão Pública
Título Conferido	Bacharel
Modalidade	Presencial
Local de Oferta	Campus Acadêmico do Sertão – Sertânia/PE
Autorização	Autorizado pelo CCEPE em 2025
Diretrizes Curriculares	Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014
Vagas	100 (cem) anuais
Entrada	1ª entrada (40 vagas noite) 2ª entrada (40 vagas noite)
Carga Horária	3.000 horas
Duração do Curso	Mínimo: 09 semestres Máximo: 16 semestres
Turnos	Noite

2 HISTÓRICO DA UFPE E DO CURSO

2.1 Universidade Federal de Pernambuco

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ainda como Universidade do Recife (UR), teve início de suas atividades em 11 de agosto de 1946, fundada por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.338/46, de 20 de junho do mesmo ano. A Universidade do Recife compreendia a Faculdade de Direito do Recife (1827), a Escola de Engenharia de Pernambuco (1895), a Faculdade de Medicina do Recife (1895), as Escolas de Odontologia e Farmácia e de Belas Artes de Pernambuco (1932), e, por fim, a Faculdade de Filosofia do Recife (1941), sendo considerado o primeiro centro universitário do Norte e Nordeste.

Em 1948, iniciou-se a construção do Campus Universitário num loteamento na Várzea, onde hoje está localizado o Campus Recife. No ano de 1965, a Universidade do Recife passou a integrar o Sistema Federal de Educação do país, passando a denominar-se Universidade Federal de Pernambuco, na condição de autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

A UFPE possui quatro campi (Recife, Caruaru, Vitória de Santo Antão e Sertânia), oito Pró-Reitorias, cinco superintendências, quatro Órgãos Suplementares, catorze Centros Acadêmicos, sendo onze na capital, um em Vitória de Santo Antão, um em Caruaru e um em Sertânia. Além disso, a UFPE conta com dezessete polos de apoio presencial aos cursos a distância, em parceria com o Município ou o Governo do Estado e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Estes polos ampliam os espaços acadêmicos da UFPE, promovendo a interiorização dos cursos desta instituição.

A UFPE oferece 116 cursos de graduação presenciais distribuídos entre os campi, seis cursos de graduação a distância, 143 cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu (74 Mestrados Acadêmicos, 15 Mestrados Profissionais e 52 Doutorados; sendo que 34,1% destes recebeu os conceitos 5, 6 e 7 — dados de 2017) e 27 cursos de Pós-Graduação Lato Sensu entre presenciais e a distância, além de um Colégio de Aplicação. A população da universidade é de aproximadamente:

- 35.792 pessoas (dados de 2020.1), assim distribuídas: 28.989 alunos matriculados nos cursos de graduação, sendo 23.027 do Campus Recife, 3.919 do Campus do Agreste, e 1.594 do Campus Vitória. Os demais são vinculados a cursos EAD e Parfor (formação de professores);
- 2.500 docentes;
- 3.840 servidores técnico-administrativos;
- 408 alunos do Colégio de Aplicação (ensinos fundamental e médio); 55 professores do Colégio de Aplicação.

Além da excelência de seus recursos humanos, a Universidade se destaca por sua infraestrutura física, que está em expansão. As edificações em construção irão acrescentar 12.367,60 m² à área construída da UFPE.

No Campus Recife, são mais de 40 prédios, entre eles a Reitoria, 9 Centros Acadêmicos, 8 Órgãos Suplementares, Centro de Convenções, Concha Acústica, Clube Universitário, Creche, Casas dos Estudantes Masculina e Feminina e o Restaurante Universitário. Fora do campus, no Recife, encontram-se o Centro de Ciências Jurídicas, o Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias, o Centro Cultural Benfica, o Memorial de Medicina e o Núcleo de Educação Continuada. No Interior, estão o Centro Acadêmico do Agreste, em Caruaru, o Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão, localizado na Zona da Mata Norte, o Centro Acadêmico do Sertão em Sertânia.

2.2 Histórico do Curso de Gestão Pública no Brasil

O curso de Gestão Pública no Brasil tem suas origens ligadas à evolução da Administração Pública e à crescente necessidade de formar profissionais capacitados para atuar na gestão de políticas públicas e nos desafios administrativos do setor público. Embora o ensino de Administração no Brasil tenha começado a se consolidar na década de 1940, com a criação de instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o foco inicial era voltado para a formação de profissionais para o setor privado e, em menor escala, para o setor público.

Décadas de 1940 e 1950: Primeiras Iniciativas

A formação de profissionais especializados em Administração Pública iniciou-se de forma mais organizada na década de 1940, com a criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), que visava qualificar profissionais para a gestão pública no Brasil, especialmente com o crescente processo de industrialização e a necessidade de uma administração pública mais profissionalizada.

A década de 1950 foi um marco importante, pois o país viu surgir os primeiros cursos de Administração no contexto da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que tinha como principal objetivo a formação de especialistas tanto para o setor produtivo quanto para o setor público. Esses primeiros currículos de Administração, focados na formação de gestores capacitados, começaram a moldar o perfil do administrador no Brasil, criando uma base sólida para o desenvolvimento de novos cursos em instituições de ensino superior.

Década de 1960: Consolidação da Profissão

A regulamentação da profissão de Administrador na década de 1960, com a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e a definição do currículo mínimo para os cursos de Administração pelo Conselho Federal de Educação, representaram um marco na profissionalização da área. Com isso, o ensino de Administração no Brasil se consolidou, e as universidades passaram a adotar currículos que garantiam uma formação sólida, que atendessem às demandas de ambos os setores, público e privado.

Foi também nessa época que se iniciou a reflexão sobre a necessidade de qualificação específica para os profissionais que iriam atuar na gestão pública, dado o contexto de expansão do setor público e a crescente complexidade das políticas públicas.

Década de 1990: Surgimento do Curso de Gestão Pública

O curso de Gestão Pública como o conhecemos hoje começou a se estruturar na década de 1990, embora, em algumas instituições, já se oferecessem cursos de Administração Pública ou áreas afins. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por exemplo, se destacou ao criar o Departamento de Ciências Administrativas em 1975, com foco na administração pública e privada, e realizando constantes atualizações curriculares desde sua fundação, com a última reformulação curricular significativa ocorrendo em 1995.

Com o cenário de transformações econômicas, políticas e sociais que marcou as últimas décadas, o Brasil viu a necessidade de formar profissionais mais especializados e preparados para enfrentar os desafios do setor público. O contexto de globalização, descentralização administrativa e demanda por maior eficiência na gestão pública levou ao aprimoramento dos cursos voltados à Gestão Pública.

Anos 2000 em diante: Expansão e Estruturação do Curso de Gestão Pública

Nos anos 2000, o curso de Gestão Pública passou a ser amplamente ofertado por diversas instituições de ensino superior no Brasil, refletindo a crescente demanda por profissionais qualificados para gerir os complexos processos administrativos nas diferentes esferas do governo. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Gestão Pública foram formalizadas em 2006, com a Resolução CNE/CES nº 1, que estabeleceu as bases para a formação desses profissionais. A resolução orientou a estrutura do curso, estabelecendo que ele deveria ser

interdisciplinar, com foco na administração pública, planejamento e execução de políticas públicas, e na gestão de recursos humanos e financeiros no setor público. A partir dessa regulamentação, as universidades brasileiras passaram a oferecer cursos mais especializados, com ênfase no desenvolvimento de competências para a gestão pública, voltados para as necessidades do Estado brasileiro no atendimento à sociedade. Além disso, o curso de Gestão Pública passou a ser reconhecido como um campo acadêmico autônomo, com currículos que integram áreas como economia, direito, ciência política, sociologia e gestão financeira, refletindo a complexidade da administração pública e a necessidade de profissionais com visão holística e crítica.

3 JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

O curso de Gestão Pública em Sertânia-PE representa uma estratégia essencial para o fortalecimento da administração pública local e para a formação de profissionais qualificados para atuar no setor público no semiárido do Estado de Pernambuco. Ao garantir uma educação superior de qualidade alinhada às necessidades regionais e locais, o curso contribuirá para a construção de uma gestão mais eficiente, transparente e inovadora, beneficiando diretamente a população e impulsionando o desenvolvimento sustentável do município e região. A criação do curso de Gestão Pública em Sertânia-PE responde a uma demanda crescente por profissionais qualificados para atuar na administração pública e fortalecer a governança nos municípios do interior de Pernambuco. A proposta se baseia na necessidade de formação técnica e acadêmica específica para gestores públicos, alinhando-se às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e às experiências exitosas de instituições como UFMG e UFRN, entre outras.

3.1. Contexto e Relevância

3.1.1. Déficit de Profissionais Qualificados

- Em muitos municípios do interior de Pernambuco, como Sertânia, a Administração Pública ainda carece de profissionais com formação especializada para lidar com os desafios administrativos e financeiros das prefeituras.
- O curso visa atender essa lacuna, formando gestores públicos capacitados para atuar em diversos níveis da administração pública, no terceiro setor e em projetos de desenvolvimento regional.

3.1.2. Desenvolvimento Regional e Modernização da Gestão

- A implementação do curso fortalecerá a gestão local, possibilitando a formação de gestores inovadores que possam atuar na modernização dos serviços públicos.
- Além disso, a iniciativa contribui para o desenvolvimento sustentável da região, promovendo maior eficiência na aplicação de recursos públicos e impulsionando políticas de inclusão e transparência.

3.2. Base Interdisciplinar e Metodológica

3.2.1. Formação Adaptada às Demandas Locais

- O curso terá um currículo interdisciplinar que incluirá disciplinas de administração, direito, economia, ciência política e tecnologia aplicada à gestão pública.
- O modelo pedagógico incentivará a aprendizagem baseada em problemas (PBL) e a imersão prática dos alunos em projetos reais de administração pública.

3.2.2. Integração com a Comunidade

- Os estudantes serão incentivados a desenvolver trabalhos aplicados diretamente na gestão municipal, contribuindo para a melhoria dos serviços públicos em Sertânia e região.
- A ênfase em projetos de extensão universitária garantirá que o conhecimento acadêmico seja utilizado para solucionar problemas locais.

3.3. Impacto Social e Acadêmico

3.3.1. Formação de Líderes na Administração Pública

- O curso pretende capacitar profissionais para atuarem como líderes em políticas públicas, promovendo inovação e boas práticas na administração pública.
- A formação contribuirá para o fortalecimento das instituições democráticas locais, promovendo maior transparência e eficiência na gestão de recursos.

3.3.2. Inclusão e Acessibilidade

- A proposta pedagógica inclui políticas de acessibilidade e inclusão, garantindo oportunidades para estudantes de diversas realidades socioeconômicas.
- Com a oferta do curso na região, mais estudantes do interior terão acesso a uma formação superior de qualidade, reduzindo desigualdades educacionais.

3.4. Alinhamento com Políticas Nacionais de Educação e Gestão

- A proposta do curso segue as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para Administração Pública, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.
- A iniciativa reforça os compromissos institucionais de expansão do ensino superior no Brasil, promovendo o acesso à educação pública de qualidade em regiões com menor oferta de cursos superiores.

4 MARCO TEÓRICO DO CURSO

O curso de **Gestão Pública** no Brasil se fundamenta em uma série de concepções teóricas e epistemológicas que buscam formar profissionais comprometidos com a transformação social e a gestão ética e eficiente do setor público. O projeto pedagógico do curso visa à construção de um perfil de profissional crítico, reflexivo e consciente de seu papel como agente de mudança. A educação é entendida como um processo contínuo de aprendizagem que ultrapassa os limites da universidade e se estende por toda a vida profissional. Nesse sentido, a formação do estudante é pensada para que ele não apenas adquira conhecimentos técnicos, mas também se torne um cidadão ativo e responsável socialmente, preparado para enfrentar os desafios da administração pública com responsabilidade, ética e compromisso com o bem-estar coletivo.

A **concepção de ser humano** adotada no curso de **Gestão Pública** entende o indivíduo como um ser **inconcluso e em constante evolução**, alinhando-se à visão de Paulo Freire (1987), que define o ser humano como alguém em permanente busca de seu "ser mais". Essa perspectiva enfatiza a ideia de que a educação deve ir além da formação técnica, promovendo a reflexão sobre o mundo e estimulando o desenvolvimento pessoal e profissional ao longo de toda a vida. O curso, portanto, visa não só capacitar o aluno para o exercício de funções administrativas, mas também prepará-lo para ser um **agente de transformação**, capaz de atuar com senso crítico nas questões sociais, políticas e econômicas.

A **sociedade** no contexto do curso de **Gestão Pública** é vista como um sistema complexo e plural, onde as relações sociais, culturais, econômicas e políticas estão em constante mudança. O curso, portanto, busca formar gestores públicos aptos a lidar com essas complexidades, com uma visão integrada das diferentes dimensões da sociedade. A gestão pública, nesse cenário, deve ser inclusiva e orientada pela promoção de **equidade**, combatendo desigualdades e promovendo o acesso a direitos fundamentais para todos os cidadãos. Dessa forma, os estudantes são incentivados a pensar de maneira crítica sobre o impacto de suas ações na sociedade e a tomar decisões que busquem a justiça social e a sustentabilidade.

A **educação** no curso é concebida como um processo contínuo de **aprendizagem crítica e transformadora**, que não se limita aos anos de universidade. A educação superior deve ser um espaço onde os estudantes são estimulados a desenvolver competências não apenas técnicas, mas também éticas e cidadãs. Essa visão de educação, inspirada em pensadores como Paulo Freire e John Dewey, reforça a ideia de que o ensino deve ser centrado no aluno, com uma abordagem que favoreça a reflexão, a autonomia e a ação. O aluno é visto não apenas como um receptor de conhecimento, mas como um sujeito ativo no processo de construção do saber, capaz de transformar a realidade ao seu redor.

A **universidade** é entendida como um espaço de produção de **conhecimento crítico e comprometido com a transformação social**. Ela deve ser uma instituição democrática e inclusiva, aberta à diversidade de ideias e experiências, que promova a reflexão sobre as questões que afetam a sociedade. A universidade, nesse sentido, é vista não como um espaço isolado, mas como um centro de aprendizado e inovação que dialoga com as necessidades e desafios do mundo real. O curso de Gestão Pública, portanto, deve preparar os alunos para a realidade dinâmica e interconectada em que vão atuar, tornando-os capazes de lidar com as complexas questões da administração pública de maneira ética e eficaz.

O **cidadão** formado no curso de Gestão Pública é concebido como alguém **ativo e participativo**, que deve estar preparado para exercer sua cidadania de forma plena, não apenas em momentos de votação, mas em todas as ações do cotidiano que envolvem o bem comum. Esse cidadão deve ser também um **agente de mudança**, com a responsabilidade de lutar pela inclusão social, pelo acesso a direitos e pela redução das desigualdades. A formação do estudante, portanto, não é apenas uma preparação técnica, mas também uma formação para a cidadania, que visa ao fortalecimento do papel do indivíduo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O **profissional** formado no curso de Gestão Pública é visto como um **gestor público ético e reflexivo**, capaz de integrar conhecimentos técnicos e habilidades práticas para lidar com a complexidade da administração pública. Esse profissional deve ser capaz de tomar decisões informadas e equilibradas, que atendam ao interesse coletivo e à justiça social. O curso, portanto, prepara o aluno não apenas para as demandas do mercado de trabalho, mas também para as exigências sociais de um gestor público comprometido com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O **conhecimento**, no contexto do curso de Gestão Pública, é abordado de maneira **interdisciplinar**, integrando áreas como administração, economia, ciência política, direito, sociologia e ética. O conhecimento deve ser tanto **teórico quanto empírico**, com a prática sendo entendida como um campo de constante aprendizagem. A gestão pública exige que o profissional seja capaz de compreender e lidar com as diversas dimensões do poder público, das políticas públicas e da administração dos recursos do Estado, sempre com uma visão crítica e inovadora.

O **currículo** do curso de Gestão Pública é estruturado de forma a integrar as diversas áreas do conhecimento e a promover a formação de um profissional que seja capaz de lidar com os desafios da administração pública de forma ética e eficiente. O currículo busca oferecer uma formação **flexível e dinâmica**, que permita aos alunos aplicar os conhecimentos adquiridos em situações práticas e reais, desenvolvendo habilidades que os tornem aptos a responder aos desafios sociais, econômicos e políticos da atualidade. A **sistematização de ensino** é centrada

em **metodologias ativas**, que incentivam a participação dos estudantes em atividades práticas, como estágios e projetos de extensão.

Em atendimento à resolução ConsUni UFPE nº 11 de 2011¹⁹, a **acessibilidade** é um princípio fundamental do curso, que busca garantir um ambiente de aprendizagem **inclusivo e igualitário**. Isso envolve a remoção de barreiras físicas, pedagógicas e tecnológicas que possam excluir qualquer estudante do processo de ensino-aprendizagem. O curso de Gestão Pública, portanto, se compromete com a criação de condições para que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas ou de deficiência, possam ter acesso ao conhecimento e às oportunidades oferecidas pela educação superior.

A **justiça social** é outro princípio orientador do curso, que busca não apenas formar profissionais competentes, mas também cidadãos comprometidos com a **redução das desigualdades sociais**. A educação no curso de Gestão Pública visa à formação de gestores públicos capazes de implementar políticas públicas que promovam a inclusão, o acesso a direitos e o bem-estar coletivo. A acessibilidade e a inovação ganham destaque, pois são entendidas como formas de garantir que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e que o processo de ensino-aprendizagem seja constantemente atualizado e adaptado às necessidades da sociedade.

Em suma, o curso de **Gestão Pública** visa à formação de profissionais que, além de serem competentes tecnicamente, sejam também cidadãos críticos e éticos, comprometidos com a transformação social e com a melhoria das condições de vida da população. A educação no curso busca promover a reflexão sobre o papel do gestor público na sociedade, capacitando os alunos para a prática da administração pública de forma inclusiva, democrática e voltada para a justiça social.

5 OBJETIVO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

O curso de Gestão Pública tem como principal objetivo formar profissionais capacitados para atuar na administração pública, com foco na otimização dos recursos e na melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Abaixo estão alguns objetivos específicos de um curso de Gestão Pública:

- a. **Desenvolver habilidades de gestão e liderança no setor público:** O curso visa formar gestores capazes de planejar, coordenar e supervisionar atividades dentro das instituições públicas, garantindo eficiência e eficácia nos processos administrativos.
- b. **Capacitar para a tomada de decisões estratégicas:** Ensinar aos alunos como tomar decisões baseadas em dados, evidências e na legislação, sempre com o objetivo de atingir os melhores resultados para a coletividade.
- c. **Entender o funcionamento do Estado e das políticas públicas:** O curso busca fornecer um entendimento profundo sobre como o Estado funciona em suas diversas esferas (municipal, estadual e federal), além de capacitar para a elaboração e gestão de políticas públicas.
- d. **Promover a transparência e a ética na administração pública:** A ética, a transparência e a responsabilidade são valores essenciais na gestão pública, e o curso enfatiza a importância desses princípios para uma administração justa e voltada para o bem coletivo.
- e. **Preparar para a gestão de recursos públicos:** Os alunos aprendem a administrar os recursos financeiros, humanos e materiais de forma responsável, visando à eficácia das ações e evitando desperdícios, sempre respeitando as normas e leis de gestão pública.
- f. **Entender o papel do gestor público na implementação de serviços à sociedade:** O curso prepara o aluno para a gestão de serviços públicos essenciais, como saúde, educação, segurança e infraestrutura, focando na melhoria contínua e na inovação nos serviços prestados.
- g. **Promover o desenvolvimento sustentável e a inovação no setor público:** Incentiva os alunos a buscar soluções inovadoras que contribuam para o desenvolvimento sustentável das políticas públicas, com ênfase em aspectos sociais, ambientais e econômicos.

h. Preparar para o trabalho em redes e parcerias interinstitucionais: A gestão pública exige atuação em redes e parcerias com outros órgãos públicos, ONGs, empresas e sociedade civil. O curso visa desenvolver a capacidade de trabalhar colaborativamente.

i. Formar profissionais com visão crítica e analítica: O aluno é estimulado a pensar criticamente sobre os desafios da administração pública, buscando soluções criativas e eficientes para os problemas enfrentados pelos gestores públicos.

j. Oferecer conhecimentos em legislações e normativas aplicáveis ao setor público: O curso aborda a legislação vigente relacionada à administração pública, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Licitações, e outras normativas que regulam a gestão pública.

k. Desenvolver competência para a implementação de inovações tecnológicas e digitais: A introdução de tecnologias no setor público tem sido um dos grandes desafios, e o curso prepara os alunos para adotar e implementar ferramentas digitais e soluções tecnológicas para melhorar a gestão pública.

Em resumo, o curso de Gestão Pública busca formar profissionais que saibam lidar com os desafios da administração pública moderna, sempre com foco na melhoria dos serviços prestados à população e no cumprimento das funções constitucionais do Estado.

6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A formação em Gestão Pública tem como objetivo contribuir para um perfil profissional do egresso que, por meio de uma formação humanista e crítica, atue como administradores ou gestores públicos, políticos, analistas e formadores de políticas públicas nas organizações públicas das esferas municipal, estadual, nacional ou internacional, sejam elas estatais ou não, além de organizações sociais.

7 CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

O campo de atuação do administrador público formado pelo curso de Gestão Pública da UFPE-CAS é bastante amplo, de modo que ele pode atuar em organizações municipais, estaduais, federais, assim como em organizações sociais, com o intuito de exercer atividades voltadas ao Estado, ao Governo, à Administração Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas.

8 **COMPETÊNCIAS, ATITUDES E HABILIDADES**

As competências, atitudes e habilidades do curso de graduação em Gestão Pública são definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de bacharelado em Gestão Pública, por meio da resolução nº1, de 13 de janeiro de 2014 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Desta forma, espera-se que o aluno de Gestão Pública do Campus Sertão da UFPE desenvolvas as seguintes competências, atitudes e habilidades:

- reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais; e
- ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

9 METODOLOGIA

9.1. Diretrizes Gerais

O curso será estruturado com base na integração entre ensino, pesquisa e extensão, com metodologias ativas de aprendizagem e foco na resolução de problemas reais da administração pública. A metodologia do curso busca garantir formação teórica sólida e experiência prática intensa, preparando profissionais capacitados para enfrentar os desafios da administração pública em municípios de médio porte como Sertânia-PE.

9.2. Abordagem Pedagógica

- Metodologias Ativas: Uso de aprendizagem baseada em problemas (PBL), estudos de caso e simulações de gestão pública, aproximando os conteúdos teóricos das realidades da administração pública municipal e estadual.
- Projeto Integrador: Os alunos desenvolverão trabalhos práticos ao longo do curso, aplicando conceitos aprendidos para propor soluções inovadoras para desafios da administração pública.

9.3. Componentes Curriculares e Metodologia

9.3.1. Disciplinas Teóricas

- Ministradas com aulas expositivas interativas, combinando leitura crítica de textos e discussões em grupo.
- Avaliação contínua baseada em participação, fichamentos e produção de ensaios analíticos.

9.3.2. Disciplinas Práticas

- Laboratórios de Gestão Pública: Desenvolvimento de habilidades técnicas com o uso de softwares de planejamento e gestão orçamentária.
- Simulações de Tomada de Decisão: Jogos de políticas públicas para que os alunos enfrentem cenários reais e proponham soluções.

9.3.3. Extensão e Atividades Práticas

- Estágio Supervisionado: Experiência em órgãos públicos, permitindo aplicação prática do conhecimento.
- Projetos de Extensão: Parceria com a prefeitura e órgãos locais para desenvolver intervenções reais em políticas públicas.

9.4. Avaliação da Aprendizagem

A avaliação será contínua e diversificada, incluindo:

1. Participação em debates e estudos dirigidos.
2. Produção de artigos e relatórios técnicos aplicados à realidade de Sertânia.
3. Desenvolvimento de projetos interdisciplinares, alinhados aos desafios da gestão municipal.
4. Apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) na forma de projetos de intervenção pública.

9.5. Recursos Didáticos

- Plataforma de ensino virtual para suporte a conteúdos e atividades.
- Utilização de softwares de gestão pública e bancos de dados governamentais.
- Aulas interativas com estudos de caso e palestras de especialistas.

9.6 Atividades Práticas Supervisionadas

O Curso Graduação em Gestão Pública conta, também, com a possibilidade da utilização de Atividades Práticas Supervisionadas (APS) para fins de complementação de carga horária dos componentes curriculares do curso, nos termos do Art. 2º da Resolução CNE/CP no 3, de 2 de julho de 2007. A critério do/a docente responsável pelo componente curricular, é possível, então a adoção das APS, que pressupõem orientação, supervisão e avaliação das referidas atividades pelo/a docente, que deve, caso adote as APS, construir o plano de ensino do componente curricular a ser ministrado em conformidade com as orientações presentes na Resolução no 03/2023, do CEPE. De acordo com a referida resolução, são consideradas APS: estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, atividades em biblioteca, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos específicos, dentre outros, as quais poderão ser desenvolvidas no formato de atividades mediadas por tecnologia, utilizando os ambientes virtuais de aprendizagem disponibilizados pela UFPE. Por fim, o curso segue o determinado na Resolução nº 05/2025, do CEPE, em razão de eventos climáticos extremos, ocorrências de desastres, circunstâncias de grave insegurança social ou eventos críticos que afetem a coletividade.

9.7 Acessibilidade metodológica

A acessibilidade metodológica empregada segue os padrões estabelecidos pela Resolução nº 11/2019 CONSUNI/UFPE. Assim, são utilizadas estratégias de ensino, recursos didático-pedagógicos acessíveis, recursos de tecnologia assistiva, oferta para docentes e técnico- administrativos de formação continuada para o aperfeiçoamento dos processos de ensino e de aprendizagem, bem como o desenvolvimento profissional com foco no atendimento

em acessibilidade e inclusão educacional; tradutor e intérprete de Libras, leitor e transcritor além de outros apoios especializados que se julguem necessários, conforme a especificidade apresentada. O Núcleo de Acessibilidade da UFPE (NACE/UFPE) tem por finalidade apoiar e promover a acessibilidade aos estudantes com mobilidade reduzida, transtorno do espectro autista em atendimento a Lei 12.764/2012, transtorno funcional específico da aprendizagem, transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação. As atividades do NACE são regulamentadas pela Portaria Normativa nº 04/2016.

10 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

A sistemática de avaliação do curso garantirá transparência, inclusão e melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem, formando profissionais qualificados para a gestão pública. A proposta garante um processo contínuo, formativo e somativo, visando aprimorar a formação acadêmica e profissional dos discentes.

10.1. Princípios da Avaliação

A avaliação será orientada pelos seguintes princípios:

- Contínua e processual: Deve acompanhar a evolução do estudante ao longo do curso.
- Qualitativa e quantitativa: Combinará instrumentos diversificados, incluindo provas, trabalhos, atividades práticas e participação em debates.
- Feedback e aprimoramento: A avaliação servirá como um mecanismo de retroalimentação para ajustes curriculares e pedagógicos.

10.2. Avaliação da Aprendizagem

A avaliação das aprendizagens dos estudantes, no âmbito do Curso, será orientada pela concepção explicitada no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPE. Tem como finalidade favorecer a análise do percurso de aprendizagem pelo próprio estudante, apoiada pelas intervenções dos professores, de maneira que sejam aprimorados seus níveis de aprofundamento teórico, de argumentação, de articulação entre teoria e prática, de construção autônoma e de questionamento crítico.

No que se refere à qualificação das aprendizagens dos estudantes para fins de certificação de aprovação ou reprovação, a UFPE adota a Resolução nº 04/94-CCEPE, vigente, que regulamenta os critérios de frequência e rendimento escolar. Além disso, considerando que esta Resolução, ainda que vigente, está em descompasso em algum momento com o prescrito na Lei 9394/1996, é considerado o texto da referida Lei em caso de discordância. Os critérios avaliativos do curso seguem as normativas institucionais vigentes e incluem a realização de, no mínimo, dois exercícios escolares ao longo do período letivo, cuja média aritmética (MO) será utilizada como referência para progressão acadêmica; nota mínima exigida para aprovação direta de 7,0; nota mínima para habilitação à prova final de 3,0; cálculo da média final pela fórmula $MF = (MO + PF)/2$, onde PF corresponde à nota da prova final; nota mínima para aprovação na prova final de 3,0; média final mínima necessária para aprovação na disciplina de 5,0; e frequência mínima obrigatória de 75% da carga horária das aulas teóricas e práticas, computadas separadamente.

10.2.1 Instrumentos de Avaliação

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem será composta por múltiplos instrumentos:

- Provas escritas e orais (individuais e em grupo).
- Trabalhos acadêmicos (artigos, relatórios técnicos e estudos de caso).
- Seminários temáticos e apresentações públicas.
- Elaboração de diagnósticos e relatórios técnicos voltados à gestão pública.
- Participação em atividades práticas, como visitas técnicas e simulações de gestão.

10.2.2. Critérios de Avaliação

- Desempenho Acadêmico: Os estudantes devem alcançar nota mínima de 60 pontos (escala de 0 a 100) para aprovação.
- Frequência Obrigatória: O aluno deve comparecer a pelo menos 75% das atividades acadêmicas para ser aprovado.
- Engajamento e participação ativa em atividades de classe e projetos de extensão.

10.3 Acessibilidade na sistemática de avaliação

Para o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes com deficiências será assegurada a acessibilidade, conforme determina a LDBEN (Lei 9394/1996, art. 59) e o Decreto 5626/2005, além da resolução institucional ConsUni UFPE nº 11 de 2019. Para isso, alguns encaminhamentos devem ser levados em consideração em cada situação de ensino, de aprendizagem e de avaliação. No caso do estudante surdo, orienta-se que seja garantida a acessibilidade comunicacional por meio de um tradutor/intérprete de Libras. Além disso, devem ser utilizados recursos visuais durante as aulas, bem como legendas dos vídeos a serem exibidos, como forma de promover a acessibilidade metodológica. Por se tratar de um aprendiz de segunda língua (L2), deve-se considerar a existência do uso de duas línguas por parte do estudante surdo, logo, em relação à avaliação, deve-se dar mais importância ao conteúdo, ao aspecto cognitivo de sua linguagem, à coerência e à sequência lógica das ideias, do que à forma. No que se refere à correção das provas escritas, deve-se “valorizar o aspecto semântico, reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa” (Decreto 5626/2005, art. 14, item VI). Para assegurar a acessibilidade do estudante com deficiência intelectual, orienta-se que o docente realize a adaptação curricular descrevendo os conteúdos mínimos necessários, a partir de um planejamento individualizado. Respeitando o planejamento, o estudante poderá se favorecer de adequações curriculares fazendo o uso de recursos visuais, de sínteses de informações, e respeito à sua temporalidade própria, tanto nos momentos de aprendizagem quanto nos de avaliação. No caso do estudante com Transtorno do Espectro Autista

(TEA) é importante que o docente faça a adaptação curricular e realize a adequação dos materiais acadêmicos a serem utilizados no componente curricular e nos processos avaliativos. Deve ser priorizado o uso de recursos visuais e uma maior aproximação dos conceitos à realidade dos estudantes, valorizando os aspectos concretos, mais palpáveis, de sua experiência sensível. Além disso, é importante que o professor apresente seu plano de ensino, com cronograma detalhado por aula, para que haja uma melhor organização psíquica do estudante com TEA — em atendimento à resolução ConsUni UFPE nº 11 de 2019. Para os estudantes com deficiência visual, é fundamental saber diferenciar se o estudante é cego ou se tem baixa visão, dado que a atuação para cada uma destas condições será diferente. É importante que o professor realize uma sondagem acerca de qual o melhor mediador de leitura para garantir as aprendizagens, ou seja, qual o recurso de Tecnologia Assistiva que irá ajudar o estudante na leitura dos textos acadêmicos. Além disso, é imprescindível o uso do recurso de áudio-descrição tanto das aulas, como dos processos avaliativos e dos materiais didáticos. Da mesma forma, também é imprescindível que o estudante tenha direito a ter um leitor para sua avaliação e realize uma prova em Braille ou outros formatos que lhe sejam acessíveis. Para o estudante com Altas Habilidades/Superdotação, faz-se necessário que seja ofertada uma aceleração curricular e a inserção do estudante em programas de iniciação científica e em grupos de pesquisa para que ele possa desenvolver as suas altas habilidades. É importante também atentar para a interação social do estudante nas disciplinas e com o seu grupo. Assim, realizar trabalhos em grupo pode favorecer a troca de experiências com o grupo-classe, promovendo sua integração social. Para cumprir seu compromisso de assegurar acessibilidade para os estudantes com deficiências e atendimento educacional especializado (AEE) para os superdotados, o Curso tem como o Núcleo de Acessibilidade da UFPE (NACE). Através dessa parceria é possível oferecer aos professores que tenham estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, surdez, altas habilidades/superdotação, sugestões de encaminhamentos e de metodologias alternativas, quer nas questões didáticas, quer nas formas de avaliação.

10.4. Avaliação Institucional - Resolução nº 10/2017 – CEPE/UFPE

Além da avaliação individual do estudante, o curso passará por avaliações institucionais periódicas para garantir a qualidade do ensino e a adequação do currículo.

10.4.1. Monitoramento do Desempenho Acadêmico

- Taxas de evasão e retenção serão analisadas anualmente.
- Desempenho no ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) será considerado como indicador de qualidade.

10.4.2. Autoavaliação Docente e Discente - Res. CEPE UFPE nº10/2017 e IN Prograd nº02/2021

- Aplicação de questionários semestrais para identificar dificuldades e melhorias no curso.
- Revisão do currículo e metodologias com base nos resultados das avaliações.

10.5. Avaliação do Projeto Pedagógico - Res. CCEPE UFPE nº01/2013

O curso será submetido a um processo contínuo de avaliação do projeto pedagógico, liderado pelo NDE, permitindo ajustes conforme necessário. Isso incluirá: (1) Semana de Avaliação e Planejamento (SAP), realizada anualmente com professores e alunos; (2) Pesquisas com egressos para entender a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, (3) Relatórios de autoavaliação trienais, que serão enviados à Comissão Própria de Avaliação (CPA).

10.6 Acompanhamento do egresso

O acompanhamento do egresso é uma importante fonte de informação para possíveis reformulações e reestruturações do curso. O curso de Gestão Pública CAS contará com o envio periódico de formulários aos egressos para colher informações das primeiras vivências profissionais. Outra fonte de informação será o portal do egresso - <https://sites.ufpe.br/portalegressos/>, que será amplamente divulgado entre os egressos.

11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

O curso de Gestão Pública visa desenvolver a autonomia do aluno, sendo essa uma condição elementar da organização didático-pedagógica com vistas a atingir o objetivo de formar profissionais críticos e reflexivos e, ao mesmo tempo, desenvolver um *ethos* republicano na busca do interesse público na gestão pública. Assim, a partir das diversas atividades acadêmicas, busca-se desenvolver tanto a perspectiva técnica da gestão pública quanto os elementos políticos envolvidos, a partir da perspectiva de que a gestão pública existe para atender ao interesse público, sendo, portanto, inerentemente relacionada à política, vista como o espaço de manifestação das preferências e de resolução de conflitos relativos aos bens públicos. Nessa perspectiva, privilegia-se a ótica interdisciplinar, bem como a articulação entre teoria e prática, incentivando atividades no âmbito de organizações estatais ou da sociedade civil que se articulam com as primeiras na produção de serviços públicos ou no exercício do controle democrático da gestão pública.

A estrutura curricular do curso de Gestão Pública segue as Normas Gerais de Graduação da UFPE, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da área de Gestão Pública e as demais normativas emitidas por instâncias nacionais e da UFPE.

Em consonância com as DCN da área de Gestão Pública, os conteúdos que compõem a formação em Gestão Pública têm por referência uma perspectiva histórica e contextualizada, estando em consonância com os valores públicos, o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural do país. Esses conteúdos são organizados em formação básica e formação profissional.

São conteúdos de formação básica:

- Conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conhecimentos de Administração, de Finanças Públicas, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- Conteúdos ético-profissionais e os relacionados à gestão da informação;
- Conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita e expressão;
- Conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiro.

São conteúdos de formação profissional:

- Conteúdos sobre governos e políticas públicas comparadas;
- Conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos;
- Conteúdos de caráter instrumental relativos à formulação e gestão de planos e projetos de intervenção, avaliação de políticas e outros;
- Conteúdos complementares ou especializados, que visem ao aprofundamento de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

O desenvolvimento de atividades acadêmicas, de pesquisa e práticas extensionistas, no âmbito do curso, atualmente contempladas como atividades complementares do curso, refletem a proposta de ampliação do conceito de currículo, a busca por **maior flexibilidade e interdisciplinaridade** em sua construção e a preocupação, cada vez mais intensa, do corpo docente, com a articulação da teoria com a prática que se fazem, de forma mais intensa, nos componentes curriculares de “Metodologia da Pesquisa” e “Oficinas”, a saber:

- Oficina de gestão de pessoas e qualidade de vida dos servidores;
- Oficina de sustentabilidade ambiental;
- Oficina de análise da comunicação pública e do discurso político;
- Oficina de envelhecimento e sistema previdenciário;
- Oficina de planejamento, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas;
- Oficina de gestão de projetos públicos;
- Oficina de estudos de combate à corrupção.

Cabe mencionar que a **Política Nacional de Educação Ambiental** - Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto no 4.281 de 25 de junho de 2002, estão contemplados, no curso de Gestão Pública, de forma direta no componente obrigatório “Oficina de sustentabilidade ambiental”. O curso, ainda, contemplará de forma transversal a abordagem de diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) como:

- ✓ ODS 2 – Fome zero e Agricultura Sustentável;
- ✓ ODS 4 – Educação de Qualidade;
- ✓ ODS 6 – Água Potável e Saneamento;
- ✓ ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico;
- ✓ ODS 10 – Redução das Desigualdades;
- ✓ ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.

Consoante com **As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana** (Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004) e procurando garantir a disseminação de uma consciência e postura sem barreiras de atitude étnico-raciais, a temática de relações étnico-raciais está contemplada nos componentes curriculares obrigatórios “Estudos do Nordeste, etnologia e identidade” e “Movimentos sociais e representação popular”, e nos componentes curriculares eletivos “Relações raciais” e “Negros e relações interétnicas”.

A oferta do componente curricular Libras, como eletivo, atende o **decreto nº 5.626/2005**, cujo objetivo é promover a inclusão daqueles com deficiência auditiva, e à **Lei nº 13.146/2015, inciso XIV do artigo 28**, no que se refere à inclusão do tema PCD em conteúdos curriculares.

Atendendo às Diretrizes Nacionais para a **Educação em Direitos Humanos - Res. 01/2012 CNE-CP** – o curso de Gestão Pública oferta, mais especificamente, os componentes curriculares obrigatórios “Teorias da democracia”, “Movimentos sociais e representação popular”, “Cidadania e Direitos Humanos” e “Estado democrático de direitos e estado de bem-estar social”.

As atividades de conclusão de curso são formadas por Estágio Curricular Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso. As atividades de Estágio podem ser realizadas em organizações empresariais, governamentais ou sociais. O estudante deverá ter cursado todos os componentes curriculares até o 5º período como requisito mínimo para o seu ingresso no estágio curricular supervisionado.

Somados as Disciplinas Obrigatórias, Eletivas e o Estágio Curricular Supervisionado, além das atividades complementares e de Acex, o curso está organizado num total de 3.000 (três mil) horas/aula. Existe a opção para registro como parte das 90 (noventa) horas previstas para disciplinas eletivas, a carga horária atendida nas modalidades de disciplinas livres e ou de eletivas do perfil, visando tornar o curso flexível e interdisciplinar.

É considerada Disciplina Eletiva Livre a disciplina de conteúdo não obrigatório que não tenha o seu conteúdo equivalente às disciplinas do curso, cursada em cursos de bacharelado reconhecidos pelo MEC ou em Instituições conveniadas com a UFPE.

11.1 TABELA DA ESTRUTURA CURRICULAR

(PERFIL XXXX) - Válido para os alunos ingressos a partir de 2025

Sigla Dept.	Componentes Obrigatórios	Carga Horária			Créditos	CH Total		
	CICLO GERAL OU CICLO BÁSICO	Teo	Prá	Acex			Pré- Requisitos	Correquisi- tos
	Matemática	60			4	60		
	Introdução à Administração	60			4	60		
	Sociologia das Organizações Públicas	60			4	60		
	Filosofia e Ética na Gestão Pública	60			4	60		
	Teoria Geral do Estado	60			4	60		

CICLO PROFISSIONAL OU TRONCO COMUM								
	Economia	60			4	60		
	Teoria Geral da Administração	60			4	60	Introdução à Administraçã o	

	Oficina de Estudos de Problemas Locais	30	30		3	60		
	Metodologia da Pesquisa	60			4	60		
	Teoria Política	60			4	60	Teoria Geral do Estado	
	Economia Brasileira e Regional	60			4	60	Economia	
	Psicologia e Comportamento Organizacional	60			4	60		
	Oficina de Sustentabilidade Ambiental	30	30		3	60		
	Aspectos Legais da Gestão Pública	60			4	60	Teoria Geral do Estado	
	Instituições Políticas	60			4	60	Teoria Política	
	Métodos Quantitativos	60			4	60	Matemática	
	Fundamentos da Gestão Pública	60			4	60		
	Oficina de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida dos Servidores	30	30		3	60		
	Direito Administrativo	60			4	60	Aspectos Legais da Gestão Pública	
	Políticas Públicas	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	Demografia e Indicadores Sociais	60			4	60	Métodos Quantitativos	
	Federalismo Fiscal Brasileiro	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	Oficina de Análise da Comunicação Pública e do Discurso Político	30	30		3	60		
	Gramáticas Políticas e Grupos de Interesse	60			4	60	Instituições Políticas	
	Democracia Digital e Governo Eletrônico	60			4	60		
	Sistema de Controle Público	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	Orçamento Público	60			4	60	Federalismo Fiscal Brasileiro	
	Oficina de Envelhecimento e Sistema Previdenciário	30	30		3	60		
	Movimentos Sociais e Representação Popular	60			4	60	Filosofia e Ética na Gestão Pública	

	Cidadania e Direitos Humanos	60			4	60	Filosofia e Ética na Gestão Pública	
	Inovação e Transformação Industrial	60			4	60		
	Gestão Patrimonial, Licitação e Compras Públicas	60			4	60	Orçamento Público	
	Oficina de Planejamento, Formulação, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	30	30		3	60		
	Serviços Públicos	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	Reforma do Estado	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	Estado Democrático de Direito e Estado de Bem-Estar Social	60			4	60	Teoria Política	
	Governança no Setor Público	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	Oficina de Gestão de Projetos Públicos	30	30		3	60		
	Gestão de Risco	60			4	60	Sistema de Controle Público	
	TCC	30			2	30		
	Oficina de Estudos de Combate à Corrupção	30	30		3	60		
	Estágio Curricular Supervisionado		120		4	120		

COMPONENTES ELETIVOS								
	Gênero e Políticas Públicas	60			4	60	Cidadania e Direitos Humanos	
	Teorias da Democracia	60			4	60	Teoria Política	
	Estudos do Nordeste, Etnologia e Identidade	60			4	60		
	Política e Gestão em Ciência e Tecnologia	60			4	60	Inovação e Transformação Industrial	
	Relações Internacionais	60			4	60	Teoria Política	

	Economia do Setor Público	60			4	60	Economia	
	Gestão de Organizações da Sociedade Civil	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	Teorias da Decisão	60			4	60	Economia	
	Teoria dos Jogos	60			4	60	Economia	
	Relações Estado-Empresa	60			4	60	Gramáticas Políticas e Grupos de Interesse	
	Comportamento Político	60			4	60	Gramáticas Políticas e Grupos de Interesse	
	Seminário Temático em Gestão Pública	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	Seminário Temático em Análise Política	60			4	60	Gramáticas Políticas e Grupos de Interesse	
	Seminário Temático em Políticas Públicas	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	Gestão de Processos	60			4	60	Sistema de Controle Público	
	Gestão em Saúde Pública	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	Relações Trabalhistas	60			4	60	Aspectos Legais da Gestão Pública	

	Análise Administrativa	60			4	60	Sistema de Controle Público	
	Processos de Integração Regional	60			4	60	Economia Teoria Política	
	Tópicos Especiais em Análise Política	60			4	60	Gramáticas Políticas e Grupos de Interesse	
	Tópicos Especiais em Gestão Pública	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	Tópicos Especiais em Políticas Públicas	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	Gestão da Educação Básica Pública	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	Cultura Organizacional	60			4	60	Sociologia das Organizações Públicas	
	Política Externa	60			4	60	Economia	
	Análise Institucional	60			4	60	Sociologia das Organizações Públicas	
	Globalização e Política Internacional	60			4	60	Economia Teoria Política	
	Relações Sindicais	60			4	60	Aspectos Legais da Gestão Pública	

	História das Ideias Políticas	60			4	60	Gramáticas Políticas e Grupos de Interesse	
	História do Pensamento Político Brasileiro	60			4	60	Gramáticas Políticas e Grupos de Interesse	
	Mídia e Redes Sociais	60			4	60	Democracia Digital e Governo Eletrônico	
	Direito Agrário	60			4	60	Aspectos Legais da Gestão Pública	
	Sociologia	60			4	60		
	Relações Raciais	60			4	60		
	Negros e Relações Interétnicas	60			4	60		
	Libras	60			4	60		

11.2 TABELA DOS COMPONENTES CURRICULARES POR PERÍODO

	COMPONENTES OBRIGATÓRIOS	Carga Horária			Créditos	CH Total		
Sigla Dept.	CICLO PROFISSIONAL	Teo	Prát	Acex			Pré- Requisitos	Correquisitos
	1º PERÍODO							
	Matemática	60			4	60		
	Introdução à Administração	60			4	60		
	Sociologia das Organizações Públicas	60			4	60		
	Filosofia e Ética na Gestão Pública	60			4	60		
	Teoria Geral do Estado	60			4	60		
	TOTAL	300 HORAS						

	2º PERÍODO							
	Economia	60			4	60		
	Teoria Geral da Administração	60			4	60	Introdução à Administração	
	Oficina de Estudos de Problemas Locais	30	30		3	60		
	Metodologia da Pesquisa	60			4	60		
	Teoria Política	60			4	60	Teoria Geral do Estado	
	TOTAL	300 HORAS						
	3º PERÍODO							
	Economia Brasileira e Regional	60			4	60	Economia	
	Psicologia e Comportamento Organizacional	60			4	60		
	Oficina de Sustentabilidade Ambiental	30	30		3	60		
	Aspectos Legais da Gestão Pública	60			4	60	Teoria Geral do Estado	
	Instituições Políticas	60			4	60	Teoria Política	
	TOTAL	300 HORAS						
	4º PERÍODO						Matemática	
	Métodos Quantitativos	60			4	60		
	Fundamentos da Gestão Pública	60			4	60		
	Oficina de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida dos Servidores	30	30		3	60	Aspectos Legais da Gestão Pública	
	Direito Administrativo	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	Políticas Públicas	60			4	60	Matemática	
	TOTAL	300 HORAS						
	5º PERÍODO							
	Demografia e Indicadores Sociais	60			4	60	Métodos Quantitativos	
	Federalismo Fiscal Brasileiro	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	

	Oficina de Análise da Comunicação Pública e do Discurso Político	30	30		3	60		
	Gramáticas Políticas e Grupos de Interesse	60			4	60	Instituições Políticas	
	Democracia Digital e Governo Eletrônico	60			4	60		
	TOTAL	300 HORAS						
	6º PERÍODO							
	Sistema de Controle Público	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	Orçamento Público	60			4	60	Federalismo Fiscal Brasileiro	
	Oficina de Envelhecimento e Sistema Previdenciário	30	30		3	60		
	Movimentos Sociais e Representação Popular	60			4	60	Filosofia e Ética na Gestão Pública	
	Cidadania e Direitos Humanos	60			4	60	Filosofia e Ética na Gestão Pública	
	TOTAL	300 HORAS						
	7º PERÍODO							
	Inovação e Transformação Industrial	60			4	60		
	Gestão Patrimonial, Licitação e Compras Públicas	60			4	60	Orçamento Público	
	Oficina de Planejamento, Formulação, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	30	30		3	60		
	Serviços Públicos	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	

	Reforma do Estado	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	TOTAL	300 HORAS						
	8º PERÍODO							
	Estado Democrático de Direito e Estado de Bem-Estar Social	60			4	60	Teoria Política	
	Governança no Setor Público	60			4	60	Fundamentos da Gestão Pública	
	Oficina de Gestão de Projetos Públicos	30	30		3	60		
	Gestão de Risco	60			4	60	Sistema de Controle Público	
	TCC	30			2	30		
	TOTAL	270 HORAS						
	9º PERÍODO							
	Oficina de Estudos de Combate à Corrupção	30	30		3	60		
	Estágio Curricular Supervisionado		120		10	120		
	TOTAL	180 HORAS						
	TOTAL GERAL	2.550 HORAS						

Síntese de Carga Horária do Curso	
Componentes Obrigatórios	2.430
Componentes Eletivos e livres do Perfil	90
Estágio Supervisionado	120
Atividades Complementares	60
Ações Curriculares de Extensão	300
Carga Horária Total	3.000

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Tempo Mínimo*	9
Tempo Médio	
Tempo Máximo*	16

12 ATIVIDADES CURRICULARES

12.1 – ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES (AAC)

As Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) correspondem àquelas práticas acadêmicas de caráter científico, cultural e acadêmico, que buscam ampliar o currículo e enriquecer o perfil do formando. No curso de Gestão Pública, elas abrangem atividades realizadas no âmbito da UFPE e de outras instituições de ensino, incluindo instituições de ensino superior no exterior. O reconhecimento da AAC deve ser solicitado pelo aluno ao Colegiado do Curso de Gestão Pública, nos termos definidos na Resolução nº 12/2013 do CCEPE/UFPE e devem ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

No Curso de Gestão Pública são consideradas Atividades Complementares as seguintes modalidades:

- As atividades de monitoria, projetos de pesquisa, iniciação científica, projetos de extensão e programa especial de treinamento (PET) comprovadas por documentos comprobatórios emitidos pelas respectivas Pró- Reitorias.
- As atividades realizadas nas Empresas Juniores da UFPE que deverão ser comprovadas mediante documento específico emitido pela Empresa Júnior e com assinatura da Presidência.
- As participações e apresentações de trabalhos em eventos científicos qualificados no Qualis/Capes tendo necessária a comprovação mediante certificado(s).

Atividades Acadêmicas Complementares

Atividade	Carga horária (CH)	Créditos	CH máxima por atividade
Monitoria	60	4	120
Projetos de pesquisa	60	4	60
Iniciação científica	60	4	120
Projetos de extensão	60	4	120
Programa especial de treinamento (PET)	60	4	120
Atividades realizadas na Empresa Junior	30	2	60
Participação em eventos científicos	30	2	60
Apresentação de trabalho em evento científico	30	2	60

Participação em congressos	15	1	30
Participação em seminários	15	1	30
Participação em grupo de estudos	15	1	30
Trabalho Apresentado/Publicado em Anais Científicos	30	2	60
Trabalho Publicado em Periódico Científico Qualis A	60	4	120
Trabalho Publicado em Periódico Científico Qualis B1	60	4	120
Trabalho Publicado em Periódico Científico Qualis B2 e B3	30	2	60
Trabalho Publicado em Periódico Científico Qualis B4 e B5	30	2	60
Vivência Profissional Complementar	30	2	30

Em seu conjunto, o aluno poderá registrar até um total de 360 (trezentas e sessenta) horas de atividades acadêmicas complementares.

12.2 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio é o período de exercício pré-profissional, do Curso de Gestão Pública em que o aluno permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, desenvolvendo atividades profissionalizantes, programadas ou projetadas, avaliáveis, com duração limitada e supervisão docente.

Suas finalidades podem ser descritas como sendo a de proporcionar ao aluno Curso de Gestão Pública aprendizagem teórico-prática, visando seu processo de formação profissional; possibilitar ao aluno a imersão em organizações para compreensão, análise e intervenção da realidade profissional, no âmbito de sua formação; complementar a formação acadêmica e desenvolver atividades rotineiras realizadas em organizações.

Constituem campos de estágio instituições de direito público e privado e a própria Universidade. Em outras palavras, organizações que atuam em ambientes de qualquer porte, de qualquer natureza e de qualquer segmento econômico, desde que permitam ao aluno acompanhar o trabalho na sua área de formação, especificamente nos processos de produção, armazenamento, recuperação e utilização de informações.

Nestas, o discente terá a oportunidade de realizar planejamento e execução conjuntas das atividades de estágio; aprofundar conhecimentos teórico-práticos do campo específico de formação, como, por exemplo a geração, análise, controle, acesso e utilização da informação; assessoria, consultoria e prestação de serviços no campo de públicas; gerenciamento de unidades organizacionais; elaboração de planos e projetos públicos; análise de legislação e elaboração de políticas públicas; gestão de projetos públicos de diversas naturezas; vivenciar

situações reais de vida e trabalho no campo profissional e experienciar processos de avaliação e auto avaliação.

As disposições da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, representam uma evolução na política pública de emprego para jovens no Brasil, ao reconhecer o estágio como um vínculo educativo-profissionalizante, supervisionado e desenvolvido como parte do projeto pedagógico e do itinerário formativo do educando. São concepções educativas e de formação profissional para dotar o estagiário de uma ampla cobertura de direitos capazes de assegurar o exercício da cidadania e da democracia no ambiente de trabalho.

A UFPE segue rigorosamente a Lei do Estágio. Este tem foco no estudo de situações problemas em uma organização. As atividades de Estágio podem ser realizadas em organizações empresariais, governamentais ou sociais.

O estágio no Curso de Gestão Pública poderá ser obrigatório ou não-obrigatório. O Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. O Estágio não-obrigatório, por sua vez, é aquele desenvolvido como atividade opcional e não é acrescido à carga horária regular do curso. O estágio obrigatório, como ato educativo escolar supervisionado, é acompanhamento por um professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

Como determinam as Diretrizes Curriculares de 2014 estabelecidas pelo MEC, o Estágio Supervisionado é obrigatório, mas não há indicação de carga horária mínima dos Cursos de Gestão Pública do país. Dessa forma, fica determinado 120 horas para o componente curricular Estágio Supervisionado. Será ofertado no 9º período e seguirá as deliberações aprovadas no Regulamento dos Estágios do Curso de Gestão Pública da UFPE, julgado e referendado pelo Colegiado do Curso de Gestão Pública.

Para realizar o estágio obrigatório o/a estudante o/a estudante deverá ter cursado todos os componentes curriculares até o 5º período como requisito mínimo para o seu ingresso no estágio curricular supervisionado.

Para os estágios não obrigatórios inexistem uma abordagem minuciosa das atividades desempenhadas pelo aluno. Já no obrigatório, existe uma intensa preocupação e acompanhamento por parte da Coordenação. Nesse caso, um professor é indicado pela Coordenação do curso de Gestão Pública para coordenar todos os trabalhos de estágio. Assim, o coordenador de estágio verifica todo o aparato legal. Em um primeiro momento todos os contratos são escrutinados por este coordenador de estágio, para verificar se as organizações cedentes estão devidamente cadastradas na UFPE. Paralelamente é verificada a condição do discente, analisando se está apto para realizar o estágio seguindo as normas mencionadas. Um orientador

de estágio é escolhido pelo aluno, dentro da especialidade de seu trabalho. Todo este processo segue ritos e formalidades acompanhadas pelo coordenador de estágio e do Curso. Um plano de trabalho deve ser aprovado tanto pelo Orientador de estágio, como pelo orientador na empresa cedente, como pelo Coordenador do curso. Para fins de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado o estudante realiza um relatório de estágio.

12.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é o momento curricular que o aluno realizará uma atividade de investigação teórica ou prática, sob a orientação de um professor, com o propósito de trazer uma contribuição para o campo da Gestão Pública. Esta atividade consiste em uma monografia ou artigo acadêmico ou relatório de análise de uma situação problema (estudo de caso), formalizada a partir do 8º período, no componente curricular obrigatório “Trabalho de conclusão de curso”, que segue as deliberações aprovadas no Regulamento para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Gestão Pública da UFPE, julgado e referendado pelo Colegiado do Curso de Gestão Pública.

Esta atividade tem como finalidade fazer com que o aluno eleja um tema de livre escolha, elabore e construa um trabalho em conformidade com os princípios da pesquisa científica. A elaboração do TCC é viabilizada a partir da escolha da temática, dentro do recorte específico da área e dos temas de pesquisa trabalhados no campo de públicas. Definido a problemática, o objeto, os objetivos, os métodos e procedimentos metodológicos e a elaboração final da revisão de literatura, a partir de referenciais teóricos do campo, o discente segue para o campo (para pesquisas práticas) na busca pela coleta e organização dos dados. Em seguida são feitas as análises e discussão dos resultados obtidos, para que um documento final seja entregue.

12.4 Atividades Curriculares de Extensão – Acex

A ação de extensão é uma atividade obrigatória para conclusão do curso, devendo o aluno cumprir 300h de atividades relacionadas à extensão por meio de participação em: Programas de Extensão; Projetos de Extensão; Cursos de Extensão; Eventos de Extensão; Prestação de Serviços de Extensão. As diretrizes em que se baseiam as atividades curriculares de extensão estão em consonância com a resolução 31/2022 da CEPE.

13 – FORMAS DE ACESO AO CURSO

O ingresso no curso da graduação em Gestão Pública é realizado, atualmente, pelos processos seletivos Sistema de Seleção Unificada (Sisu/UFPE), por Reintegração e Transferência Interna e por Extravestibular - Transferência Externa. É ofertada anualmente 100 vagas, sendo 50 no primeiro semestre e 50 no segundo semestre.

O Sisu é o sistema informatizado do Ministério da Educação (MEC) por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem.

O Processo Seletivo de Ingresso por Reintegração e Transferência Interna é voltado para o reingresso de estudantes desvinculados da UFPE há no máximo 5 (cinco) anos e para os estudantes ativos que desejam mudar de turno, curso e campus. É regimentada pela Resolução CEPE/UFPE 08/2021.

O Processo Seletivo Extravestibular — Transferência Externa é voltado para a transferência de alunos regulares de outras instituições nacionais de ensino superior, vinculados a cursos de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação, modalidade presencial, grau bacharelado ou licenciatura, para cursos de mesmo nome na UFPE. É também regimentada pela Resolução CEPE/UFPE 08/2021.

Por fim, há a forma de ingresso por transferência por força de lei e convênios entre a UFPE e outras Instituições, conduzidos por uma diretoria específica (DRI - Diretoria de Relações Internacionais) ligada à Reitoria, para o caso dos convênios internacionais e ligada à PROGRAD para os casos de convênios nacionais.

14 – CORPO DOCENTE

TABELA DO CORPO DOCENTE

Curso: [Nome do Curso]

Vinculação: [Departamento[Núcleo] / Centro / Pró-Reitoria]

NOME	CPF	ÁREA DO CONHECIMENTO ¹	TITULAÇÃO ²	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL ³	REGIME DE TRABALHO ⁴	VÍNCULO EMPREGATÍCIO
						Estatutário
						Estatutário
						Estatutário
						Estatutário
						Estatutário
						Estatutário
						Estatutário
						Estatutário
						Estatutário
						Estatutário
						Estatutário
						Estatutário
						Estatutário
						Estatutário
						Estatutário

OBS.:

¹ Informar a Área de Conhecimento ao qual o Docente prestou o Concurso;

² Informar o último título conferido do docente. Ex.: Especialista, Mestre, Doutor;

³ Informar o Curso de Graduação ao qual o docente é formado;

⁴ Informar qual o Regime de Trabalho do Docente na UFPE. Ex.: 20h, 40h ou DE;

15 – SUPORTE PARA FUNCIONAMENTO DO CURSO

As condições existentes para o funcionamento do perfil curricular que se apresenta neste documento são:

1.1. Infraestrutura física

1.1.1. Salas de aula

1.1.2. Auditório

1.1.3. Biblioteca

1.1.4. Sala de docente

1.1.5. Sala da coordenação do curso

1.1.6. Laboratórios

O curso de Gestão Pública contará com os laboratórios descritos abaixo:

- 02 laboratórios de informática, cada um comportando 50 estudantes;
- 02 laboratórios de “Oficina de Inovação”, cada um comportando 50 estudantes;
- 02 laboratórios de “Observação de Políticas Públicas”, cada um comportando 50 estudantes.

Os laboratórios acima elencados têm potencial de contribuir para a aproximação entre a teoria e a prática, convocando os estudantes para o exercício da autonomia e do protagonismo, tendo o professor como mediador no processo de construção do conhecimento.

1.2. Infraestrutura lógica e virtual

1.2.1. Acervo bibliográfico

No que se refere à bibliografia, existe uma preocupação em indicar pelo menos 03 (três) títulos ou periódicos que estejam disponíveis como bibliografia básica e pelo menos 05 (cinco), como complementar.

Os alunos e professores do Curso de Gestão Pública têm acesso ao acervo do sistema de bibliotecas da UFPE que na área de Gestão Pública conta com aproximadamente 6.950 (seis mil, novecentos e cinquenta) títulos e 20.018 (vinte mil e dezoito) exemplares. Quando considerado o acervo total das bibliotecas o discente tem acesso a aproximadamente 352.000 (trezentos e cinquenta e dois mil) volumes, todos interligados em uma base de dados comum. Anualmente a Universidade abre licitação para aquisição de novos títulos. Dessa forma o acervo físico está continuamente sendo atualizado.

A Biblioteca Central está ligada a redes nacionais de bibliotecas, acessíveis *on-line* para consultas, contando com o sistema COMUT para requisição de textos via correio. A Universidade oferece acesso ao Portal de Periódicos da CAPES e a bases de dados como o PROQUEST e o WEB of Science, valiosos apoios ao trabalho de pesquisa de professores e alunos.

Bibliografia básica

Existe um cuidado em inserir nos programas de componentes curriculares pelo menos 03 títulos na bibliografia básica. Os professores assim o fazem fundamentado no acervo existente da biblioteca.

Bibliografia complementar

No que se refere à bibliografia complementar, existe uma preocupação em indicar pelo menos 5 títulos ou periódicos que estejam disponíveis.

Periódicos especializados

A Biblioteca da UFPE tem convênio com o Portal PERIODICOS CAPES. O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 30 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, dez bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

O Portal de Periódicos foi criado tendo em vista o déficit de acesso das bibliotecas brasileiras à informação científica internacional, dentro da perspectiva de que seria demasiadamente caro atualizar esse acervo com a compra de periódicos impressos para cada uma das universidades do sistema superior de ensino federal. Foi desenvolvido ainda com o objetivo de reduzir os desnivelamentos regionais no acesso a essa informação no Brasil.

Possuem acesso livre e gratuito ao conteúdo do Portal de Periódicos professores, pesquisadores, alunos e funcionários vinculados às instituições participantes, como é o caso da UFPE. O Portal é acessado por meio de terminais ligados a internet e localizados nessas instituições ou por elas autorizados.

Acesso a equipamentos de informática e Laboratórios

Todo o Centro Acadêmico do Sertão, local onde está inserido o Curso de Gestão Pública, é servido por uma rede sem fio com internet banda larga disponível a todos os alunos da vinculados com a UFPE. Estes podem utilizar seus equipamentos pessoais (computadores, notebooks, netbooks, tablets, smartphones etc. para acessar a Internet.

16 APOIO AO DISCENTE

O apoio discente, previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPE (PDI), é coordenado pela Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES), cuja missão é oferecer ao discente, condições materiais e psicológicas que assegurem o processo de formação acadêmica, o desenvolvimento de capacidade profissional e de cidadania e a qualidade de vida estudantil.

Os programas de bolsas e auxílios da PROAES visam atender às necessidades discentes em termos de moradia, alimentação, transporte, saúde, esporte e apoio acadêmico, procurando assistir os estudantes da UFPE na consecução de seus cursos em tempo hábil e ambiente saudável, sobretudo aqueles em vulnerabilidade socioeconômica e acadêmica. Objetiva-se também viabilizar o comparecimento e a permanência de todos às atividades do campus e assim promover uma formação universitária democrática e cidadã.

Neste sentido, além da política de bolsas e auxílios, a PROAES administra duas residências universitárias (masculina e feminina), o Restaurante Universitário, o Centro de Convivência, e o Núcleo de Apoio a Eventos - NAE - que recebe estudantes de outras localidades por ocasião de eventos na UFPE.

As ofertas de apoio ao discente podem ser resumidas como abaixo:

- As modalidades de bolsas, auxílios e benefícios, descritas a seguir, objetivam atender às necessidades dos discentes em termos de moradia, alimentação, transporte, apoio acadêmico/psicológico, entre outros;
- Programa de Concessão de Auxílios a Eventos Estudantis: objetiva apoiar financeiramente a participação de alunos em eventos estudantis;
- Programa de Bolsa Permanência (Manutenção Acadêmica): tem como objetivo oferecer apoio financeiro aos alunos oriundos de famílias de baixa renda, dando-lhes a oportunidade de desenvolver atividades curriculares;
- Auxílio Alimentação (RU): assegura refeição no Restaurante Universitário a preço subsidiado aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- Auxílio Transporte: oferece passagens aos alunos que residem em áreas distantes dos campi, conforme critério socioeconômico;
- Programa Auxílio Moradia: beneficia os estudantes vindos de cidades vizinhas aos campi de Vitória de Santo Antão e do Agreste com auxílio financeiro, viabilizando que residam no entorno desses campi, até a construção das residências universitárias;
- Núcleo de Acessibilidade (NACE): objetiva a inclusão, a permanência e o acompanhamento de pessoas com deficiência, redução de mobilidade, transtorno funcional específico da aprendizagem, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, promovendo ações que visem eliminar barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais,

metodológicas, instrumentais e programáticas que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e profissional. O NACE acompanha, no âmbito do campus, a implementação do disposto na legislação vigente;

- Programa de auxílio Psicológico: objetiva atender os estudantes da UFPE que necessitem de apoio psicológico e psiquiátrico. Há um profissional da área de psicologia e assistente social para dar suporte a estas demandas;
- Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante (NASE): destinado somente aos estudantes de graduação da UFPE, prioritariamente aos alunos beneficiados pelos programas de assistência estudantil da Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES). No local, são disponibilizados serviços nas áreas de Psicologia, Psiquiatria, Enfermagem, Nutrição e atendimento médico clínico (eletivo).
- Programa de Monitoria: constitui um espaço de aprendizagem do estudante, visando o aperfeiçoamento do seu processo de formação e a melhoria da qualidade do ensino de graduação. A monitoria pode ser concedida na modalidade bolsista e voluntária;
- Extensão: contribui para a formação acadêmica do estudante através do seu engajamento em projetos voltados para as linhas de meio ambiente, saúde, educação, comunicação, tecnologia, trabalho, direitos humanos e cultura. As bolsas são concedidas mediante seleção de projetos aprovados por chamadas públicas e/ou editais;
- Estágio: articula a formação oferecida nos cursos de graduação às diferentes possibilidades de formação disponibilizadas em campos de prática no mundo do trabalho onde o aluno exercerá suas atividades;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC): incentiva o estudante com aptidão e interesse pela carreira científica a participar de projetos de pesquisas sob a orientação de um professor ou pesquisador doutor.

17 – ANEXOS

REGULAMENTOS DO CURSO

REGULAMENTO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

CONSIDERANDO

- O princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988;
- O que estabelece a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Resolução nº 20/2015 CCEPE, a Resolução nº 2/2020 CEPE, e as Instruções Normativas emitidas pela Pró-Reitoria de Graduação a fim de estabelecer condições e procedimentos para a realização do estágio obrigatório;

RESOLVE

Estabelecer normas e procedimentos para regulamentar o funcionamento do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Gestão Pública, ofertado pelo Campus do Sertão da Universidade Federal de Pernambuco.

Quanto ao Estágio Curricular não Obrigatório do Curso de Gestão Pública, as normas e os procedimentos seguirão as normas e os regulamentos constantes na resolução Nº 20/2015 — CCEPE.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento fixa as normas para o Estágio Curricular Supervisionado no âmbito do Curso de Graduação em Gestão Pública (Sertânia/PE), do Campus do Sertão, acordo com as disposições a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Resolução nº 20/2015 CCEPE, a Resolução nº 2/2020 CEPE e as Instruções Normativas emitidas pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

§ 1º O Estágio obrigatório é aquele definido cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, nos termos do §1º, do art. 2º, da Lei nº 11.788/2008 e do § 2º, do Art. 1º, da Resolução 20/2015 - CCEPE. Ou seja, é aquele apresentado como disciplina específica, definido neste projeto do curso, cuja carga horária (300h) é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º O Estágio não-obrigatório, por sua vez, é aquele desenvolvido como atividade opcional, com o intuito de complementar a formação do estudante mediante a vivência de experiências próprias da atividade profissional (§ 3º, do Art. 1º, da Resolução 20/2015), poderá ser acrescido à carga horária regular e obrigatória como atividades complementares. Pode ser acrescentado, de acordo com as decisões do colegiado do curso. O aluno terá que solicitar essas horas de estágio não obrigatório como atividades complementares para a secretaria da coordenação do curso.

CAPÍTULO II DA NATUREZA E DA OBRIGATORIEDADE

Art. 2º O Estágio Curricular Obrigatório é uma atividade a ser realizada na disciplina obrigatória do curso de Gestão Pública, denominada: Estágio Curricular Supervisionado.

§ 1º A carga horária total da disciplina Estágio Curricular Supervisionado é de 300 (trezentas) horas. O discente poderá exercer o estágio no máximo: 6 horas diárias e 30 horas por semana. O estágio deverá ocorrer no período do semestre corrente, conforme calendário acadêmico da UFPE, portanto não poderá ocorrer em períodos entre semestres letivos.

§ 2º A matrícula na disciplina Estágio Curricular Supervisionado será admitida ao candidato que,

obrigatoriamente, tiver registrado, com aproveitamento acadêmico, no seu histórico escolar, 1500 (hum mil e quinhentas) horas de disciplinas obrigatórias do Perfil Curricular vigente do curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Pernambuco, no campus do Sertão.

Art. 3º O aluno matriculado na disciplina Estágio Curricular Supervisionado deverá procurar um professor do curso de Gestão Pública do Campus do Sertão ou qualquer professor vinculado à UFPE, de acordo com as áreas de interesse de pesquisa do docente, e obter a sua anuência para orientá-lo.

§ 1º A anuência do professor somente estará configurada com a assinatura da Carta de Aceite.

§ 2º A Carta de Aceite deverá ser entregue ao Coordenador de Estágio, respeitado o prazo estabelecido no cronograma de atividades de cada semestre letivo.

§ 3º Caso o aluno não entregue a Carta de Aceite no prazo estipulado no cronograma de atividades será automaticamente reprovado por faltas.

Art. 4º Os estudantes da UFPE poderão realizar estágios oferecidos por pessoas jurídicas de direito privado e pelos órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e por unidades universitárias ou órgãos administrativos da Universidade.

§ 1º A concessão de estágio, entre a UFPE e a entidade concedente, será obrigatória à prévia celebração de convênio específico, exceto no caso de estágio obrigatório na modalidade funcionário estudante, em que a celebração do convênio será facultativa (art. 2º, Resolução 20/2015 - CCEPE).

§ 2º Caso o aluno não entregue os documentos de Convênio e outros solicitados pela Coordenação dos Estágios, no prazo estipulado no cronograma de atividades, este será automaticamente reprovado por faltas.

Art. 5º Sobre o estágio não-obrigatório, essa modalidade é incentivada para que o discente possa aplicar o conhecimento teórico na prática organizacional ao longo do curso. Para o aluno estar habilitado para ter vínculo de estágio (não-obrigatório), esse deve estar no terceiro período (Estar a pelo menos três semestres matriculado no Curso de Gestão Pública da UFPE) e ter cursado e aprovado em pelo menos 50% das disciplinas do Ciclo Básico (primeiro e segundo período do curso), o que equivale a ter cursado e aprovado em pelo menos 300h dos dois primeiros semestres do curso.

Parágrafo Único - o aluno só pode iniciar estágio não-obrigatório, de acordo com a resolução 02/2020 no Art. 10 - I — estiver regularmente matriculado e com frequência regular; II - existência de convênio de concessão de estágio entre a concedente ou o agente de integração, quando houver o auxílio deste último nesse processo de aprendizagem, e a UFPE; III — possuir, a partir do terceiro semestre do curso, integralização igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do número de créditos previstos para os anos anteriores; V — tiver plano de atividades aprovado pelo professor orientador e pela Coordenação de Estágio do Curso ao qual é vinculado; § 1º - Em caso de estudante vindo de outra instituição por força de programa de mobilidade acadêmica, o Coordenador de Estágio do curso da UFPE poderá autorizar a realização de estágio mediante a avaliação dos créditos e disciplinas cursadas pelo estudante na sua instituição de origem. § 2º - A carga horária de estágios não obrigatórios poderá ser registrada no histórico escolar do estudante como atividade complementar, de acordo com os limites definidos no Projeto Pedagógico do curso, mediante entrega pelo estudante dos relatórios parciais e final de estágio, com menção de aprovação pelo supervisor e pelo professor orientador.

CAPÍTULO III DAS FINALIDADES

Art. 6º O estágio é o período de exercício pré-profissional, do Curso de Gestão Pública em que o aluno permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, desenvolvendo atividades

profissionalizantes, programadas ou projetadas, avaliáveis, com duração limitada e supervisão docente.

Art. 7º São finalidades do estágio:

- I. Proporcionar ao discente Curso de Gestão Pública aprendizagem teórico-prática, visando seu processo de formação profissional;
- II. Possibilitar ao aluno a imersão em organizações para compreensão, análise e intervenção da realidade profissional, no âmbito de sua formação;
- III. Complementar a formação acadêmica;
- IV. Desenvolver atividades rotineiras realizadas em organizações;

CAPÍTULO IV DOS CAMPOS DE ESTÁGIO E ÁREAS

Art. 8º Constituem campos de estágio as instituições de direito público e privado e a própria Universidade.

Art. 9º Constituem áreas de estágio as organizações que atuam em ambientes de qualquer porte, de qualquer natureza e de qualquer segmento econômico, desde que permitam ao aluno acompanhar o trabalho na sua área de formação, especificamente nos processos de produção, armazenamento, recuperação e utilização de informações.

§ 1º Os discentes poderão realizar estágio obrigatório nas organizações onde atuam como funcionários, desde que a mesma esteja conveniada e que atenda aos requisitos dos campos de estágio e aos demais critérios estabelecidos neste regulamento.

§ 2º Os discentes também poderão realizar estágio como empreendedor (sócio ou proprietário do empreendimento), em organizações estudantis como Diretórios Acadêmicos e Empresas Juniores;

§ 3º Os tipos de organizações não se limitam às descritas nesta Resolução, entretanto situações diferentes ao está estabelecido devem ter anuência do Coordenador do Estágio e se este entender relevante poderá encaminhar para a deliberação do Colegiado do Curso de Gestão Pública.

Art. 10º Os campos de estágio deverão oferecer condições para:

- I. Planejamento e execução conjunta das atividades de estágio;
- II. Aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos do campo específico de formação, a saber:
 - Geração, análise, controle, acesso, e utilização da informação;
 - Consultoria e prestação de serviços de informação;
 - Gerenciamento de unidades de informação;
 - Gestão de recursos de informação de diversas naturezas;
 - Tecnologias para o incremento do uso eficiente da informação.
- III. Vivência efetiva de situações reais de vida e trabalho no campo profissional;
- IV. Avaliação e autoavaliação.

CAPÍTULO V DA COORDENAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Art. 11º A Coordenação de Estágios do Curso de Gestão Pública é a unidade de coordenação, articulação e administração dos estágios obrigatórios e não obrigatórios. A coordenação dos Estágios é composta pela Coordenação e Vice-Coordenação, conforme o que rege a Resolução

20/2015 CCEPE e Resolução 02/2020 CEPE.

§ 1º Coordenação e Vice-Coordenação de Estágio, indicadas pelo Colegiado do Curso, com mandato de 02 (dois) anos.

§ 2º Ao Coordenador de Estágios será atribuída carga horária semanal equivalente a uma disciplina de 04 (quatro) créditos.

§ 3º O Professor Coordenador dos Estágios do Curso de Gestão Pública deverá ser indicado pelo Diretor do Campus do Sertão, em consonância com o Coordenador do Curso de Gestão Pública, para coordenar as atividades da disciplina por um período de um ano, renovável apenas uma vez por igual período, sendo responsável pela disciplina durante seu mandato.

Art. 12º Compete ao Coordenador de Estágios:

I. Executar a política de estágios da UFPE de acordo com os objetivos do Curso de Gestão Pública, nesse sentido, identificar as oportunidades de estágio, avaliando a adequação da concedente do estágio à formação cultural e profissional do educando.

II. Estabelecer o fluxo de encaminhamento de estagiário;

III. Celebrar termos de compromisso de estágio, representando a UFPE, e zelar pelo cumprimento dos mesmos.

IV. Indicar docentes para orientação dos estágios.

V. Planejar, supervisionar e avaliar os estágios intermediados pelos agentes de integração.

VI. Avaliar os relatórios finais com os professores orientadores.

VII. Responsabilizar-se pelo envio à Coordenação de Apoio Acadêmico da PROGRAD as propostas, quando necessário, de novas instituições para celebração de convênio, para abertura, manutenção ou alteração de estágios;

VIII. Em conjunto com os professores-orientadores e com o Núcleo Docente Estruturante, propor políticas, elaborar normas, supervisionar, orientar e analisar as atividades do estágio;

IX. Informar mensalmente à Coordenação de Formação para o Trabalho, dentro dos prazos estabelecidos, a relação dos alunos que deverão ser incluídos no seguro da UFPE.

IV. Propor alterações no regulamento de estágios do Curso de Gestão Pública submetendo a um parecer do Núcleo Docente Estruturante do Curso e aprovação conjunta do Colegiado Curso de Gestão Pública.

V. Analisar, conferir, assinar e manter o registro da documentação exigida nos estágios. O registro dos documentos de estágio (físicos ou digitalizados) deve ficar sob o controle da Secretaria da Coordenação do Curso.

Parágrafo Único - Em caso de impedimento ou ausência do Coordenador de Estágios, responderá interinamente pela Coordenação, o Vice-Coordenador, ou a Coordenação do Curso de Gestão Pública até que seja indicado um novo Coordenador dos Estágios.

CAPÍTULO VI

DO ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 13º Compete ao professor orientador de estágio:

I. Supervisionar do estágio obrigatório;

II. Acompanhar as atividades dos estágios;

III. Aprovar os planos e programas, a serem executados junto às entidades que servirão de campo de estágio;

IV. Orientar o supervisor técnico da empresa concedente sobre o sistema de avaliação e acompanhamento do estágio bem como, supervisionar e avaliar a execução do plano de estágio e o desempenho do estagiário;

V. Participar das reuniões de estágio;

VI. Acompanhar, orientar e avaliar o relatório final dos alunos;

VII. Visitar, quando necessário e conforme cronograma estabelecido entre as partes envolvidas, o local de estágio, ouvindo os supervisores técnicos que orientam as atividades,

e os estagiários na execução dos seus planos de trabalho;

VIII. Encaminhar à Coordenação de Estágios os relatórios dos seus estagiários, bem como sua avaliação e a dos supervisores técnicos.

Parágrafo Único - Cada professor de estágio terá como limite máximo a supervisão de 10 (dez) alunos, por semestre.

CAPÍTULO VII DOS ESTÁGIOS

Art. 14º Os estágios curriculares atendem a duas modalidades: obrigatório e não-obrigatório.

Art. 15º O estágio obrigatório será realizado através de matrícula no SIG@ pelo aluno no componente curricular Estágio Curricular Supervisionado.

§ 1º As atividades constantes no plano de estágio do aluno serão realizadas em uma organização, sob a orientação e supervisão de um funcionário da mesma, e de um professor orientador de estágio da UFPE.

§ 2º A matrícula no componente curricular Estágio Curricular Supervisionado será permitida aos estudantes que tenham cursado pelo menos 1.500 (um mil e quinhentas) horas de disciplinas obrigatórias.

Art. 16º O estágio não-obrigatório se constitui em atividade de formação acadêmica, realizado a critério do discente, desde que atenda às condições descritas no Art. 5º, Parágrafo Único desta Resolução.

§ 1º O responsável pela aprovação do plano de estágio, como também pela assinatura do termo de compromisso de estágio não-obrigatório, é a coordenação do Curso de Gestão Pública.

§ 2º A jornada diária das atividades de estágio não-obrigatório a ser cumprida pelo estagiário, não poderá ultrapassar seis horas diárias.

Art. 17º O estágio não-obrigatório não poderá ser submetido a uma avaliação para integralização curricular do componente curricular Estágio Curricular Supervisionado.

§ 1º Será informado à entidade contratante o cancelamento do Termo de Compromisso do estágio não-obrigatório dos alunos que se enquadrem nos seguintes casos:

- I. Efetuarem trancamento do semestre no SIG@;
- II. Efetuarem matrícula-vínculo no SIG@;
- III. Apresentarem Coeficiente de Rendimento Escolar inferior a 3,0 em um semestre, fornecido pelo SIG@.

CAPÍTULO VIII DAS AVALIAÇÕES

Art. 18º A avaliação do estágio obrigatório é de responsabilidade do Orientador de Estágio, com exceção da não entrega de documentos nos prazos, o que permite ao Coordenador do Estágio reprovar o discente por falta.

§ 1º Os critérios de avaliação são definidos pelo orientador do estágio supervisionado. Poderão ser considerados critérios que, na operacionalização do processo avaliativo, contarão com a participação direta e efetiva do supervisor técnico do local de estágio, como se segue:

- I. Participação do discente nas atividades de estágio na empresa (interesse, seriedade, pontualidade e assiduidade);
- II. Habilidades e competências do aluno manifestadas durante o estágio (fundamentação teórico-prática consistente, capacidade para resolução de problemas, criatividade, entre outros);

III. Relações do aluno com as pessoas e a unidade de estágio (respeito, confiança, solidariedade, trabalho participativo, entre outros);

IV. Outros aspectos que se julgarem necessários.

§ 2º O professor orientador poderá elaborar um parecer descrevendo a decisão favorável ou desfavorável da performance do aluno, aprovando-o ou não na disciplina estágio supervisionado;

§ 3º Ao final do estágio será atribuída ao estagiário, pelo professor-supervisor, uma nota de 0 a 10 ou um dos seguintes conceitos:

A - Excelente (9,0 a 10,0)

B - Bom (8,0 a 8,9)

C - Regular (7,0 a 7,9)

D - Insuficiente (abaixo de 7,0)

§ 4º O docente orientador deverá considerar também:

- a aprovação em estágio estará condicionada à obtenção de uma média final igual ou superior a 7,0 (sete), ou de um dos conceitos A, B ou C, referidos no caput deste artigo;

- as avaliações feitas pelo supervisor da Instituição onde se realizou o Estágio Curricular, deve ser considerada na avaliação do estágio;

- avaliação do trabalho de conclusão do curso, por meio da análise da monografia, relatório de estágio ou artigo acadêmico, entregue pelo discente.

- no caso da opção do aluno fazer o Relatório de Estágio para ser usado como TCC, é fundamental que esse documento possua pelo menos: o relato das atividades desenvolvidas no estágio; revisão da literatura; e, análise comparativas entre as práticas da empresa e as recomendações encontradas na literatura. No caso de optar pela Monografia ou Artigo Acadêmico, o Relatório final do estágio possuirá pelo menos as atividades desenvolvidas.

§ 5º Ao aluno que obtiver uma avaliação satisfatória por parte do supervisor na Instituição ofertante de estágio e não alcançar aprovação, por não cumprir de forma satisfatória às exigências do relatório de estágio, artigo acadêmico ou plano de negócios, terá uma segunda oportunidade para realização do Trabalho de Conclusão do Curso, dentro do prazo estabelecido pelo Colegiado de Curso, sem que haja necessidade de repetir o estágio.

CAPÍTULO IX DO ESTAGIÁRIO

Art. 19º O estagiário deverá desenvolver seu estágio obrigatório e/ou não-obrigatório, com senso crítico fundamentado em conceitos teóricos próprios da área correspondente ao projeto em que está atuando.

Art. 20º Compete ao estagiário:

I. Obedecer a legislação de estágio vigente;

II. Escolher, seu campo de estágio, dentre aqueles credenciados pela Coordenação de Apoio Acadêmico da PROGRAD com o auxílio do Coordenador de Estágios e do professor de estágio, no caso do estágio obrigatório;

III. Assinar o Termo de Compromisso, em conjunto com o Coordenador do Curso e a entidade onde irá desenvolver o estágio;

IV. Elaborar e cumprir o Plano de Estágio, aprovado pelo orientador de estágio e supervisor técnico;

V. Aceitar e respeitar as normas do campo de estágio onde estiver atuando;

VI. Comparecer ao local de estágio, pontualmente, nos dias e horas estipulados no Plano de Estágio;

VII. Cumprir as cláusulas constantes no Termo de Compromisso;

VIII. Elaborar textualmente e apresentar para as partes envolvidas, os relatórios parcial e

final;

IX. Manter em todas as atividades desenvolvidas, durante o estágio, uma atitude ética em consonância com os valores da sociedade brasileira.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 21º Os casos omissos e as interpretações deste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

Art. 22º Quaisquer acréscimos e/ou modificações neste instrumento regulador devem ser aprovados pelo Colegiado de Curso, sob consulta prévia ao Núcleo Docente Estruturante, e pelo Conselho Departamental do Campus do Sertão e posteriormente apresentado à Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos.

Art. 23º Casos excepcionais e não tratados nesta resolução serão analisados pelo Colegiado do Curso de Graduação em Gestão Pública, mediante solicitação formal a Coordenação do Curso.

Art. 24º Este Regulamento entra em vigor a partir da data de sua aprovação.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NO ÂMBITO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

CONSIDERANDO:

- O Princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Art. 207 da Constituição Federal de 1988);
- Resolução Nº 18/2022 que Disciplina o Trabalho de Conclusão de Curso nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pernambuco.
- O Projeto Pedagógico do Curso de Gestão Pública que institui a Orientação para o Trabalho de Conclusão de Curso.

RESOLVE:

Artigo 1º — O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é exigência para a Conclusão do Curso de Gestão Pública. Tem como objetivo propiciar aos(às) estudantes a oportunidade para que demonstrem, a partir da produção científica, aprofundamento teórico-metodológico, capacidade de interpretação, de análise e de aplicação dos conhecimentos construídos ao longo do curso.

Artigo 2º — O objeto de investigação do TCC deverá estar relacionado às temáticas pertinentes ao curso de Gestão Pública.

Artigo 3º — O TCC poderá ser desenvolvido e apresentado em um dos quatro modelos, a seguir: Artigo Científico, Relato de Experiência, Monografia e Memorial para Material Didático (Escrito ou Audiovisual).

Artigo 4º — O TCC deverá ser desenvolvido, no mínimo, ao longo de um semestre letivo, período no qual o(a) estudante deverá estar sob orientação de um(uma) docente. Deverá ser entregue ao final desse período.

Parágrafo único — O TCC defendido em Libras deverá ter a acessibilidade garantida.

Artigo 5º — A inscrição para o processo de orientação do TCC é inerente ao funcionamento da disciplina de ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.

Artigo 6º — Os TCCs devem ser elaborados individualmente pelo(a) discente.

Artigo 7º — A autoria do TCC deverá ser do(a) estudante.

Artigo 8º — Caso seja identificado plágio, na versão final do TCC, o(a) estudante será reprovado no processo de orientação.

Artigo 9º — O TCC deverá ser submetido no Repositório Institucional.

§ 1º O ATTENA Repositório Digital da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi implementado em 2014 com a missão de reunir, armazenar, preservar, divulgar e garantir acesso permanente à produção acadêmica e científica da Universidade em um único ambiente digital e está inserido no movimento mundial de acesso aberto à produção científica.
<https://www.ufpe.br/sib/attena>

§ 1º O link a seguir orienta como preparar o arquivo do TCC para o auto depósito no ATTENA:
<https://www.ufpe.br/documents/39058/3913338/1.3+MANUAL+-+PREPARANDO+O+ARQUIVO+DO+TCC+PARA+O+AUTODEP%C3%93SITO.docx.pdf/79b3a2c4-6ac1-48a2-8109-b1b8a0759db9>

Artigo 10 — O(a) orientador(a) de TCC é o(a) docente responsável pela orientação do Trabalho de

Conclusão de Curso.

Artigo 11 – O(a) orientador(a) de TCC deverá ser professor(a) efetivo ou substituto da UFPE.

§ 1º - A avaliação do TCC será realizada pelo(a) docente orientador(a), o qual atribuirá uma nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

Artigo 12 — Os casos omissos deste regulamento devem ser resolvidos pelo Colegiado do Curso de Gestão Pública.

Artigo 13— Este regulamento entra em vigor com a aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Gestão Pública.

REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

Capítulo I

Das disposições preliminares

Art. 1º. Este regulamento fixa as normas para a inserção e o registro das Ações Curriculares de Extensão (ACEx) como carga horária do Curso de Gestão Pública, de acordo com as disposições da legislação federal e dos órgãos deliberativos e executivos da UFPE, especialmente a Resolução CCEPE 09/2017.

Art. 2º. A Extensão Universitária é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que integra a formação acadêmica, profissional e cidadã do discente e promove a relação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade.

Art. 3º. Ações Curriculares de Extensão constituem no mínimo 10% da carga horária total de integralização do Curso de Graduação em Gestão Pública em forma de Programas e/ou Projetos, atendendo ao Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei 13.005/2014, estratégia 12.7, meta 12).

§ 1º. Entende-se por Programa, considerando o que estabelece a Resolução CCEPE 09/2017, um “conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, de caráter orgânico-institucional, de atuação preferencialmente interdisciplinar, integrado a atividades de pesquisa e de ensino, com clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo”.

§ 2º. Entende-se por Projeto, considerando o que define a Resolução CCEPE 09/2017, “o conjunto de ações processuais e contínuas, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado para sua execução, podendo ser vinculado, ou não, a um Programa”.

Art. 4º As demais modalidades de ações de extensão, como cursos e eventos, vinculadas a programas e/ou projetos devidamente registrados no sistema vigente, só serão consideradas como Ação Curricular de Extensão, quando houver a participação do discente na organização e/ou execução destes.

Capítulo II

Das Finalidades

Art. 5º. São finalidades da Extensão Universitária:

- I. Exercitar o diálogo transformador entre a Universidade e os demais setores da sociedade, por meio de ações de caráter educativo, social, artístico, cultural, científico ou tecnológico;
- II. Desenvolver ações interdisciplinares, integrantes do processo de formação e promotoras de uma relação transformadora entre a Universidade e outros setores da Sociedade;
- III. Ratificar o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, fortalecendo os processos formativos voltados para o desenvolvimento da capacidade crítico-reflexiva, artística, cultural, científica, profissional e ético-política do discente.

Capítulo III

Das Competências

Seção I

Do Curso

Art. 6º - Compete ao Curso de Graduação em Gestão Pública oferecer Programas e/ou Projetos em carga-horária suficiente para o discente integralizar a ACEx no próprio curso.

Seção II

Do Coordenador de Curso

Art. 7º. Compete ao Coordenador de Curso a aprovação dos discentes no componente curricular ACEx que poderá ser realizada no curso de origem e/ou em qualquer um dos Centros Acadêmicos da UFPE.

Seção III

Do Coordenador Setorial de Extensão / Representante Setorial de Extensão

Art. 8º. Cabe ao Coordenador Setorial de Extensão e ao Representante Setorial de Extensão informar aos Cursos de Graduação quais os Programas e/ou Projetos de Extensão disponíveis no semestre letivo e a quantidade de vagas em cada Programa/Projeto.

ANEXO II

PROGRAMAS DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATORIOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	OBRIGATÓRIO	☐	ELETIVO
-------------------------------------	-------------	--------------------------	---------

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	Matemática	60		4	60	1º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Teoria dos Conjuntos. Matrizes. Sistemas de equações lineares. Funções. Limites. Continuidade. Derivadas. Aplicação do conteúdo estudado em problemas administrativos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Teoria dos Conjuntos. Conjuntos especiais. Subconjuntos – relação de inclusão. Conjuntos Iguais. Conjunto Universo. Outras relações entre conjuntos: diferença e complementar. Conjuntos Numéricos. Conjunto dos Números Naturais (N). Conjunto dos Números Inteiros. Conjunto dos Números Racionais. Conjunto dos Números Irracionais. Conjunto dos Números Reais. Sistemas de Coordenadas.
- Matrizes e Sistemas de Equações Lineares. Introdução a matrizes. Matrizes Especiais. Operações com Matrizes. Igualdade de Matrizes. Adição e Subtração de Matrizes. Multiplicação de uma matriz por um número real. Multiplicação de Matrizes. Introdução a Sistemas de Equações.
- Funções. Relação - Variação - Conservação. Notação. Funções Especiais. Significado dos coeficientes a e b da função $f(x) = ax + b$. Nomenclaturas Especiais. Interpretação Gráfica. Diferentes nomenclaturas.
- Limite e Continuidade. Introdução: compreendendo o conceito de Limite. Existência de

Limite. Caminhos para encontrar o Limite. Limites no infinito. Introdução ao conceito de continuidade formalizando conceitos: definição de continuidade de função.

- Derivada. Introdução ao conceito de Derivada. Taxa de Variação. Tipos de Inclinação. Definição de Derivada. Significado geométrico da Derivada. Condições de existência da Derivada. Regras de Derivação. A regra da Potência (x^n). Regra do Múltiplo – constante. Regra da soma e da diferença. A Regra do Produto. A Regra do Quociente. A Regra da Cadeia. Importância da Derivada. Pontos Extremos Relativos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhlé H. *Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade*. Porto Alegre: Bookman, 2012.

SILVA, Fernando César Marra e; ABRÃO, Mariângela. *Matemática básica para decisões administrativas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TAN, S. T. *Matemática aplicada à administração e economia*. São Paulo: Thomson Pioneira, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRONSON, Gary; BRONSON, Richard; KIEFF, Maureen; YANG, Natalie. **Mathematics For Business**: Fourth Edition. Scott Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.

CLENDENEN, Gary; SALZMAN, Stanley A. **Business Mathematics**. 13. ed. Pearson, 2014.

GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I. **Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

TAN, S. T. **Matemática aplicada à administração e economia**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	Introdução à Administração	60		4	60	1º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Antecedentes históricos da Administração. Processo administrativo. Planejamento e controle estratégico. Direção. Áreas funcionais e ambiente organizacional. Novas tendências em administração.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Antecedentes históricos da Administração
- Processo administrativo
- Planejamento e controle estratégico
- Direção
- Áreas funcionais e ambiente organizacional
- Novas tendências em administração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 8.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Fundamentos de administração: manual compacto para as disciplinas TGA e introdução à administração. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
GRIFFIN, Ricky W. Introdução à administração. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007. 567 p. (Ática universidade)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DRUCKER, Peter F. *Introdução à Administração*. São Paulo: Cengage, 2017.
LODI, João Bosco. *História da Administração*. 1. reed. São Paulo: Cengage, 2003.
MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. *A Companhia: História de uma ideia revolucionária*. São Paulo: Objetiva, 2003.
MOTTA, Paulo Roberto. *Transformação Organizacional: A Teoria e a Prática de Inovar*. Rio de Janeiro: Quatitymark, 2000.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. *Fundamentos de Administração Pública Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

HOMOLOGADO PELO COLEGIADO DE CURSO

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO
ÁREA

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO OU

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Perí- do
		Teórica	Prática			
	SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	60		4	60	1º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Burocracia, administração pública. Estado, relações sociais. Institucionalismo, utilitarismo. Burocracia, poder político. Cultura organizacional. Mudança, flexibilização organizacional. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Organização formal e organização informal. Atitudes, valores e comportamento nas organizações. Cultura organizacional: tipologia, características e planejamento de mudanças.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Sociologia, relações sociais e convivência humana. A Sociologia e seu objeto de estudo. Relações Sociais. Tecnologia e relação social. A convivência humana.
- 2 Socialização e formação da cultura. Processo de socialização e formação da cultura. Personalidade, socialização e cultura. Elementos da cultura.
- 3 As organizações. Conhecendo uma organização. Conceitos de organização. Formalidade e informalidade. Tipos de organizações. Comportamento social e comportamento organizacional. Posição social e status.
- 4 Contexto social, administração e cultura de organização. Cultura e organização. Contexto social. Objetivo. Valores. Tecnologia. Estrutura de relacionamento.
- 5 Cultura das organizações: características, classificação e intervenção. Cultura das organizações: um pouco da história. As variáveis culturais e a Análise Transacional. Outras variáveis culturais. Buscando conhecer a cultura de uma organização. Intervenção na organização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BOUDON, R, BOURRICAUD, F, *Dicionário crítico de sociologia*, Ática, SP, 2001
- DIAS, R, *Sociologia das organizações*, Atlas, SP, 2008
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Rio de Janeiro: LTC, 1998

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MERTON, R, *Burocracia e personalidade*, org, de Campos, E. *Sociologia da Burocracia*, Zahar, RJ, 1978
- CHAMPION, D, *A sociologia das organizações*, Saraiva, 1979
- TRAGTEMBERG, M, *Burocracia e ideologia*, Ática

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
GP009	FILOSOFIA E ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA	60		4	60	1º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Conceito de filosofia: filosofia como doutrina e como ato de pensar. Filosofia e outras formas de conhecimento humano. Características gerais dos grandes períodos da história da filosofia. Conceito de ética. Ética como problema teórico e como problema prático. Ética e responsabilidade. Teorias morais. Ética e ética profissional. Ética e política. Responsabilidade social: parcerias e empreendedorismo social. Terceiro setor: marcos legais e certificações

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 O que é filosofia? A atitude filosófica. Especificidade do conhecimento filosófico. Os gregos inventam a filosofia. O sentido da filosofia.
- 2 Características gerais da História da Filosofia. A filosofia antiga. A filosofia medieval. A filosofia moderna. Sócrates e Platão: um confronto entre dois modos de entender a filosofia. A concepção socrática de filosofia: busca de sabedoria. A concepção platônica de filosofia: encontro da sabedoria.
- 3 Ética. Sobre a ética, a partir da crise ética. Ética e moral. Ética antiga, medieval e moderna. Ética da convicção e ética da responsabilidade. Afinal, o que é ética? Crise ética e crise da ética. Dificuldade atual de formular uma ética.
- 4 A ética e a política. Poder, política e ética. Duas concepções de poder. O poder como relação entre seres humanos.
- 5 Poder e liberdade. O problema ético, a ética profissional e a responsabilidade social na Administração Pública Brasileira.
- 6 Administração pública brasileira e ética

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CHAUI, Marilena. *Iniciação à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2017.
- MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Filosofia: dos Pré-Socráticos a Wittgenstein*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SERRANO, Pablo Jimenez. *Ética e Administração Pública*. Rio de Janeiro: Alinea, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- APEL, Karl-Otto. *Estudos de moral moderna*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- HADOT, Pierre. *O que é a filosofia antiga?* 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Ética: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- VASQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
GP010	TEORIA GERAL DO ESTADO	60		4	60	1º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Origens, natureza, estrutura, funções e finalidade do Estado. A construção do Estado no Brasil, desde a independência. Estado e Sociedade. Estado e Direito. Origem e formação do Estado Moderno. Elementos do Estado: soberania, povo, território. Cidadania Moderna. Direitos e Garantias Fundamentais. Paradigmas Constitucionais. Estado e Democracia: participação direta e representação política, sufrágio, sistema partidário e sistema eleitoral. Organização do Estado: formas e sistemas de governo. Organização dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Federalismo: repartição de competências.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 **Origem do Estado:** Diferentes teorias que explicam como os Estados surgiram. A teoria do contrato social, a teoria do poder, a teoria econômica, entre outras.
- 2 **Natureza do Estado:** a essência do Estado, suas características fundamentais, como a soberania, o território, o povo e o governo.
- 3 **Funções do Estado:** Analisar as funções primordiais do Estado, que incluem a defesa e segurança, justiça, regulação econômica e social, e o bem-estar dos cidadãos.
- 4 **Formas de Estado:** Classificação dos Estados de acordo com diferentes critérios, como forma de governo (monarquia, república), sistema político (democracia, autoritarismo) e organização territorial (unitário, federativo).
- 5 **Poderes do Estado:** a divisão de poderes dentro do Estado (executivo, legislativo e judiciário) e suas inter-relações e limitações.
- 6 **Fins do Estado:** os objetivos que o Estado deve alcançar, como a justiça social, o desenvolvimento econômico, a segurança e a proteção dos direitos individuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARROSO, Luis Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. Cap. I. 9ª ed. Editora Saraiva. São Paulo. 2020.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. Caps. 1 - 8. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 10ª ed. Malheiros Editores. São Paulo. 2000,

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MENDES, Gilmar e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 9ª ed. Editora Saraiva. 2014.
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 33ª ed. Editora Atlas. São Paulo. 2016
- SOUZA NETO, Cláudio Pereira de e SARMENTO, Daniel. *Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho*. Belo Horizonte, Editora Forum, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Perí- do
		Teórica	Prática			
	ECONOMIA	60		4	60	2º

Pré- requisitos		Correquisitos		Requisito s C.H.	
--------------------	--	---------------	--	---------------------	--

EMENTA

Introdução à microeconomia: produto, oferta, mercadorias, produção e custos. Introdução à macroeconomia: produtos, medição, contas nacionais, moedas, inflação, distribuição de renda e teoria do desenvolvimento econômico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte I – A Economia como um Sistema. Conceitos Básicos de Economia. Aspectos Metodológicos. Problemas Centrais das Sociedades. Demanda. Oferta. Preços e Mercado. Determinantes da Demanda. Determinantes da Oferta. Conceito de Elasticidade. Produção e Custos. Escolha do Consumidor. Economia do Setor Público.

Parte II – O Produto e sua Medição: Conceituação de Contas Nacionais. Introdução à Economia Keynesiana. Política Fiscal. A Moeda e o Sistema Bancário. O Banco Central. Política Monetária. Moeda e Inflação. Funções da Moeda. Balanço de Pagamentos: Conceitos, Estrutura, Déficit, Superávit, Equilíbrio. Taxa de Câmbio: Conceitos e Tipos. O Balanço de Pagamento no Brasil. Crescimento Econômico e Meio Ambiente. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Desemprego.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANKIW, Gregory N. (2009). Introdução a Economia. Rio de Janeiro, Editora Cengage.
HUBBARD, R. Glenn & O'BRIEN, Anthony (2009). Introdução a Economia. Rio de Janeiro, Editora Bookman.
MCGUIGAN, James R., MOYER, Charles & HARRIS, Frederick (2011). Economia de Empresas – Aplicação, estratégia e táticas. Editora Cengage.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PINHO, Diva B. & VASCONCELLOS, Marco A. S., Org. (1999). Manual de Economia: Equipe de Professores da USP. 3a edição revista e ampliada. Editora Saraiva, São Paulo – SP.
VARIAN, Hal R. (1994). Microeconomia: PRINCÍPIOS BÁSICOS. Editora Campus, Rio de Janeiro – RJ.
WONNACOTT, Paul & WONNACOTT Ronald, Economia. São Paulo, Editora McGraw-Hill
BRUNSTEIN, Israel. Economia de empresas: gestão econômica de negócios. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
BOULDING, Kenneth Ewart, 1910-. Análise econômica. 2. ed. -. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967. 2v.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO	60		4	60	2º

Pré- requisitos		Correquisitos		Requisitos s C.H.	
--------------------	--	---------------	--	----------------------	--

EMENTA

Os fundamentos teóricos da administração. As bases da organização burocrática. Teoria estrutural e sistêmica. Teoria da contingência. Abordagens contemporâneas: cultura e poder nas organizações; aprendizagem organizacional e abordagens ambientais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 1 – Introdução às escolas (teorias) de administração; Processo de modernização e consolidação das estruturas burocráticas; Escola clássica de administração; Escola de relações humanas.

Unidade 2 – Teorias sobre motivação e liderança; Processos decisórios nas organizações; Estruturalismo e teoria da burocracia.

Unidade 3 - Teoria dos sistemas abertos, perspectiva sociotécnica das organizações; Sistema e contingência; Desenvolvimento organizacional.

Unidade 4 - Evolução dos conceitos relacionados ao “homem”, à “organização” e ao “ambiente”; Poder e cultura nas organizações: dimensão política do homem, organização como esfera cultural e política; Aprendizagem organizacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAXIMIANO, Antonio. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. Atlas, 2000

MOTTA, Fernando; VASCONCELOS, Isabella. Teoria geral da administração. 3. ed. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

HALL, Richard. Organizações: estruturas, processos e resultados. 8. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004

MOTTA, Fernando. Teoria das organizações: evolução e crítica. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEWEY, John. Experiência e educação. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 19-74.

GARCIA, Othon. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 22. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. (indicado para a atividade de construção de textos)

MORGAN, Gareth. Imagens da organização. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	ACEX			
	OFICINA DE ESTUDOS DE PROBLEMAS LOCAIS	30	30	3	60	2º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Universidade Pública, Extensão Universitária e Estudo de Problemas Locais. Extensão Universitária e Formação do Administrador Público. Metodologias Participativas e Inovadoras para Projetos de Extensão. Metodologia de Incubação Social. Inovação Social e Tecnologias Sociais. Casos e Experiências Extensionistas em Organizações Públicas, da Sociedade Civil e de Iniciativas Solidárias. Elaboração e desenvolvimento de Projetos de Extensão para o estudo de problema locais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O que são estudos de problemas locais?
2. Concepções e análise histórica da Extensão Universitária contextualizada ao estudo de problemas locais.
3. Diretrizes da Extensão Universitária contextualizada ao estudo de problemas locais.
4. A relação ensino, pesquisa e extensão contextualizada ao estudo de problemas locais.
5. Procedimentos Metodológicos, Didáticos e Técnico-Científicos.
6. Etapas para a Elaboração de Ações e Projetos de Extensão Universitária em estudos de problemas locais.
7. Aplicação prática da extensão universitária em estudos de problemas locais.
8. Avaliação das ações e projetos de extensão em estudos de problemas locais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MELO NETO, José Francisco. **Extensão Universitária: uma análise crítica**. João Pessoa: Editora Universitária João Pessoa, 2001.

MELO NETO, José Francisco (Org.). **Extensão Universitária: diálogos populares**. Recife: Editora Universitária, 2002.

DE ARAÚJO, Juliana Pereira et al. **Metodologias ativas na extensão universitária: o sujeito como centro e norteador do processo**. Blucher Education Proceedings, v. 2, n. 1, p. 245-246, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO FILHO, Targino; THIOLLENT, Michel Jean-Marie. **Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão**. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos: Cubo Multimídia, 2008.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2. ed. rev. - São Paulo: Alínea, 2010.

SANTOS, Daisy Maria dos; SANTOS, José Marcos Monteiro Freire; SILVA, Veleida Anahí da (orgs). **Universidade além da sala de aula: extensão universitária, desenvolvimento local e cidadania**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	METODOLOGIA DA PESQUISA	60		4	60	2º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Noções gerais de filosofia da ciência. Elementos básicos de metodologias qualitativa e quantitativa. Noções básicas de metodologia científica para a Gestão Pública. Elaboração de trabalhos científicos. Familiarização com indicadores relevantes para a Gestão Pública: propriedades, características e uso em políticas públicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 Orientação para estudo, leitura, análise e interpretação de texto. A Universidade como universo de conhecimento. O estudo na Universidade. Processo de leitura. Análise textual. Análise temática. Análise interpretativa. Problemática. Síntese ou conclusão pessoal. Técnicas de leitura. A técnica de sublinhar. A técnica de esquematizar. A técnica de resumir. A técnica da documentação do estudo. **2** Ciência, metodologia e pesquisa. A ciência e os diferentes tipos de conhecimentos. Conhecimento popular. Conhecimento religioso. Conhecimento filosófico. Conhecimento científico. As Ciências Sociais e suas especificidades. Método e metodologia. O que é pesquisa. **3** Tipos de pesquisa. A primeira grande divisão. O método e a forma de abordar o problema. Quanto aos objetivos da pesquisa. Quanto aos procedimentos adotados na coleta de dados. **4** O processo de pesquisa. O processo de pesquisa. Etapas da pesquisa científica. O planejamento da pesquisa. A execução da pesquisa. A comunicação dos resultados. O processo de pesquisa no Curso de Graduação em Administração Pública. **5** Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. Técnicas de coleta de dados. Técnicas de análise de dados. **6** Estrutura e organização de trabalhos científicos. Os trabalhos científicos. Trabalho de Conclusão de Curso. Artigo científico

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Cláudio de Moura, *A Prática da Pesquisa*, São Paulo, 2ª Ed., 2006.
DEMO, Pedro *Metodologia Científica em Ciências Sociais*, São Paulo, Ed. Atlas, 1992.
LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*, Ed. UFMG, ARTMED, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo Editora Perspectiva, 1994
ABNT – *Associação Brasileira de Normas Técnicas*.
CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	TEORIA POLÍTICA	60		4	60	2º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Teoria normativa e teoria positiva. Teorias contemporâneas da justiça, teorias marxistas e feministas; teoria da escolha racional, economia do bem-estar e teorias da justiça; liberalismo, comunitarismo, republicanismo; teorias sobre a sociedade civil; escolha pública e escolha social; modelos de “política analítica”. A Democracia Liberal e Poliárquica. O Comunitarismo e as esferas da justiça. As políticas de reconhecimento. Republicanismo e Democracia Deliberativa. A esfera pública, democracia e pluralismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Teoria normativa e teoria positiva.
- 2 Teorias contemporâneas da justiça, teorias marxistas e feministas; teoria da escolha racional, economia do bem-estar e teorias da justiça; liberalismo, comunitarismo, republicanismo; teorias sobre a sociedade civil; escolha pública e escolha social; modelos de “política analítica”.
- 3 A Democracia Liberal e Poliárquica.
- 4 O Comunitarismo e as esferas da justiça.
- 5 As políticas de reconhecimento.
- 6 Republicanismo e Democracia Deliberativa.
- 7 A esfera pública, democracia e pluralismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DIAS, Reinaldo. *Ciência Política*. 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- COELHO, Ricardo Corrêa. *Ciência Política*. 2. Ed.. Florianópolis: UFSC, 2012
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 14. ed. - São Paulo: Malheiros, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. Tradução Jean Melville. - 2. ed. - São Paulo: Martin Claret, 2001
- HOBBS, Thomas. **O Leviatã: matéria, forma, e poder de uma república eclesiástica e civil**. São Paulo: Editora Martins, 2003.
- ROUSSEAU. J. J.. **O contrato social: princípios do direito político**. São Paulo: Editora Martins, 1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	ECONOMIA BRASILEIRA E REGIONAL	60		4	60	3º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais. A economia do Nordeste

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Fundamentos políticos da formação econômica do Brasil. Auge e declínio do modelo brasileiro de desenvolvimento. Os marcos da organização política e econômica no Brasil. Um período de rápidas transformações políticas e econômicas: 1930 a 1965. A economia brasileira nos períodos militar e democrático. O período militar. O período democrático.
- 2 O processo de industrialização no Brasil. Modernização e diversificação da economia brasileira. O atraso no processo de industrialização. A industrialização como objetivo central da política econômica. A trajetória mais recente do desenvolvimento industrial brasileiro.
- 3 Desigualdade, inflação e desemprego na economia brasileira. Os principais desequilíbrios do desenvolvimento capitalista no Brasil. O conturbado histórico da inflação brasileira na era republicana. Fatores conjunturais e estruturais na evolução do desemprego. Desigualdade de renda e desigualdades regionais.
- 4 A inserção externa da economia brasileira. A economia brasileira na era da globalização. Dívida externa e FMI. Déficit externo e vulnerabilidade. A atual estratégia brasileira de inserção na economia mundial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavínia Barros de; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer (org.). *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Saraiva, 2016.
- GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Economia brasileira contemporânea*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). *Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- WERNER, Baer. **A economia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009
- BACHA, Carlos José Caetano. *Entendendo a economia brasileira*. São Paulo: Alínea, 2007.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	PSICOLOGIA E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	60		4	60	3º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Contribuições das teorias psicológicas para o campo do estudo das organizações. Impacto dos diversos modos de organização do trabalho na vida e saúde das pessoas. Temas da psicologia na interface com os estudos organizacionais: motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão e conflito. Processo de liderança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Introdução ao estudo da Psicologia Organizacional. Introdução ao estudo da Psicologia Organizacional. O campo de ação da Psicologia Organizacional. Origem da Psicologia Organizacional. A Psicologia Organizacional no Brasil.
- 2 O indivíduo na organização. O indivíduo na organização. Motivação. Percepção. Aprendizagem.
- 3 O grupo na organização. Liderança. Características do líder. Teorias de liderança. Processo de socialização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BETIOL, Maria Irene Stocco (coord.). **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996.
- ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo Bastos; BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt (org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BERGAMINI, Cecília W. **Liderança**: Administração do Sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. **Psicodinâmica da Vida Organizacional**. São Paulo: Atlas, 1997.
- DEJOURS, Christophe. **A Loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ROTHMANN, Ian; COOPER, Carry. **Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho**. São Paulo: Campus, 2009.
- SCHEIN, Edgard H. **Psicologia organizacional**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	OFICINA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	30	30	3	60	3º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Universidade Pública, Extensão Universitária e Sustentabilidade Ambiental. Extensão Universitária e Formação do Administrador Público. Metodologias Participativas e Inovadoras para Projetos de Extensão. Casos e Experiências Extensionistas no Setor Público. Elaboração e desenvolvimento de prática extensionista em Sustentabilidade Ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- | | |
|---|--|
| <ol style="list-style-type: none">1. O que é Sustentabilidade Ambiental?2. Concepções e análise histórica da Extensão Universitária contextualizada ao estudo da Sustentabilidade Ambiental.3. Diretrizes da Extensão Universitária contextualizada ao estudo da Sustentabilidade Ambiental.4. A relação ensino, pesquisa e extensão contextualizada ao estudo da Sustentabilidade Ambiental.5. Procedimentos Metodológicos, Didáticos e Técnico-Científicos.6. Etapas para a Elaboração de Ações e Projetos de Extensão Universitária em Sustentabilidade Ambiental.7. Aplicação prática da extensão universitária em Sustentabilidade Ambiental.8. Avaliação das ações e projetos de extensão em Sustentabilidade Ambiental. | |
|---|--|

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. LAASCH, O. Fundamentos da gestão responsável: sustentabilidade, responsabilidade e ética. São Paulo: Cengage Learning, 2015. TACHIZAWA, T.; et al. Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Person Makron Books, 2010.
--

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELO NETO, José Francisco. Extensão Universitária: uma análise crítica. João Pessoa: Editora Universitária João Pessoa, 2001. MELO NETO, José Francisco (Org.). Extensão Universitária: diálogos populares. Recife: Editora Universitária, 2002. DE ARAÚJO, Juliana Pereira et al. Metodologias ativas na extensão universitária: o sujeito como centro e norteador do processo. Blucher Education Proceedings, v. 2, n. 1, p. 245-246, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Perí- do
		Teórica	Prática			
GP020	ASPECTOS LEGAIS DA GESTÃO PÚBLICA	60		4	60	3º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Estado e Sociedade. Estado e Direito. Origem e formação do Estado Moderno. Elementos do Estado: soberania, povo, território. Cidadania Moderna. Direitos e Garantias Fundamentais. Paradigmas Constitucionais. Estado e Democracia: participação direta e representação política, sufrágio, sistema partidário e sistema eleitoral. Organização do Estado: formas e sistemas de governo. Organização dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Federalismo: repartição de competências.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Estado, Governo e Administração Pública: administração pública direta e indireta, autarquias, fundações, associações e consórcios públicos, empresas estatais.
- 2 Princípios básicos da Administração Pública.
- 3 Administração pública e burocracia.
- 4 Poderes Administrativos.
- 5 Atos administrativos.
- 6 Controle da Administração Pública.
- 7 Improbidade administrativa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARROSO, Luis Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. 9ª ed. Editora Saraiva. São Paulo. 2020.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 10ª ed. Malheiros Editores. São Paulo. 2000,

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 23ª ed. Editora Saraiva. São Paulo. 2019.
- MENDES, Gilmar e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 9ª ed. Editora Saraiva. São Paulo. 2014.
- SOUZA NETO, Cláudio Pereira de e SARMENTO, Daniel. *Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho*. Belo Horizonte, Editora Forum, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	60		4	60	3º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Sistemas eleitorais, partidos e sistemas partidários; sistemas de governo e processos de tomada de decisão; funcionamento do Legislativo e relações entre Executivo e Legislativo. Análise comparada, desempenho de instituições democráticas em países do centro e da periferia do capitalismo; instituições democráticas e diferentes condições socioeconômicas e culturais. Estudos de formas de organização de democracias liberais, organização Estado: unitarismo X federalismo; processos e poderes (executivo, legislativo).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Análise das diferentes combinações entre instituições e condições (políticas, socioeconômicas e culturais) nas unidades subnacionais e de seus efeitos combinados;
- 2 Perfis e as trajetórias das elites políticas;
- 3A distribuição de preferências e recursos entre os atores relevantes e suas atitudes;
- 4 O comportamento e os padrões de interação entre os atores relevantes e seus resultados;
- 5 Tendências contemporâneas de avaliação baseadas em participação e negociação entre instituições e atores envolvidos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CASTRO, Ana Celia et al. *Brasil em desenvolvimento: instituições, políticas e sociedade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- REIS VELLOSO, João Paulo dos; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Orgs.). *Crise política e reforma das instituições de Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006
- DAHL, R. *Análise Política Moderna*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- LIJPHART, Arend. (2008). *Modelos de democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos A. P. (Orgs.). *Federalismo e Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ
- TSEBELIS, G. (2009). *Atores com Poder de Veto: como funcionam as instituições políticas*. Rio de Janeiro: FGV

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	Métodos Quantitativos	60		4	60	4º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Fases do método estatístico. Dados brutos e derivados. Medidas de tendência central, separatrizes, medidas de dispersão. Probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostras e populações. Testes de hipóteses. O modelo de regressão linear; regressão linear entre duas variáveis e regressão linear múltipla; introdução aos modelos de equações simultâneas; análise de problemas econométricos; modelos econométricos; exemplos aplicados à econometria.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 Fases do Método Estatístico, População e Amostra. Fases do Método Estatístico. Definição do Problema. Planejamento. Coleta de Dados. Organização de Dados. Apresentação de Dados. Análise e Interpretação de Dados. População e Amostras. Amostragens Probabilísticas. Amostragens não probabilísticas.

2 Distribuições de Frequências e Representação Gráfica. Distribuições de Frequências. Distribuições de Frequências de uma Variável Quantitativa Contínua. Distribuições de Frequências de uma Variável Qualitativa. Distribuições de Frequências de uma Variável Quantitativa Discreta. Representação Gráfica.

3 Medidas de Posição e Dispersão. Medidas de Posição. Média. Moda. Mediana. Separatrizes. Medidas de Dispersão. Amplitude Total. Variância. Desvio Padrão. Coeficiente de Variação.

4 Probabilidade. Experimento Aleatório. Espaço Amostral. Evento. Definições de Probabilidades. Probabilidade Condicional. Regra do Produto e Eventos Independentes. Algumas Regras Básicas de Probabilidades.

5 Distribuição de Probabilidades Discretas e Contínuas. Distribuições Discretas. Distribuição Binomial. Distribuição de Poisson. Distribuições Contínuas. Distribuição Normal. Distribuições Amostrais. Distribuição t de Student. Distribuição de Qui-Quadrado. Distribuição de F. Noções de Estimação. Estimação por Intervalos. Dimensionamento de Amostras.

6 Testes de Hipóteses. Estrutura dos Testes de Hipóteses. Teste de Hipótese para uma Média. Teste de Hipótese para a Razão de duas Variâncias. Teste de Hipótese para a Diferença entre Médias. Teste de Hipótese para a Diferença entre Proporções. Teste de Qui-Quadrado de Independência. Associação entre Variáveis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Econometria Básica. São Paulo: Makron. (4ª edição)

SARTORIS, A. 2007. *Estatística e Introdução à Econometria*. São Paulo, Ed. Saraiva.

BUSSAB, W. O; MORETTIN, P. A. 2010. *Estatística Básica*. São Paulo: Saraiva (6ª edição)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

WOOLDRIDGE, J.M. 2005. *Introdução à Econometria: Uma Abordagem Moderna*. GUJARATI, D. 2006.

HILL, C., GRIFFITHS, W.E., JUDGE, G.G. 2003. *Econometria*. São Paulo: Saraiva (2ª edição).

PINDICK, R.S., RUBINFELD, D.L. 2004. *Econometria: Modelos e Previsões*. Rio de Janeiro: Elsevier

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Perí- do
		Teórica	Prática			
	FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA	60		4	60	4º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Gestão Pública: origens, evolução, formatos organizacionais, patrimonialismo, administração burocrática. Nova Gestão Pública, governança participativa. Gestão privada e gestão pública: distinção. Relação entre gestão pública e política. Noções de controle público e *accountability*. Histórico da gestão pública no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Introdução ao estudo da Administração Pública. Administração Pública: noções básicas. Como podemos entender a Administração Pública. Governabilidade e governança (governance).
- 2 Administração Pública e suas tipologias. Dominação tradicional e Administração Pública Patrimonialista. Dominação racional-legal e Administração Pública Burocrática. A eficiência versus as disfunções da burocracia. A Nova Gestão Pública.
- 3 A Nova Gestão Pública: casos pioneiros. A configuração do Estado Gerencial. As características das estruturas organizacionais. Os servidores públicos no Estado Gerencial. As experiências pioneiras da NGP.
- 4 O patrimonialismo na Administração Pública brasileira. Os primórdios do patrimonialismo português na gestão colonial. O patrimonialismo no Brasil colonial.
- 5 A Administração Pública brasileira rumo à burocratização. Brasil: da Monarquia à República Velha. A burocratização: dos anos 1930 a 1985.
- 6 A Administração Pública Gerencial no Brasil. O advento da Administração Pública Gerencial. Críticas e alternativas teóricas à tipologia da Administração Pública Gerencial. Algumas reflexões críticas aos pressupostos do Gerencialismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Construindo o Estado Republicano. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.
- COSTIN, Claudia. Administração Pública. São Paulo: Elsevier, 2010.
- TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). *Reforma do estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.
- JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). *Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- MEDEIROS, Paulo César (org.). *Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados*. São Paulo: Qualitymark, 2008.
- PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	OFICINA DE GESTÃO DE PESSOAS E QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES	30	30	3	60	4º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Universidade Pública, Extensão Universitária e Gestão de Pessoas e Saúde Mental dos Servidores. Extensão Universitária e Formação do Administrador Público. Metodologias Participativas e Inovadoras para Projetos de Extensão. Casos e Experiências Extensionistas no Setor Público. Elaboração e desenvolvimento de prática extensionista em Gestão de Pessoas e Saúde Mental dos Servidores.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O que são Gestão de Pessoas e Saúde Mental dos Servidores?
2. Concepções e análise histórica da Extensão Universitária contextualizada ao estudo da Gestão de Pessoas e Saúde Mental dos Servidores.
3. Diretrizes da Extensão Universitária contextualizada ao estudo da Gestão de Pessoas e Saúde Mental dos Servidores.
4. A relação ensino, pesquisa e extensão contextualizada ao estudo da Gestão de Pessoas e Saúde Mental dos Servidores.
5. Procedimentos Metodológicos, Didáticos e Técnico-Científicos.
6. Etapas para a Elaboração de Ações e Projetos de Extensão Universitária em Gestão de Pessoas e Saúde Mental dos Servidores.
7. Aplicação prática da extensão universitária em Gestão de Pessoas e Saúde Mental dos Servidores.
8. Avaliação das ações e projetos de extensão em Gestão de Pessoas e Saúde Mental dos Servidores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHANLAT, J. F. O Indivíduo na Organização. São Paulo Atlas, 1996, volumes I, II e III.
PAGÈS. M. et al. O Poder das Organizações. São Paulo Atlas, 1993.
DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho**: Estudos de Psicopatologia do Trabalho. 5ª ed. Cortez. São Paulo, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELO NETO, José Francisco. **Extensão Universitária**: uma análise crítica. João Pessoa: Editora Universitária João Pessoa, 2001.
MELO NETO, José Francisco (Org.). **Extensão Universitária**: diálogos populares. Recife: Editora Universitária, 2002.
DE ARAÚJO, Juliana Pereira et al. **Metodologias ativas na extensão universitária**: o sujeito como centro e norteador do processo. Blucher Education Proceedings, v. 2, n. 1, p. 245-246, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	DIREITO ADMINISTRATIVO	60		4	60	4º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de economia mista. Empresas públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Gênese e evolução do Direito Administrativo. Direito Administrativo como ramo do Direito Público. História e Princípios do Direito Administrativo. O Direito Administrativo no Brasil. O ensino do Direito Administrativo. Princípios da Administração Pública.
- 2 Agentes públicos. Categorias de Agentes Públicos. Espécies de agentes públicos. Regime jurídico. Competência Organizacional. Sistema remuneratório dos agentes públicos. Direitos dos servidores. Responsabilidade do servidor.
- 3 Atos e fatos jurídicos. Os atos que movimentam a Administração Pública. Elementos do ato administrativo. Atributos do ato administrativo. Discricionariedade e vinculação. Formalização dos atos administrativos. Desfazimento dos atos administrativos. Prescrição dos atos inválidos. Poder de polícia. Intervenção na propriedade privada.
- 4 Serviço público e função pública. A organização da Administração Pública. Estrutura da Administração Pública brasileira. Entidades paraestatais (em colaboração). O terceiro setor e o direito administrativo brasileiro.
- 5 Licitação e Contrato Administrativo. Previsão Constitucional. A licitação. Contratos Administrativos. Convênios administrativos. Consórcios públicos.
- 6 Transparência e controle da Administração. Transparência na gestão pública. Controle da Administração. Controle interno. Controle externo. Crimes contra a Administração Pública

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016
- GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 12. ed. São Paulo: Saraiva

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 32. ed. Rio de Janeiro: GEN: Atlas, 2018

Políticas públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	DEMOGRAFIA E INDICADORES SOCIAIS	60		4	60	5º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Demografia: conceitos básicos. Indicadores sociais: noções conceituais e de construção, propriedades, características e usos. Bases de dados secundárias: indicadores prontos ou estatísticas básicas. Manipulação dos indicadores sociais com base em estatística descritiva básica: tabelas, gráficos e mapas. Construção de diagnósticos de áreas sociais ou de políticas específicas, com base em dados existentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Demografia: conceitos básicos.
- 2 Indicadores sociais: noções conceituais e de construção, propriedades, características e usos. Bases de dados secundárias: indicadores prontos ou estatísticas básicas.
- 3 Manipulação dos indicadores sociais com base em estatística descritiva básica: tabelas, gráficos e mapas.
- 4 Construção de diagnósticos de áreas sociais ou de políticas específicas, com base em dados existentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JANUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil. Campinas: Átomo e Alínea, 2003

PREVIDELLI, Maria de Fátima Silva do Carmo (2020). Estudos Populacionais – elementos de teoria e história. Curitiba, InterSaberes

CASTRO, Guilherme Caldas (2021). Fundamentos de Demografia. Rio de Janeiro, Editora Autografia

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MATIAS-PEREIRA, José. *Curso de Planejamento Governamental: Foco nas Políticas Públicas e nos Indicadores Sociais*. São Paulo: Atlas, 2015.

SIMÕES, André. FRESNEDA, Betina. *Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e Análise. Informações demográficas e socioeconômicas. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. 2016.

MATIJASCIC, Milko; KAY, Stephen J. 2019. Reforma da previdência social brasileira e a experiência internacional: custeio, benefícios, capitalização, mercado de trabalho e demografia. *Revista NEcat*. Ano 8, nº 15 jan/jun

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO	60		4	60	5º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Conceitos de federalismo fiscal. Descentralização fiscal: prós e contras. Distribuição federativa de tributos. Tributos: conceito e classificação. Obrigatoriedade, isenção e imunidade. Fato gerador. Sistema tributário nacional. Estudo dos impostos que afetam as empresas. Processos penais decorrentes da Legislação tributária. Transferências intergovernamentais. Distribuição federativa dos gastos públicos. Endividamento e responsabilização fiscal. Gastos governamentais em políticas sociais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Conceitos de federalismo fiscal.
- 2 Descentralização fiscal: prós e contras.
- 3 Distribuição federativa de tributos.
- 4 Transferências intergovernamentais.
- 5 Distribuição federativa dos gastos públicos.
- 6 Endividamento e responsabilização fiscal.
- 7 Gastos governamentais em políticas sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos A. P. (Orgs.). Federalismo e Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ

AMARO, Luciano. Direito Tributário brasileiro. 18^a ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV e Fiocruz, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FABRETTI, Láudio Camargo. Código Tributário Nacional Comentado. 8^a Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

TSEBELIS, G. (2009). Atores com Poder de Veto: como funcionam as instituições políticas. Rio de Janeiro: FGV.

ARRETCHE, Marta. 2004. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. Revista São Paulo em Perspectiva. vol. 18, nº 2. São Paulo, abr/jun

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	OFICINA DE ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA E DO DISCURSO POLÍTICO	30	30	3	60	5º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Universidade Pública, Extensão Universitária e Comunicação Pública e Discurso Político. Extensão Universitária e Formação do Administrador Público. Metodologias Participativas e Inovadoras para Projetos de Extensão. Casos e Experiências Extensionistas no Setor Público. Elaboração e desenvolvimento de prática extensionista em comunicação pública e discurso político.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O que são comunicação pública e discurso político?
2. Concepções e análise histórica da Extensão Universitária contextualizada ao estudo da comunicação pública e do discurso político.
3. Diretrizes da Extensão Universitária contextualizada ao estudo da comunicação pública e do discurso político.
4. A relação ensino, pesquisa e extensão contextualizada ao estudo da comunicação pública e do discurso político.
5. Procedimentos Metodológicos, Didáticos e Técnico-Científicos.
6. Etapas para a Elaboração de Ações e Projetos de Extensão Universitária em Comunicação Pública e Discurso Político.
7. Aplicação prática da extensão universitária em Comunicação Pública e Discurso Político.
8. Avaliação das ações e projetos de extensão em Comunicação Pública e Discurso Político.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHARAUDEAU, P. (2017). *Discurso Político*. São Paulo, Editora Contexto.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2016.

PINTO, Milton J. **Comunicação e Discurso**. Rio de Janeiro: Hacker, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELO NETO, José Francisco. **Extensão Universitária**: uma análise crítica. João Pessoa: Editora Universitária João Pessoa, 2001.

MELO NETO, José Francisco (Org.). **Extensão Universitária**: diálogos populares. Recife: Editora Universitária, 2002.

DE ARAÚJO, Juliana Pereira et al. **Metodologias ativas na extensão universitária**: o sujeito como centro e norteador do processo. Blucher Education Proceedings, v. 2, n. 1, p. 245-246, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	GRAMÁTICAS POLÍTICAS E GRUPOS DE INTERESSE	60		4	60	5º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Modelos de gramáticas políticas (Patrimonialismo, Clientelismo, Corporativismo, Insulamento Burocrático e Universalismo de Procedimentos). Esfera pública: conceito, gênese e desenvolvimento. Contribuição do conceito para a teoria democrática contemporânea. Padrão de ação dos atores - associações cívicas e grupos de interesse e combate a corrupção. Associativismo, esfera pública e estado: relações em contextos determinados e contribuição para a democratização. Influência do <i>lobby</i> e do <i>advocacy</i> no processo de tomada de decisão em políticas públicas
--

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Exploração de conceitos como Sociedade, Estado, Política e Governo, entre outros;
2. Sociedade e suas Instituições; Política, Poder, Estado e Governo; Liberalismo e Marxismo;
3. Mercado e Estado: o público e o privado na regulação da vida social; Políticas Públicas;
4. Diferença entre Administração Patrimonial e a Administração Burocrática;
5. Insulamento Burocrático e gramáticas políticas;
6. Razões que levam os indivíduos a se organizarem para a realização dos interesses comuns;
7. A conjuntura histórica que funda o Estado de Bem-Estar Social;
8. Lobby e grupos de interesse;
9. Associativismo, esfera pública e Estado

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NUNES, Edson. A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele; SANO, Hironobu. Trajetória recente da cooperação e coordenação no federalismo brasileiro: avanços e desafios. República, democracia e desenvolvimento, 2013.

AVRITZER, Leonardo. Impasses da Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LASSWELL, Harold. "O Interesse público: sugestões de princípios e de método". In: Carl J. Friedrich (org.). *O interesse público*. São Paulo: O Cruzeiro, 1962.

LOPEZ, Félix Garcia. "Práticas corruptas, estratégias de combate e normas sociais". *Cadernos Adenauer*, nº 3, 2011

SIMMEL, Geog. O dinheiro na cultura moderna. In: BOTELHO, André. *Essencial sociologia*. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	DEMOCRACIA DIGITAL E GOVERNO ELETRÔNICO	60		4	60	5º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Democracia e internet. Governo eletrônico. Participação e representação digital. Governança eletrônica. Accountability e transparência no governo eletrônico. Inclusão e exclusão digital. Avaliação de portais governamentais. Deliberação on line. Gestão estratégica da informação: democratização, participação, controle interno / externo. Lei de Acesso à Informação

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Principais conceitos e abordagens sobre o governo eletrônico.
- 2 Casos e experiências exitosas de governo eletrônico no Brasil.
- 3 Avanços e dificuldades do governo eletrônico.
- 4 Governo eletrônico como ferramenta de prestação de serviços.
- 5 A transparência proporcionada por sistemas de governo eletrônico
- 6 Analisando a prestação de serviços ao cidadão.
- 7 A Lei de acesso à informação: conceitos, abrangência e limitações.
- 8 Implementação da governança eletrônica como forma de participação social e democracia

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CARDON, D. A democracia internet - promessas e limites. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.
- CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- MEHL, J. P.; SILVA, S. P. (Orgs.). Cultura digital, internet e apropriações políticas: experiências, desafios e horizontes. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MENDONÇA, Ricardo F.; PEREIRA, Marcus A.; FILGUEIRAS, F. (Orgs.). Democracia, tecnologia e redes: ação social, movimentos e transparência. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016
- PIMENTA, M. S; CANABARRO, D. R. (Orgs.) Governança Digital. Porto Alegre: UFRGS, 2014
- SILVA, Sivaldo P.; BRAGATTO, Rachel C.; SAMPAIO, Rafael C. (Orgs.). Democracia digital, comunicação política e redes: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	SISTEMA DE CONTROLE PÚBLICO	60		4	60	6º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Controles da Administração Pública: Externo, Interno e Social. Controle Externo: Definição e limitações. Tipos de Controle Externo. Principais órgãos, procedimentos e ferramentas do Controle Externo. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Controles da Administração Pública: Externo, Interno e Social.
2. Controle Externo: Definição e limitações. Tipos de Controle Externo. Funções e responsabilidades do poder Legislativo, dos Tribunais de Contas e do Ministério Público. Atuação do controle externo na Administração Direta e Indireta. Mecanismos e ferramentas de controle utilizados pelos controles externos.
3. Questões contemporâneas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2015.

GUERRA, E. M. *Os Controles Externo e Interno da Administração Pública*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007.

PARANÁ, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. *Controle externo: coletânea de artigos nas diversas áreas da administração pública*. Curitiba: Tribunal de Contas do Estado do Paraná: 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010

PASCOAL, Valdecir. **Direito Financeiro e Controle Externo: Teoria Jurisprudência e 400 questões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

TORRES, M. D. F. **Agências, Contratos e OSCIPs: A Experiência Pública Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	ORÇAMENTO PÚBLICO	60		4	60	6º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Planejamento e Orçamento Público: fundamentos, princípios e evolução. Funções do Estado, teoria da tributação. O processo orçamentário brasileiro: elaboração, execução, alterações e controle do Plano Plurianual – PPA; da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA. Federalismo fiscal no Brasil. A Lei de Responsabilidade Fiscal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução ao Planejamento e ao Orçamento Público; O Papel do Orçamento na Gestão Pública; O que é Orçamento Público? Sistema Brasileiro de Planejamento e Orçamento; Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual e Classificações das Receitas e Despesas Públicas; Lei Orçamentária Anual; Finalidade e Conteúdo; Receitas Públicas; Classificação Orçamentária das Receitas;
2. Despesas Públicas; Classificações Orçamentárias das Despesas; Sistemas de Informações Orçamentárias e Elaboração da Lei Orçamentária Anual; Elaboração da Proposta Orçamentária; Orçamento Participativo; Apreciação Legislativa da Proposta Orçamentária; Execução, Controle e Evolução do Orçamento Público; Execução da Lei Orçamentária Anual; Cronograma de Desembolso e Programação Financeira;
3. Licitação; Empenho, Liquidação e Pagamento; Analisando o Perfil das Despesas; Execução de Despesas por Convênios e Contratos;
4. Avaliação e Controle da Gestão Orçamentária; Instâncias de Avaliação e Controle; Instrumentos de Avaliação e Controle; Avaliação de Desempenho; Evolução e Perspectivas do Orçamento Público; O Orçamento como Processo Evolutivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BEZERRA FILHO, João Eudes. *Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva*. São Paulo: Atlas, 2012.
- GIACOMONI, James. (2017), *Orçamento Público*. 17ª edição revista e atualizada. São Paulo: Editora Atlas.
- MATIAS-PEREIRA, José. *Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil*. 5. ed. rev. e atual. - São Paulo: Atlas, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AFONSO, José Roberto R. (2016) Uma História da Lei Brasileira de Responsabilidade Fiscal, *Revista Direito Público*, Porto Alegre, Edição Especial, pp. 126-154
- PIRES, Waldemir. (2011), *Orçamento Público: abordagem tecnopolítica*. São Paulo: Cultura Acadêmica/Unesp.
- FREITAS, Mário S. N. *Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica*. Bahia Análise e Dados. Salvador, 2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	OFICINA DE ENVELHECIMENTO E SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	30	30	3	60	6º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Universidade Pública, Extensão Universitária e Envelhecimento e Sistema Previdenciário. Extensão Universitária e Formação do Administrador Público. Metodologias Participativas e Inovadoras para Projetos de Extensão. Casos e Experiências Extensionistas no Setor Público. Elaboração e desenvolvimento de prática extensionista em Envelhecimento e Sistema Previdenciário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O que são Envelhecimento e Sistema Previdenciário?
2. Concepções e análise histórica da Extensão Universitária contextualizada ao estudo do Envelhecimento e Sistema Previdenciário.
3. Diretrizes da Extensão Universitária contextualizada ao estudo do Envelhecimento e Sistema Previdenciário.
4. A relação ensino, pesquisa e extensão contextualizada ao estudo do Envelhecimento e Sistema Previdenciário.
5. Procedimentos Metodológicos, Didáticos e Técnico-Científicos.
6. Etapas para a Elaboração de Ações e Projetos de Extensão Universitária em Envelhecimento e Sistema Previdenciário.
7. Aplicação prática da extensão universitária em Envelhecimento e Sistema Previdenciário.
8. Avaliação das ações e projetos de extensão em Envelhecimento e Sistema Previdenciário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEANDRO, J. G. Relação Executivo-Legislativo e Processo de Retração de Provisões Sociais: as reformas da previdência de 1998 e 2003 no Brasil. *Política Hoje* (UFPE. Impresso), v. 21, p. 113-149, 2012.

MATIJASCIC, Milko; KAY, Stephen J. 2016. A reforma da previdência brasileira no âmbito de um mercado de trabalho heterogêneo. *Revista da ABET*, vol 16, nº 1.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cardenos de Atenção Básica nº 19- Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: MS, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELO NETO, José Francisco. **Extensão Universitária**: uma análise crítica. João Pessoa: Editora Universitária João Pessoa, 2001.

MELO NETO, José Francisco (Org.). **Extensão Universitária**: diálogos populares. Recife: Editora Universitária, 2002.

DE ARAÚJO, Juliana Pereira et al. **Metodologias ativas na extensão universitária**: o sujeito como centro e norteador do processo. *Blucher Education Proceedings*, v. 2, n. 1, p. 245-246, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
GP005	MOVIMENTOS SOCIAIS E REPRESENTAÇÃO POPULAR	60		4	60	6º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Ação coletiva; identidades coletivas; paradigmas de interpretação dos movimentos sociais; movimentos sociais no Brasil e em Pernambuco; efeitos da inserção institucional em arranjos participativos sobre os padrões de ação coletiva de movimentos sociais. Representação popular

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Movimento dos Direitos Civis: luta pela igualdade racial e contra a segregação.

Movimento Feminista: Busca da igualdade de gênero e os direitos das mulheres em diversas esferas da sociedade.

Movimento Ambientalista: A proteção do meio ambiente e sustentabilidade.

Movimento LGBTQ+: Luta pelos direitos e igualdade de pessoas de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST): Luta pela reforma agrária e pelo direito à terra.

Amplificação de Vozes: Visibilidade a problemas e demandas que podem ser ignorados pelos canais políticos tradicionais.

Mudança Social: Avanços em direitos humanos e justiça social que resultaram da ação direta de movimentos sociais.

Engajamento Cívico: A participação ativa dos cidadãos na vida pública, fortalecendo a democracia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. Lua Nova, São Paulo, 84: 353-364, 2011.

DAGNINO, E. (org.) 2002. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra.

DOIMO, A. 1995. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Anpocs/Relume Dumará.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FELTRAN, G. 2010. "Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo". Lua Nova, n. 79, pp. 201-233.

HOUTZAGER, P.; GURZA LAVALLE, A.; ACHARYA, A. 2004. "Atores da sociedade civil e atores políticos. Participação nas novas políticas democráticas em São Paulo". In: AVRITZER, L. (org.) Participação em São Paulo. São Paulo: Ed. da Unesp, pp. 257-322.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. 2002. "Para Ampliar o cânone democrático". In: SANTOS, B. S. (org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	60		4	60	6º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Análise de processos que conduzem à expansão dos Direitos de Cidadania, com especial ênfase na condição de vida urbana, na experiência da gestão pública em suas interfaces com as lutas sociais e políticas. Direitos humanos e cidadania na construção das lutas sociais e na constituição de novos sujeitos de direito. Discussão sobre as origens e formas de compreensão dos Direitos: direitos políticos e civis, direitos e garantias individuais, direitos sociais e econômicos, direitos difusos. Integralidade e Indivisibilidade dos Direitos. Plataforma Internacional dos Direitos Humanos. Reconstrução histórica no processo de afirmação dos Direitos Humanos na sociedade brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Direitos Civis: a liberdade de expressão, direito à privacidade, liberdade religiosa, e direito à propriedade.

Direitos Políticos: o direito de votar, ser votado, e participar na formação das políticas públicas.

Direitos Sociais: o acesso a educação, saúde, segurança, e assistência social.

Deveres: o cumprimento das leis, pagamento de impostos, e participação na defesa do país.

Declaração Universal dos Direitos Humanos: conjunto de direitos básicos, adotada pela ONU em 1948, que devem ser garantidos a todos os seres humanos.

Convenções e Tratados Internacionais: Diversos documentos internacionais que complementam a Declaração Universal, tratando de direitos específicos, como a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

Indivisibilidade e Interdependência: agenda contemporânea de promoção e proteção dos direitos humanos que são interligados e igualmente importantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. *Texto para discussão*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, n. 985, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A cidadania no Brasil: o longo caminho*. São Paulo: Civilizações Brasileira, 2001.

IPEA. Vinte Anos da Constituição Federal. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, v. 1, n. 17, Brasília, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRETCHE, Marta. *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. Rio de Janeiro: Revan: FAPESPE, 2000.

HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. *Política social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOLA, Lourdes; LOUREIRO, Maria Rita (org.). *Democracia, Mercado e Estado*. O B de BRICS. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	Inovação e Transformação Industrial	60		4	60	7º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

O conceito de Inovação – perspectivas históricas. A transformação industrial como ferramenta de desenvolvimento econômico. Desenvolvimento científico (science push) e demanda por novas tecnologias (demand pull). A inovação como um processo de aprendizado não-linear, cumulativo, específico da localidade e conformado institucionalmente. A capacidade inovativa de um país ou região como resultado das relações entre os atores econômicos, políticos, sociais, culturais e institucionais.	
--	--

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- | | |
|---|--|
| <ol style="list-style-type: none">1. O conceito de Inovação - perspectivas históricas2. A transformação industrial como ferramenta de desenvolvimento econômico3. Desenvolvimento científico (science push) e demanda por novas tecnologias (demand pull).4. A inovação como um processo de aprendizado não-linear, cumulativo, específico da localidade e conformado institucionalmente5. A capacidade inovativa de um país ou região como resultado das relações entre os atores econômicos, políticos, sociais, culturais e institucionais | |
|---|--|

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. ETZKOWITZ, H. e ZHOU, C. (2017). Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. <i>Estudos Avançados</i>, 31 (90) EVANS, PETER (1993). O Estado como Problema e Solução. <i>Lua Nova, Revista de Cultura e Política</i>, 28-29, 1993: p.107-156.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRISOLLA, S. et al. As relações universidade-empresa-governo: um estudo sobre a Universidade Estadual de Campinas. <i>Educação & Sociedade</i>, ano XVIII, n. 61, dez. 1997. CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. Tecnoglobalismo e o papel dos esforços de P&D&I das multinacionais no Brasil. <i>Parcerias Estratégicas</i>, n. 22, 2005. CASSIOLATO, J.E. et al. A relação universidade e instituições de pesquisa com o setor industrial: uma análise de seus condicionantes. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1996. FIORI, J. L. O poder americano. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.	
--	--

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Perí- do
		Teórica	Prática			
	GESTÃO PATRIMONIAL, LICITAÇÃO E COMPRAS PÚBLICAS	60		4	60	7º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle. Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Convênios: aspectos gerais, participantes, objeto, formalização, controle. Conceito de recurso material e patrimonial. Classificação de Materiais. Gestão de Estoques. Métodos de previsão da demanda. Sistemas de reposição de estoque. Compras. Instrução de processos de compras em órgãos públicos. Indicação de marca nas compras públicas. Sistema de Registro de Preços. Governança de compras públicas. Fiscalização das compras públicas. Gestão de Almoxarifados. Gestão Patrimonial. Gestão de fornecedores (contratos)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Introdução à Logística. Nível de Serviço. Qualidade do Serviço Logístico. Atividades da Logística. Tempo do Ciclo do Pedido. Processo Logístico. Administração de Materiais. Distribuição Física. Planejamento da Logística.
- 2 Gestão do Processamento do Pedido. Definição de Gestão do Processamento do Pedido. Manutenção da Informação.
- 3 Gestão de Transporte. Análise Comparativa dos Modais. Custos de Transporte. Fatores que Impactam os Custos do Modal de Transporte.
- 4 Gestão de Estoque. Definição de Gestão de Estoque. Razões para a Organização Manter Produtos em Estoque. Classificação dos Estoques. Custos Relacionados ao Estoque. Planejamento de Estoque. Controle de Estoque. Gestão de Compras. Seleção de Fornecedores. 5 Armazenagem. Tipos de Armazéns. Gestão de Almoxarifado. Inventário. Manuseio de Materiais.
- 6 Administração de Patrimônio. Classificação dos Recursos Patrimoniais. Depreciação. Vida Econômica dos Recursos Patrimoniais.
- 7 Licitação e compras públicas
- 8 Pregão eletrônico
- 9 Dispensas e Inexigibilidade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.
- MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011
- FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- COSTA, Caio César de Medeiros. TERRA, Antônio Carlos Paim. *Compras públicas: para além da economicidade*. Brasília: Enap, 2019.
- FENILI, Renato Ribeiro. *Gestão de Materiais*. Brasília: ENAP, 2015.
- POZO, Hamilton. *Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística*. 6.ed. São Paulo SP: Atlas, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	OFICINA DE PLANEJAMENTO, FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	30	30	3	60	7º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Universidade Pública, Extensão Universitária e Planejamento, Formulação, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Extensão Universitária e Formação do Administrador Público. Metodologias Participativas e Inovadoras para Projetos de Extensão. Casos e Experiências Extensionistas no Setor Público. Elaboração e desenvolvimento de prática extensionista em Planejamento, Formulação, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O que são Planejamento, Formulação, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas?
2. Concepções e análise histórica da Extensão Universitária contextualizada ao Planejamento, Formulação, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.
3. Diretrizes da Extensão Universitária contextualizada ao Planejamento, Formulação, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.
4. A relação ensino, pesquisa e extensão contextualizada ao Planejamento, Formulação, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.
5. Procedimentos Metodológicos, Didáticos e Técnico-Científicos.
6. Etapas para a Elaboração de Ações e Projetos de Extensão Universitária em Planejamento, Formulação, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.
7. Aplicação prática da extensão universitária em Planejamento, Formulação, Implementação, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.
8. Avaliação das ações e projetos de extensão em Planejamento, Formulação, implementação, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DE OLIVEIRA, Carlos Eduardo; SANTOS ROCHA, Saulo José dos. Estado, políticas públicas e extensão universitária. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 22, 2010.

PEREIRA, Lucas Batista. Extensão Universitária e Políticas Públicas. **Revista Extensão & Cidadania. Vitória da Conquista**, v. 1, n. 1, p. 91-104, 2013.

SANTOS, Daisy Maria dos; SANTOS, José Marcos Monteiro Freire; SILVA, Veleida Anahí da (orgs). **Universidade além da sala de aula: extensão universitária, desenvolvimento local e cidadania**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELO NETO, José Francisco. **Extensão Universitária: uma análise crítica**. João Pessoa: Editora Universitária João Pessoa, 2001.

MELO NETO, José Francisco (Org.). **Extensão Universitária: diálogos populares**. Recife: Editora Universitária, 2002.

DE ARAÚJO, Juliana Pereira et al. **Metodologias ativas na extensão universitária: o sujeito como centro e norteador do processo**. Blucher Education Proceedings, v. 2, n. 1, p. 245-246, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	SERVIÇOS PÚBLICOS	60		4	60	7º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Estado, serviços públicos e servidor. Princípios dos Serviços Públicos. Direitos e acesso ao serviço público. Formatos institucionais de prestação de serviços públicos. Organização e gestão de serviços públicos. Contratação de serviços públicos. Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos. Qualidade nos serviços públicos. Co-produção do serviço público. O usuário/consumidor de serviços públicos. Participação e controle social nos serviços públicos. Gestão de serviços públicos em setores específicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Caracterização do Setor Público;
2. A Necessária Ênfase na Qualidade;
3. A Natureza dos Serviços e o seu Planejamento;
4. A Programação e Controle de Serviços e Aspectos Estruturais.
5. Caracterização do Setor Público
- 6 Analisando a prestação de serviços ao cidadão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. Concessão de serviço público. 2. ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Malheiros, 2002.

BITTENCOURT, Marcus Vinicius Corrêa. Controle das Concessões de Serviço Público. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

GROTTI, Dinora Adelaide Musetti. O serviço público e a constituição brasileira de 1988. São Paulo: Malheiros, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JUSTEN FILHO, Marçal. Teoria geral das concessões de serviço público. São Paulo: Dialética, 2003.

NETO, Luis Moretto; SALM, Vanessa Marie; SOUZA, Victor Burigo. A coprodução dos serviços públicos: modelos e modos de gestão. *Revista de Ciências da Administração*, p. 164-178, 2014.

PEREIRA, Cesar A. Guimarães. Usuários de serviços públicos: usuários, consumidores e os aspectos econômicos dos serviços públicos. São Paulo: Saraiva, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	REFORMA DO ESTADO	60		4	60	7º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Nova Gestão Pública, governança participativa. Estudos de formas de organização de democracias liberais, organização Estado: unitarismo X federalismo; processos e poderes (executivo, legislativo); concepções sobre burocracias públicas, políticas públicas, por governos eleitos

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Administração Pública e Planejamento. Reforma do Estado e da Administração Pública.
- 2 A conjuntura histórica que funda o Estado de Bem-Estar Social;
- 3 Caracterização dos modelos de Estado de Bem-Estar Social, segundo Esping-Andersen;
- 4 Variáveis que contribuem na formação de um modelo de Estado de Bem-Estar, segundo Esping-Andersen

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Da administração pública burocrática à gerencial” . In: Luiz Carlos Bresser-Pereira; Peter Spink (orgs.). Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 2001

DINIZ, Eli. “Globalização, reforma do Estado e teoria democrática contemporânea”. São Paulo em Perspectiva, vol. 15, nº 4, 2001

PACHECO, Regina Silvia. “A agenda da nova gestão pública”. In: Maria Rita Loureiro, et. all (orgs.). Burocracia e política no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOUREIRO, Maria Rita; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho; MORAES, Tiago Cacique. “Democracia e reforma do Estado: o desenvolvimento institucional dos tribunais de contas no Brasil Recente”. *Revista de Administração Pública*, ago. 2009, vol. 43, nº 4, p. 739-772.

PACHECO, Regina Silvia. “A agenda da nova gestão pública”. In: Maria Rita Loureiro, et. all (orgs.). *Burocracia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010

PRZEWORSKI, Adam. “Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva principal x agent”. In: Luiz Carlos Bresser-Pereira; Peter Spink (orgs.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	60		4	60	8º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Teorias do estado de bem-estar. Estado de Bem-Estar social - desenvolvimento e transformações recentes: análise comparativa. Republicanismo e Democracia Deliberativa. A relação entre Estado e mercado; o conceito de política social, o estado de bem-estar e o de regime de bem-estar: a evolução do conceito de cidadania e sua relação com as políticas sociais. Economia do bem-estar e teorias da justiça; liberalismo, comunitarismo, republicanismo; teorias sobre a sociedade civil.
--

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Estado Democrático de Direito.
- 2 A conjuntura histórica que funda o Estado de Bem-Estar Social
- 3 Caracterização dos modelos de Estado de Bem-Estar Social, segundo Esping-Andersen;
- 4 Variáveis que contribuem na formação de um modelo de Estado de Bem-Estar, segundo Esping-Andersen
- 5 Republicanismo e Democracia Deliberativa
- 6 A relação entre Estado e mercado; o conceito de política social, o estado de bem-estar e o de regime de bem-estar: a evolução do conceito de cidadania e sua relação com as políticas sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANDERSON, Perry. "Balanço do Neoliberalismo". Em Emir Sader (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- PORTO, LORENA E DELGADO, MAURICIO. *A América Latina e o Estado de Bem-Estar Social - Características, Obstáculos e Desafios*. Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.
- KERSTENETZKY, Célia L. *O Estado do bem-estar social na idade da razão – a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ABRUCIO, Luiz Fernando & PACHECO, Regina Silva (Org.). *Burocracia e política no Brasil: desafios para o estado democrático no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2007
- BOBBIO, Norberto. *O Futuro da democracia*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Perí- do
		Teórica	Prática			
	GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO	60		4	60	8º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Novas tendências e paradigmas da gestão pública contemporânea: características para a provisão de serviços e dilemas quanto à eficácia e eficiência. Temas para pensar o Brasil: ideia de governança; eficiência versus equidade; tipos e mecanismos de *accountability*; parcerias e relação público-privado; processos e instrumentos de regulação, contratualização e agencificação; gestão em redes; descentralização, relações intergovernamentais; intersetorialidade, integração e transversalidade; flexibilidade versus controle; gestão de pessoas nas organizações públicas. Experiências inovadoras de gestão pública no Brasil. Executivo, Legislativo, governança e *accountability*: a distribuição dos poderes de agenda e de veto entre os atores. Representantes, burocratas e cidadãos. *Accountability* e *responsiveness*: relações entre demandas, políticas e resultados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Conceituar a governança pública.
- 2 Discutir a participação e o desenvolvimento humano na sociedade e no trabalho como focos da governança pública.
- 3 Análise da Política Nacional e da Participação Social.
- 4 Análise da democracia deliberativa e a governança pública.
- 5 Coprodução de serviços na Administração Pública, Revalorização da esfera local. Discutir sobre a construção de redes de governança democrática

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- VIEIRA, James Batista; BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza. **Governança, Gestão de Risco e Integridade**. ENAP. Brasília, 2019.
- MATIAS-PEREIRA, José. Governança no setor público / José Matias-Pereira. - São Paulo: Atlas, 2010.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Governança: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria* / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- SLOMSKY, Valmor. *Controladoria e governança na gestão pública*. São Paulo: Atlas, 2005
- DA COSTA, Frederico Lustosa. Programa de Estudos e Pesquisas em Reforma do Estado e Governança. A reforma do estado e as organizações sociais. *RAP Rio de Janeiro*, v. 34, n. 1, p. 267-70, 2000
- CASTRO, Domingos Poubel de. *Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão: planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	OFICINA DE GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS	30	30	3	60	8º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Planejamento e projeto: conceituação, Estruturas organizacionais voltadas para projeto. Habilidades de gerente de projetos. Equipes de projeto. Ciclos e fases do projeto: fluxo do processo. Definição do escopo do projeto. Identificação de restrições. Planejamento de recursos e estimativas. Definição dos controles de planejamento do projeto. Criação do plano de projeto. Avaliação e controle do desempenho do projeto. Planejamento, programa e controle de projetos e produtos especiais, produzidos sob encomenda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Aceleração de projetos. Organização geral. Aplicação de técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e PERT/CUSTO. Uso de software para gerenciamento de projetos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O que é gestão de projetos públicos?
2. Concepções e análise histórica da Extensão Universitária contextualizada à gestão de projetos públicos.
3. Diretrizes da Extensão Universitária contextualizada à gestão de projetos públicos.
4. A relação ensino, pesquisa e extensão contextualizada à gestão de projetos públicos.
5. Procedimentos Metodológicos, Didáticos e Técnico-Científicos.
6. Etapas para a Elaboração de Ações e Projetos de Extensão Universitária em gestão de projetos públicos.
7. Aplicação prática da extensão universitária em gestão de projetos públicos.
8. Avaliação das ações e projetos de extensão em gestão de projetos públicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CLEMENTE, Ademir (org.). *Projetos empresariais e públicos*. São Paulo: Atlas, 2008.
CONTADOR, Cláudio R. *Projetos sociais: avaliação e prática*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
KEELING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. *Gestão de projetos: uma abordagem global*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KERZNER, Harold. *Gestão de projetos: as melhores práticas*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017
CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. *Gestão de projetos*. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013
PRADO, Darci. *Planejamento e Controle de Projetos*. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	GESTÃO DE RISCO	60		4	60	8º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Gestão de Riscos: identificação, avaliação, resposta, monitoramento e controle. Práticas relativas aos mecanismos de controle e à gestão de riscos. Definição dos conceitos de Risco, Imprevisto, Catástrofe e Vulnerabilidade. Marcos conceituais e legais da gestão de riscos e catástrofes. Risco e vulnerabilidade. Vulnerabilidades territoriais perante as mudanças climáticas globais

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Introdução ao Estudo de Projetos; Uso de Projetos na Área Pública; Um Pouco das Histórias sobre Projetos;
- 2 Conteúdos Presentes em um Projeto; Ciclo de Vida de um Projeto; Elaboração de Projetos; Escopo; Definição das Atividades e da Estrutura Analítica do Projeto; Definição das Precedências das Atividades; Cronograma e Diagramas de Dependência; Método do Caminho Crítico, ou Critical Path Method (CPM); PERT/Tempo e PERT/Custos;
- 3 Avaliação de Projetos; Custos e Despesas Futuras de Projetos; Risco e Retorno; Análise de Projetos Alternativos; Técnicas Quantitativas para Avaliação de Projetos; Organização e a Equipe de Projetos; Planejamento e Desempenho de Custos;
- 4 Componentes do Controle Interno: ambiente de controle; avaliação de risco; procedimentos de controle; procedimentos de controle de tecnologia da informação; informação e comunicação; e monitoramento.
- 5 Desastres ambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Referencial básico de gestão de riscos. Brasília: TCU/Segecex, 2018
- BRASIL. Ministério do Planejamento. Projeto de Desenvolvimento do Guia de Orientação para o Gerenciamento de Riscos. Programa Gespública. Secretaria de Gestão Pública. Brasília, 2013.
- VIEIRA, James Batista; BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza. Governança, Gestão de Risco e Integridade. ENAP. Brasília, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Governança: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria* / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014
- CENTRO CANADENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO. *Uma base para o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem para a gestão de riscos no serviço público* / Stephen Hill, Geoff Dinsdale; traduzido por Luís Marcos B. L. de Vasconcelos. Brasília: ENAP, 2003. 80 p. (Cadernos ENAP, 23)
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. *NBR ISO 31000: Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes*. Rio de Janeiro, 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	Trabalho de conclusão de curso	30		2	30	8º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

--

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

--

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	Oficina de Estudos de Combate a Corrupção	30	30	3	60	9º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Universidade Pública, Extensão Universitária e Combate a Corrupção. Extensão Universitária e Formação do Administrador Público. Metodologias Participativas e Inovadoras para Projetos de Extensão. Casos e Experiências Extensionistas no Setor Público. Elaboração e desenvolvimento de prática extensionista em estudos de Combate a Corrupção.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O que são Estudos de Combate a Corrupção?
2. Concepções e análise histórica da Extensão Universitária contextualizada ao estudo do Combate a Corrupção.
3. Diretrizes da Extensão Universitária contextualizada ao estudo do Combate a Corrupção.
4. A relação ensino, pesquisa e extensão contextualizada ao estudo do Combate a Corrupção.
5. Procedimentos Metodológicos, Didáticos e Técnico-Científicos.
6. Etapas para a Elaboração de Ações e Projetos de Extensão Universitária em estudos do Combate a Corrupção.
7. Aplicação prática da extensão universitária em estudos do Combate a Corrupção.
8. Avaliação das ações e projetos de extensão em estudos do Combate a Corrupção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FILGUEIRAS, Fernando de Barros. Notas críticas sobre o conceito de corrupção: um debate com juristas, sociólogos e economistas. Revista de Informação Legislativa n. 164, out-dez, 2004.

KLITGAARD, Robert. A corrupção sob controle. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.

BREI, ZANI ANDRADE. A corrupção: causas, consequências e soluções para o problema, em Revista de Administração Pública, FGV, Rio de Janeiro, maio/junho 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELO NETO, José Francisco. **Extensão Universitária**: uma análise crítica. João Pessoa: Editora Universitária João Pessoa, 2001.

MELO NETO, José Francisco (Org.). **Extensão Universitária**: diálogos populares. Recife: Editora Universitária, 2002.

DE ARAÚJO, Juliana Pereira et al. **Metodologias ativas na extensão universitária**: o sujeito como centro e norteador do processo. Blucher Education Proceedings, v. 2, n. 1, p. 245-246, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐	Disciplina	☒	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO		120	4	120	9º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Estudo de situação-problema, de caráter gerencial ou avaliativo da gestão pública ou da política pública, em uma organização pública, com a elaboração de um relatório final com análise da situação e proposta de solução.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 1: cumprimento do estágio obrigatório
Unidade 2: elaboração do trabalho de conclusão de curso

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. O estágio supervisionado. São Paulo: Cortez, 1995. 176 p. ISBN 85-249-0557-3: (broch.) PERES, Augusto de Souza. A elaboração do projeto de pesquisa. 4. ed. -. Joao Pessoa: Micrográfica, 1990. 79p.

BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação: estágio supervisionado. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 101 p. ISBN 8522101701 (broch.)

PORTELA, Keyla Christina Almeida; SCHUMACHER, Alexandre José. Estágio supervisionado: teoria e prática. 1.ed. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Ed. Viena, 2007. 191 p. (Coleção Secretarial) ISBN 9788537101087 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antônio Paulo F. de. Projeto de pesquisa: o que é? como fazer? um guia para sua elaboração. 7. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2011. 98 p. (Método; v.3) ISBN 857642004X (broch.).

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo; BECKER, Gracie Vieira; MELLO, Maria Ivone de (Colab.). Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 308 p. ISBN 8522440492 (broch.).

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. Monografia no curso de administração: guia completo de conteúdo e forma: inclui normas atualizadas da ABNT, TCC, TGI, trabalhos de estágio, MBA, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2004. 181 p. ISBN 8522439044 (broch.).

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC): ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação lato sensu. São Paulo: Atlas, 2008. xi, 116 p. ISBN 9788522450800 (broch.).

PROGRAMAS DOS COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICA INTERNACIONAL	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

A dimensão ideológica do processo de globalização. Perspectiva contemporânea do processo de globalização no âmbito das relações internacionais. Analisar as relações internacionais no período contemporâneo e verificar como se encontra estruturado o sistema internacional. Temas como a globalização, a regionalização, a interdependência e aqueles que têm ocupado a agenda dos governos nos anos de 1990, tais como as organizações internacionais e não-governamentais, o meio ambiente, os direitos humanos, os conflitos étnicos e religiosos, os nacionalismos e o terrorismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceitos Fundamentais; Globalização, Sociedade e suas Instituições; Política, Poder, Estado e Governo; Liberalismo e Marxismo; Mercado e Estado: o público e o privado na regulação da vida social;
2. O Estado de Bem-Estar Social: histórico e tipologias; Histórico; Modelos de Estado de Bem-Estar Social; Políticas Públicas: teorias e métodos de análise; Modelos Teóricos para a Análise de Políticas Públicas; Ciclos de Políticas Públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DINIZ, Eli. "Globalização, reforma do Estado e teoria democrática contemporânea". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 15, nº 4, 2001.
- RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. O que são relações internacionais. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- SEITENFUS, Ricardo. Manual das organizações internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Salete (orgs.). Terrorismos. São Paulo: Educ, 2006.
- RESENDE, Paulo-Edgar; DOWBOR, Laislau; IANNI, Octavio (orgs.). Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (orgs.). Cidades em relações internacionais. São Paulo: Desatino, 2009.
- VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luis Eduardo; MARIANO, Marcelo (orgs.). Dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: Unesp/Educ, 2004.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. Relações exteriores do Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	SEMINÁRIO TEMÁTICO EM GESTÃO PÚBLICA	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Discussão de temas e/ou autores contemporâneos de relevância para a área da Gestão Pública, acolhendo conteúdos inovadores que não encontram espaço nas disciplinas tradicionais e aproveitando, por exemplo, a agenda de pesquisa dos professores, inclusive de professores visitantes

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Será definido em função dos temas e/ou autores que serão trabalhados na disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Será definida em função do conteúdo programático da disciplina.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Será definida em função do conteúdo programático da disciplina.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	SEMINÁRIO TEMÁTICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Discussão de temas e/ou autores contemporâneos de relevância para a área da Política Pública, acolhendo conteúdos inovadores que não encontram espaço nas disciplinas tradicionais e aproveitando, por exemplo, a agenda de pesquisa dos professores, inclusive de professores visitantes

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Será definido em função dos temas e/ou autores que serão trabalhados na disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Será definida em função do conteúdo programático da disciplina.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Será definida em função do conteúdo programático da disciplina.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	SEMINÁRIO TEMÁTICO EM ANÁLISE POLÍTICA	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos s C.H.	
----------------	--	---------------	--	-------------------	--

EMENTA

Discussão de temas e/ou autores contemporâneos de relevância para a área da Análise Política, acolhendo conteúdos inovadores que não encontram espaço nas disciplinas tradicionais e aproveitando, por exemplo, a agenda de pesquisa dos professores, inclusive de professores visitantes

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Será definido em função dos temas e/ou autores que serão trabalhados na disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Será definida em função do conteúdo programático da disciplina.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Será definida em função do conteúdo programático da disciplina.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	TÓPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO PÚBLICA	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Discussão de temas e/ou autores contemporâneos de relevância para a área da Gestão Pública, acolhendo conteúdos inovadores que não encontram espaço nas disciplinas tradicionais e aproveitando, por exemplo, a agenda de pesquisa dos professores, inclusive de professores visitantes

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Será definido em função dos temas e/ou autores que serão trabalhados na disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Será definido em função dos temas e/ou autores que serão trabalhados na disciplina.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Será definido em função dos temas e/ou autores que serão trabalhados na disciplina.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANÁLISE POLÍTICA	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Discussão de temas e/ou autores contemporâneos de relevância para a área da Análise Política, acolhendo conteúdos inovadores que não encontram espaço nas disciplinas tradicionais e aproveitando, por exemplo, a agenda de pesquisa dos professores, inclusive de professores visitantes

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Será definido em função dos temas e/ou autores que serão trabalhados na disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Será definido em função dos temas e/ou autores que serão trabalhados na disciplina.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Será definido em função dos temas e/ou autores que serão trabalhados na disciplina.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICAS PÚBLICAS	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos s C.H.	
----------------	--	---------------	--	-------------------	--

EMENTA

Discussão de temas e/ou autores contemporâneos de relevância para a área da Política Pública, acolhendo conteúdos inovadores que não encontram espaço nas disciplinas tradicionais e aproveitando, por exemplo, a agenda de pesquisa dos professores, inclusive de professores visitantes

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Será definido em função dos temas e/ou autores que serão trabalhados na disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Será definido em função dos temas e/ou autores que serão trabalhados na disciplina.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Será definido em função dos temas e/ou autores que serão trabalhados na disciplina.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	Teorias da Decisão	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Conceitos básicos. Teorias e Processos de tomada de decisão. Consequências das decisões no plano político e seus impactos sobre aspectos relacionados aos fundamentos, aspectos orçamentários e gerências de políticas públicas em diversas áreas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceitos básicos
2. Teorias e Processos de tomada de decisão
3. Consequências das decisões no plano político e seus impactos sobre aspectos relacionados aos fundamentos, aspectos orçamentários e gerências de políticas públicas em diversas áreas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PRÉVE, Altamiro Damian. MORITZ, Gilberto de Oliveira. PEREIRA, Maurício Fernandes. Organização, Processos e Tomada de Decisão. 2. ed. reimp. – Florianópolis: UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012.

GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2002

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SIMON, H. *A racionalidade do processo decisório em empresas*. Rio de Janeiro: Multipl. v. 1, n. 1, 1980

MENEZES, W. F. Escolha e decisão em situação de incerteza e riscos. *Revista Nexos*, v. 5, n. 9, p. 59-105, 2012.

ANTUNES, C. H. e DIAS, L. C. (2007). *Decisão – perspectivas interdisciplinares*. Coimbra, Universidade de Coimbra.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Perí- do
		Teórica	Prática			
	ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	60		4	60	

Pré- requisitos		Correquisitos		Requisito s C.H.	
--------------------	--	---------------	--	---------------------	--

EMENTA

Construção nacional e construção do Estado no Brasil, desde a independência. Dinâmicas interdependentes da política, da economia e da estrutura social brasileira no último século. Etapas históricas do desenvolvimento político, econômico e social no Brasil. Função de Bem-estar. Equidade e Eficiência. Análise Custo-Benefício. O financiamento do Setor Público. Sistemas de Tributação. Políticas Sociais: Sistemas de Seguridade, Sistemas de Saúde e Sistemas de educação
--

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 Conceitos fundamentais da Economia. O significado de Economia. Explicação sobre o sentido de escassez na economia. Tomada de decisões. Funcionamento das economias. Bens e serviços. Agentes econômicos. **2** Evolução do pensamento econômico. O pensamento econômico em diferentes épocas e escolas. Economia Medieval ou Economia da Idade Média. Mercantilismo. Escola Fisiocrata. Escola Clássica. Escola Marxista. Escola Neoclássica. Escola Keynesiana. **3** Mensuração da atividade econômica. O objetivo da análise econômica. Evolução dos sistemas econômicos. Funcionamento de uma economia de mercado. Mercado. Estrutura de mercado. **4** Introdução à Teoria Monetária. Introdução à Teoria Monetária. Princípios de Teoria Monetária. Tipos de moeda. Política monetária. Demanda de moeda. Oferta de moeda. Funções do Banco Central. Instrumentos de política monetária. **5** Noções de comércio internacional. Noções de comércio internacional. Os determinantes do comércio internacional. Taxa de câmbio. Balanço de pagamentos. O papel da Organização Mundial do Comércio (OMC). **6** Desenvolvimento econômico e funções do setor público. Desenvolvimento econômico: tópicos introdutórios. Guerra Fria. A economia brasileira e o desenvolvimento econômico. Fontes de financiamento. Fontes de crescimento. Funções do setor público. Intervenção governamental. O setor público nas correntes do pensamento econômico. Por que regular? O que é política fiscal? Déficit e Superávit. Opções de política fiscal. Financiamento. Política fiscal e taxa de juros.

Tributação. Qualidade de Vida X Distribuição de Renda

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. In: ARAÚJO, Tarcísio Patricio;

VIANNA, Salvador Teixeira Werneck e MACAMBIRA, Júnior (Orgs.). 50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Ipea, 2009

SALLUM JR., Brasílio; GOULART, Jefferson O. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 24, n. 60, p. 115-135

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D.L. *Microeconomia* (7ª ed.). São Paulo: Pearson, 2010.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	TEORIA DOS JOGOS	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Efeitos de agregação e consequências não intencionais de ações intencionais. Escolha racional. Ação paramétrica e interação estratégica. Teoria da decisão. Otimização. Teoria dos jogos: representação de jogos em forma estratégica, dominância estrita e dominância fraca, equilíbrio de Nash, estratégias mistas, teorema de Nash, melhor resposta jogos de n jogadores, jogos de soma zero, jogos em forma extensiva, indução retrospectiva, equilíbrio perfeito de subjogos, indução prospectiva, jogos bayesianos, equilíbrio bayesiano, equilíbrio bayesiano perfeito e equilíbrio sequencial, sinalizações, reiteraões. Bens públicos, ação coletiva e soluções descentralizadas. Escolha social. Escolha pública. Dinâmica institucional. Formação e falsificação de preferências. Teoria dos jogos evolucionária. Não-linearidades, retroalimentações, sistemas complexos, simulações

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Efeitos de agregação e consequências não intencionais de ações intencionais.
- 2 Escolha racional.
- 3 Ação paramétrica e interação estratégica.
- 4 Teoria da decisão. Otimização.
- 5 Teoria dos jogos: representação de jogos em forma estratégica, dominância estrita e dominância fraca, equilíbrio de Nash, estratégias mistas, teorema de Nash, melhor resposta jogos de n jogadores, jogos de soma zero, jogos em forma extensiva, indução retrospectiva, equilíbrio perfeito de subjogos, indução prospectiva, jogos bayesianos, equilíbrio bayesiano, equilíbrio bayesiano perfeito e equilíbrio sequencial, sinalizações, reiteraões.
- 6 Bens públicos, ação coletiva e soluções descentralizadas.
- 7 Escolha social.
- 8 Escolha pública.
- 9 Dinâmica institucional.
- 10 Formação e falsificação de preferências.
- 11 Teoria dos jogos evolucionária.
- 12 Não-linearidades, retroalimentações, sistemas complexos, simulações

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FIANI, RONALDO (2015). Teoria dos Jogos. São Paulo, GEN Atlas.
- MIMBANG, Jean Blaise (2023). Teoria dos Jogos - a arte do pensamento estratégico.
- ABRANTES, Maria Luísa - A Teoria dos Jogos e os Oligopólios, 2004,

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- C. H. Hong, Aplicações da Topologia à Análise. IMPA, CNPq, Rio de Janeiro, 1986
- OLSON, M.; FERNANDEZ, F. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Edusp, 1999.
- BIERMAN, Scott H.; FERNANDEZ, Luiz. Teoria dos Jogos. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Pearson Prentice Hall, 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☒	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	Gênero e Políticas Públicas	30	30	3	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos s C.H.	
----------------	--	---------------	--	----------------------	--

EMENTA

O conceito de gênero e as relações sociais entre os sexos. Análise da incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas desenvolvidas por governos subnacionais no Brasil. Agenda de gênero e de sua relação com a agenda de reforma do Estado e das políticas públicas. Combate à violência contra a mulher e geração de emprego e renda. Gênero e Políticas Públicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O conceito de gênero e as relações sociais entre os sexos
2. Análise da incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas desenvolvidas por governos subnacionais no Brasil.
3. Agenda de gênero e de sua relação com a agenda de reforma do Estado e das políticas públicas
4. Combate à violência contra a mulher e geração de emprego e renda
5. Gênero e Políticas Públicas - desafios e oportunidades

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra G. *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres* São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 1998.

FARAH, Marta Ferreira Santos. "Gênero e políticas públicas na esfera local de governo". *Organizações e Sociedade*, v. 6, n. 14, p. 65-104, 1999.

SUÁREZ, Mireya et al. *Gestão local e desigualdades de gênero* Brasília: Agende, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos* Rio de Janeiro: Campus, 1992

GÊNERO nas administrações: desafios para prefeituras e governos estaduais. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2000

HITA, Maria Gabriela. "Gênero, ação e sistema: a reinvenção dos sujeitos". *Lua Nova*, n. 43, p.109-131, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	LIBRAS	30	30	4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Introduzir o aluno ouvinte à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Conteúdos básicos de LIBRAS: expressão corporal e facial. O alfabeto manual. Soletração de nomes. Sinais de nomes próprios. Os surdos como uma minoria lingüística. A educação de surdos no Brasil. Políticas Curriculares para a Educação de Surdos: as adaptações curriculares nacionais. Experiências Educacionais Bilíngües no Brasil e no mundo

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Libras
2. Aquisição de vocabulários;
3. Filosofias da educação de surdos;
4. Aspectos linguísticos da Libras: fonética, morfologia e sintaxe.
5. Inclusão social e Cultura surda;
6. Tipos de frases em libras;
7. Pronomes demonstrativos e advérbios em Libras
8. Pronomes pessoais, possessivos e interrogativos em Libras
9. Adjetivos em Libras

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, Lei Nº 10.436/2002 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.doesp.net/federal.html>>. Acesso em: 06 de jul. 2014.

QUADROS, R. M. e STUMPF, M. R. (orgs). Estudos Surdos IV. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2008. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/site/ebook/detalhes/16>

ALBRES, Neiva de Aquino; XAVIER, André Nogueira (organizadores). Libras em estudo: descrição e análise. São Paulo: FENEIS, 2012. 145 p.: 21cm – (Série Pesq

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBRES, Neiva de Aquino (organizadora). Libras em estudo: ensino-aprendizagem. São Paulo: FENEIS, 2012. 159 p.: 21cm – (Série Pesquisas). Disponível em https://libras.ufsc.br/wp-content/uploads/2019/09/2012-04-ALBRES_LIBRAS_ens_apr.pdf

ALBRES, Neiva de Aquino; NEVES, Sylvia Lia Grespan (organizadoras). Libras em estudo: formação de profissionais. São Paulo: FENEIS, 2014. 155 p.: 21cm. Disponível em https://libras.ufsc.br/wp-content/uploads/2019/09/2014-ALBRES-e-NEVES_LIBRAS_Form_profissionais.pdf

MIRANDA, Theresinha, et al. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. Disponível em: <http://www.galvaofilho.net/noticias/livro.htm>

INSTITUTO ABCD. Guia para Escolas e Universidades sobre o aluno com dislexia e outros transtornos de aprendizagem. <https://www.dislexclub.com/wp-content/uploads/2017/10/Guia-para-Escolas-e-Universidades-sobre-o-aluno-com-dislexia.pdf>

MEDEIROS, Thayris, et al. Acessibilidade de pessoas com deficiência visual nos serviços de

saúde. Revista enfermagem UERJ, Rio de Janeiro, 2017; 25:e11424.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐	OBRIGATÓRIO	☒	ELETIVO
--------------------------	-------------	-------------------------------------	---------

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	RELAÇÕES TRABALHISTAS	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Natureza e classificação do trabalho (autônomo, temporário, eventual, subordinado). Cargo de confiança. O contrato de trabalho: partes, sucessão de empregadores, formalização, duração, suspensão, interrupção, rescisão. Aviso prévio, fgts, "justa causa". Normas, sanções disciplinares e abuso do poder do empregador. O trabalho da mulher e do menor. A reclamação trabalhista. Organização da justiça do trabalho. Convenção coletiva de trabalho. O dissídio coletivo. Julgamento de dissídios e greves. Salário: remuneração, salário, salário-mínimo, salário-família, salário profissional, pagamentos, vencimentos, adicionais de salário, incorporação e não incorporação. Legislação sindical.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRINCÍPIOS DE DIREITO DO TRABALHO Princípio da proteção

Aplicação da norma mais favorável

Princípio da condição mais benéfica

Princípio do in dubio pro misero Princípio da irrenunciabilidade Princípio da continuidade da relação de emprego Princípio da primazia da realidade

FONTES, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO Fontes materiais e formais Constituição Leis Sentença normativa Convenções e acordos coletivos Regulamentos de empresa Cláusulas contratuais Jurisprudência Usos e costumes Analogia e equidade Aplicação do direito do trabalho Interpretação das normas trabalhistas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOTTSCHALK, Elson; PINTO, Jose Augusto Rodrigues. Curso de direito do trabalho. Constituição. 16. ed. / rev. e aum. por Jose Rod. Rio de Janeiro: Forense, 2000. xiv, 690 p. ISBN 8530908295 (broch.).

CAMPANHOLE, Adriano, 1912-.; CAMPANHOLE, Hilton Lobo, 1944-.. [Consolidacao das leis do trabalho] Consolidacao das leis do trabalho e legislacao complementar. 71a ed., textos revistos e atualizados. -. Sao Paulo: Atlas, 1986.. 1115p.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 9. ed. São Paulo: LTr, 2010. 1373 p. ISBN 9788536114781 (broch.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SUSSEKIND, Arnaldo. Curso de direito de trabalho. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. 643 p. ISBN 9788571477766 (enc.). Constituição Federal atualizada

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense: modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 32. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2011. 834 p. + 1 CD-ROM ISBN 9788522458110 (broch.).

MALTA, Christóvão Piragibe Tostes. Prática do processo trabalhista. 5.ed. rev. e atual. -. Rio de Janeiro: Ed. Trabalhista, [19--].. 585p.

SARAIVA, Renato. Curso de direito processual do trabalho. 8.ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2011. 986 p. ISBN 9788530933944 (broch.).

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 1469 p. ISBN 9788502110168 (enc.).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	RELAÇÕES SINDICAIS	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Ementa o sindicato. A organização sindical no mundo. A história do sindicalismo no brasil. Problemas atuais de relações trabalhistas no brasil. Os objetivos da negociação. O processo da negociação coletiva. A greve. Técnicas de negociação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O SINDICATO

1.1. Funções

1.2. As Fontes de atração do sindicato

1.3. A organização interna do sindicato

1.4. O impacto do sindicato na vida da empresa.

2. A ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO MUNDO

2.1. O sindicalismo em alguns países europeus: Inglaterra, Itália, França e Alemanha.

2.2. O sindicalismo nos Estados Unidos.

3. A HISTÓRIA DO SINDICALISMO NO BRASIL

3.1. O período mutualista

3.2. O período de desenvolvimento

3.3. O período de consolidação

3.4. O período legalista

3.5. O período de transição

3.6. O período oficial

3.7. O período populista

3.8. O período revolucionário

3.9. O período do novo sindicalismo

4. PROBLEMAS ATUAIS DE RELAÇÕES TRABALHISTAS NO BRASIL

4.1. O problema da participação do governo nas negociações

4.2. O problema da representação trabalhista na empresa

4.3. O problema da organização da função encarregada das relações trabalhistas

4.4. O problema da indiferença das empresas

5. OS OBJETIVOS DA NEGOCIAÇÃO

5.1. Definição de objetivos levando em consideração eficiência, eficácia, viabilidade e precauções.

5.2. Definição de padrões de desempenho levando em consideração as políticas e estratégias da empresa.

6. O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA

6.1. Preparação (etapas preliminar, de planejamento e de aproximação)

6.2. Ação - etapas de discussão e encerramento

7. A GREVE

7.1. Função

7.2. Causas

7.3. O impacto econômico da greve

8. TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO

8.1. Os fundamentos da negociação (definição de objetivos; administração da informação; apresentação de Argumentos e de alternativa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FONSECA, Maria Hemília. Departamento pessoal: relações trabalhistas e sindicais . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009. xiii, 143p. ISBN 9788573937824 (broch.).

CARVALHO NETO, Antonio Moreira de.; CARVALHO, Augusto Alves de.. Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90 / Organizadores Antonio Moreira de Carvalho Neto, Ricardo Augusto Alves de Carvalho. -. Belo Horizonte: SEGRAC, 1998.. 399 p. ISBN (broch.).

PINTO, Jose Augusto Rodrigues. Direito sindical e coletivo do trabalho. São Paulo: LTr, 1998. 421 p. ISBN 8573224991 (broch.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOBOS, Júlio. Sindicalismo e negociação. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985.. xi, 345p. - ((Colecao gerencia e administracao. Serie democracia industrial ; 2)) ISBN 85-03-00057-1 (broch.).

TOLEDO, F. de. Recursos Humanos, crise e mudança. São Paulo, Atlas, 1988.

SCORSATO, Aparecido C.. Manual de relações sindicais. São Paulo: STS, 1990.. 47 p.

RUPRECHT, Alfredo.; FERRARI, Irany. Relações coletivas de trabalho. São Paulo: Ltr, 1995. 1013 p. ISBN 8573220481 (enc.).

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza.; RAMALHO, José Ricardo. Terceirização diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: Hucitec, 1994.. 237p. ISBN 85-271-0255-2 (broch.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	Política e Gestão em Ciência e Tecnologia	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos s C.H.	
----------------	--	---------------	--	-------------------	--

EMENTA

O estudo das políticas e de gestão em ciência. Tecnologia e inovação na sociedade e sua internalização na estratégia das organizações de pesquisa e empresariais como elementos ativos do processo Administrativo e de gerenciamento, de modo a induzir uma cultura organizacional favorável à Mobilização e à aplicação sistemática do conhecimento científico à produção econômica e ao bem-estar Social, identificando e coordenando a melhor exploração das oportunidades inovadoras.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 1 Diferença entre Ciência e Tecnologia.

Unidade 2 A Formação do Cientista

Unidade 3 Valores Sociais da Ciência e da Tecnologia

Unidade 4 Hélice Tríplice - Universidade, Indústria e Governo.

Unidade 5 Seminários sobre temas contemporâneos que abordem as questões relacionadas com o programa da disciplina

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede – volume 1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

BAUGARTEN, M. A Era do Conhecimento - matrix ou ágora? Porto Alegre/Brasília: UFRGS/UNB, 2001.

ETZKOWITZ, H. hélice Tríplice: universidade-indústria-governo - inovação em movimento. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PORTOCARRERO, V. Filosofia, História e Sociologia das Ciências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

PRICE, D. S. A Ciência desde a Babilônia. São Paulo: EDUSP, 1976.

GORZ, ANDRÉ (2005). O Imaterial – conhecimento, valor e capital. São Paulo, Annablume.

UTTERBACK, James M. Dominando a Dinâmica da Inovação. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

DAGNINO, Renato e THOMAS, Hernán. Panorama dos Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade na América Latina. Taubaté: Cabral Editora, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	RELAÇÕES ESTADO-EMPRESA	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Interfaces da empresa com o estado, especialmente órgãos executivos, no papel de compradores de bens e serviços, fornecedores de insumos e bens de infraestrutura, e como reguladores legais da atividade empresarial. Aspectos operacionais e institucionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Os princípios constitucionais que definem a atuação da empresa privada e suas relações com o governo.
- Os insumos públicos no sistema produtivo privado.
- Os planos e orçamentos como instrumentos de informação sobre a ação do governo, com vistas a decisões empresariais de investimento.
- Mecanismos de financiamento e subsídio públicos, especialmente para o desenvolvimento da região.
- Mecanismos Federais de controle, Monopólios, Oligopólios, Dumping e outras formas de concorrência desleal.
- Mecanismos de Arrecadação e Fiscalização do Governo.
- Os procedimentos de compras do governo (informações de interesse do empresário). - Política e interesses empresariais junto ao governo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- SLOMSKI, Valmor. Governança corporativa e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2008. xii, 198 p. ISBN 9788522450404 (broch.).
- PESSOA, Fernando; NEVES, Joao Alves das, 1927-. Estatização, monopólio, liberdade e outros estudos sobre economia e administração. São Paulo: Giordano, 1992. 185 p.
- OSBORNE, David.; GAEBLER, Ted. Reinventando o governo: Como o espírito empreendedor esta transformando o setor público. 9.ed. Brasília: MH Comunicação, 1997. xix, 436 p.
- MORAES, Antonio Carlos Flores de. O estado gestor e a cidadania. Salvador: Jam jurídica, 2012. 385 p. ISBN 9788560590025 (broch.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação popular: proteção do erário, do patrimônio público, da moralidade administrativa e do meio ambiente. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: R. dos Tribunais, 2003. 342 p. (Controle jurisdicional dos atos do Estado ;1) ISBN 8520324215 (broch.)
- PEREIRA, Luiz C. Bresser. Estado e subdesenvolvimento industrializado: esboço de uma economia política periférica. São Paulo: Brasiliense, 1977. 420p.
- MARCELINO, Gileno Fernandes, 1938-; Fundação Centro de Formação do Servidor Público (Brasil). Governo, imagem e sociedade. Brasília: FUNCEP, 1988.. 175p. ((Coleção de administração publica)) ISBN 85-256-0031-8 (broch.)..
- TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. xvii, 442 p. ISBN

9788522455140 (broch.).

BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto. Responsabilidade social das empresas: práticas sociais e regulação jurídica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. xix, 293 p. ISBN 8573877952 (broch.).

BRASIL. [Código comercial (1850)]... Código comercial: Código civil (excertos) ; Legislação empresarial ; Constituição Federal . 13. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: R. dos Tribunais, 2008. 831 p. ((RT Codigos))

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	ANÁLISE ADMINISTRATIVA	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Compreensão das técnicas de análise administrativa aplicadas nas organizações, uma abordagem prática da racionalização e simplificação das ações organizacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1.A Função Administrativa de Organizar: situações em que se aplica, princípios e elementos.
- 2.Composição Organizacional e sua Estruturação. Análise de Estruturas Organizacionais: variáveis de que depende, técnicas e cuidados. Técnicas de Representações Estruturais.
- 3.Racionalização e Simplificação de Trabalho. Técnicas e Processos de Racionalização e Simplificação de Tarefas e de Fluxos.
- 4.Estudo de Tempo e Movimento. O tempo dos Executivos. Administração do Tempo e de Conflitos. As Variáveis de Movimento nas Ações Organizacionais.
- 5.As Técnicas de Padronização. Análise de Rotinas de Trabalho. Normatização das Ações Organizacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARAUJO, Luis Cesar G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011. v. ISBN 9788522463756 (broch.).
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 19.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 484 p. ISBN 9788522458929 (broch.).
- ARAUJO, Luis Cesar G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2010. v. ISBN 9788522459117 (v.2 : broch)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- PERROW, Charles B.; SCHWARTZ, Sonia Fernandes. Análise organizacional um enfoque sociológico. São Paulo: Atlas, 1981, c1970. 225p.
- GENARI, Breno.; Fundação Getúlio Vargas. Uma análise de sistemas administrativos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações. 174p. ((Cadernos de administração pública. Organização e métodos; 67))
- ADDISON, Michael E. Fundamentos de organização e métodos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1973.. 245p. ((Biblioteca de ciências da administração).)
- FRITZ, Robert. Estrutura e comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira, c1997. 166 p. ISBN 8522100829 broch.)SOBOLL, Lis Andréa Pereira. Assédio moral/organizacional: uma análise da organização do trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. 238 p. ISBN 9788573966107 (broch.).
- ALVES, Sergio. As organizações e sua administração no Brasil: elementos de análise organizacional . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1990.. 261 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	CULTURA ORGANIZACIONAL	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Discutir questões práticas e teóricas relativas à totalidade do complexo organizacional, sem exclusão de nenhuma das metáforas (mecânica, orgânica ou simbólica), que podem ser utilizadas para a sua interpretação, enfatizando os aspectos relacionados à cultura e ao desempenho da máquina pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Organização e cultura
2. Organização: natureza e dinâmica
3. Cultura: singularidade e interdisciplinaridade
4. Cultura organizacional: conceituação e definição de termos
5. Cultura organizacional e mecanismos de mediação
6. Cultura e desempenho organizacional
7. Culturas nacionais e corporativas
8. Mudança na cultura organizacional
9. Edoculturação
10. Cultura e integração interna
11. Cultura e adaptação externa
12. Avaliação da cultura existente
13. Concepção de modelo de referência cultural (cultura desejada).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

WOOD JÚNIOR, Thomaz (Coord.). Mudança organizacional: liderança, competitividade, teoria do caos, recursos humanos, logística integrada, inovações gerenciais, cultura organizacional, arquitetura organizacional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. xiii, 328 p. ISBN 9788522455775 (broch.).

BRISOLA, Alberto Borges.; WOOD JÚNIOR, Thomaz. Mudanca organizacional: aprofundando temas atuais em administracao de empresas; qualidade, teoria do caos, mudancas radicais, recursos humanos, inovacao em gestao, cultura organizacional. São Paulo: Atlas, 1995.. 260 p. ISBN 85-224-1343-6 : (broch.)

CURVELLO, João José Azevedo. Comunicação interna e cultura organizacional. São Paulo: Scortecci, 2002. 115 p. ISBN 8573727454(broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TOMEI, Patricia Amelia; BRAUNSTEIN, Marcelo Lomacinski.. Cultura organizacional e privatização: a dimensão humana . São Paulo: Makron Books, 1993. 94p. ISBN 85-346-0142-9 : (Broch.)

MEDEIROS FILHO, Benedito Cabral. Revolução na cultura organizacional. São Paulo: STS, 1992.142 p.

CARVALHO, Cristina Amélia (Org). Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003. 363 p. ISBN 8573153288 : (broch.).

SCHEIN, Edgar H. Cultura organizacional e liderança. São Paulo: Atlas, 2009. x, 413 p. ISBN 9788522454976 (broch.).

FREITAS, Maria Ester de. Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos . São Paulo: Makron Books, c1991.. 140p..

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	História das Ideias Políticas	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

O estudo da História Social e Política: dimensões e problemas. Processos formadores do mundo contemporâneo: as dimensões do processo capitalista. Classes sociais e conformações do processo político: O estudo do Estado e dos processos revolucionários. Imperialismo, colonização e guerra. Ásia, África e América Latina: presença capitalista e mudanças sociais e políticas. O processo socialista: revoluções do século XX

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução à disciplina: A produção social das ideias.
2. Problemas teórico-metodológicos no estudo da História social e política e suas contribuições na compreensão do mundo contemporâneo.
3. A formação do mundo contemporânea e as "metamorfoses" no campo das ideias políticas.
4. A dimensão política: do Estado Absolutista ao Estado liberal burguês
5. A ideia de revolução: Séculos XVIII e XIX
6. A ideia de revolução e movimentos sociais: Séculos XVIII e XIX
7. Ideologia, imperialismo e colonialismo
8. As revoluções do século XX
9. Da Guerra Fria ao fim do socialismo real
10. Mudanças sociais e políticas no tempo presente

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. SP: Cia. Das Letras, 1999.

RÉMOND, René (Org.) Por Uma História Política. RJ: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2003, 2a. Ed.

CARDOSO, Cira Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. RJ: Ed. Campus 1997, Y. Ed.-

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITO, Adriano Naves e HECK, José N. (Org.) Ética e Política. Goiânia: Ed. UFG., 1997.

MARQUES, Adhemar et al. História Contemporânea através de textos. SP: Contexto, 1994, 3a. Ed.

BEER, Max. História Do Socialismo E Das Lutas Sociais. SP: Editora Expressão Popular, 2006.

ARENDT, Hannah, Origens Do Totalitarismo: Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. SP.: Cia. Das Letras, 1998.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Evelyne. História das idéias políticas. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	Relações Internacionais	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

O curso de Relações Internacionais tem por objetivo iniciar o aluno no debate teórico da área bem como estabelecer contato com os principais temas contemporâneos das Relações Internacionais

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 - As Relações Internacionais: Conceito e Maturidade da Disciplina
- 2 - As Teorias no Estudo das Relações Internacionais
- 3 - Sistema, estrutura, agente e teoria das relações internacionais
- 4 - O ambiente físico e social: a construção da realidade
- 5 - As teorias clássicas do conflito e da guerra

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DOUGHERTY, James e PFALTZGRAFF, Robert. *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*. Gradiva, Lisboa, 2001.
- NOGUEIRA, João Pontes, MESSARI, Nizar, *Teoria das Relações Internacionais*, Elsevier/Campus, Rio de Janeiro, 2005.
- SEITENFUS, Ricardo, *Relações Internacionais*, Editora Manole, São Paulo, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Mercosul no contexto regional e internacional*, Edições Aduaneiras, São Paulo, 1993.
- ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. *Introdução às relações internacionais*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.
- BANDEIRA, Moniz, *O Estado nacional e política internacional na América Latina*, Editora da UnB, Brasília, 1993.
- CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo, *A política externa brasileira (1822-1985)*, Editora Ática, São Paulo, 1986.
- DEVETAK, Richard, BURKE, Anthony, GEORGE, Jim, *An Introduction to International Relations*, Cambridge University Press, Cambridge, 2012.
- DEUTSCH, Karl, *Análise das relações internacionais*, Editora da UnB, Brasília, 1978. HALLIDAY, Fred, *Repensando as relações Internacionais*, Editora da UFRGS, Porto Alegre, 1999.
- HOFFMANN, Stanley H., *Teorias contemporaneas sobre las relaciones internacionales*, Editorial Tecnos, Madrid, 1963.
- JACKSON, Robert, SORENSEN, Georg, *Introdução às Relações Internacionais*, Zahar, Rio de Janeiro 2013.
- KEOHANE, Robert, NYE JR., Joseph, *Poder e interdependência na era da informação*, Foreign Affairs (edição brasileira / Gazeta Mercantil), nº 24, Setembro 1998.
- NOGUEIRA, João Pontes, MESSARI, Nizar, *Teoria das Relações Internacionais*, Campus, São Paulo, 2005.
- THORSTENSEN, Vera, *Tudo sobre Comunidade Européia*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1992.
- WENDZEL, Robert L., *Relações internacionais*, Editora da UnB, Brasília, 1977. WIGHT, Martin, *A política do poder*, Editora da UnB, Brasília, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	Comportamento Político	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Modelos psicológico, sociológico e racional de explicação do voto; Cultura política; Partidarismo; Pós-materialismo; Voto econômico. Abordagens metodológicas para o estudo do comportamento eleitoral. Debates teóricos contemporâneos sobre a decisão do voto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: Estudos fundamentais

- Cultura política;
- Modelo psicológico de explicação do voto;
- Modelo sociológico de explicação do voto;
- Modelo racional de explicação do voto

UNIDADE II: Debates contemporâneos

- Partidarismo
- Ideologia
- Pós-materialismo
- Voto econômico
- Personalização da política
- Emoções

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BABBIE, Earl R. (1999) Métodos de pesquisas de survey. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG

CAMPBELL, Angus, Converse, Philip, Miller, Warren and Stokes, Donald (1960) The American Voter. Chicago, The University of Chicago Press.

Converse, Philip. "Os sistemas de crenças". Em F. H. Cardoso e C. E. Martins (orgs.). Política e sociedade. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979, Vol. 2, (pp. 144-151).

DOWNS, A. (1999). Uma teoria econômica da democracia. São Paulo, Edusp.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. 1991. A Decisão Do Voto: Democracia E Racionalidade. São Paulo: Editora Sumaré.

LIPSET, Seymour M. ([1959] 1967) O Homem Político. Rio de Janeiro, Zahar Editores

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. (1989). The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations. Newbury Park: Sage Publications

AYERO, Javier (2011) "Vidas e Política das Pessoas Pobres - as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo", Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 28

CERVI, Emerson U. (2010), Opinião Pública e Comportamento Político. Curitiba: Editora IBPEX

DALTON, Russell and Anderson, Christopher, Eds., (2011). Citizens, Context, and Choice - How Context Shapes Citizens" Electoral Choices. Oxford, Oxford University Press.

INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian. (2009), Modernização, Mudança Cultural e Democracia: A sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Editora Francis / Verbena

Editora.

KUSCHNIR, Karina (2000) O Cotidiano da Política. Ed Jorge Zahar, Rio de Janeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Estudar os principais conceitos norteadores das Teorias de Integração Regional a fim de abordar a problemática de Integração Regional do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da União Europeia e de outros Processos de Integração Regional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Globalização vs. Integração.

Teoria da Integração Regional: Neo-funcionalismo, Intergovernamentalismo Liberal e Realismo.

O caso da União Europeia: questões históricas e contextuais.

O caso da União Europeia: questões político-institucionais.

O caso do MERCOSUL: questões históricas e contextuais.

O caso do MERCOSUL: questões político-institucionais.

Outras experiências de Integração Regional

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARCY, François, União Européia – instituições, políticas e desafios, FKA, Rio de Janeiro, 2002.

ALMEIDA, Paulo Roberto de, O Mercosul no contexto regional e internacional, Edições Aduaneiras, São Paulo, 1993.

FAWCETT, Louise, HURRELL, Andrew, Regionalism in World Politics, OUP, Oxford, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEDEIROS, Marcelo de Almeida, LIMA, Marcos Costa, REIS, Rossana Rocha, VILLA, Rafael Duarte (orgs.), Clássicos das Relações Internacionais, Hucitec, São Paulo, 2010.

DABENE, Olivier, The Politics of Regional Integration in Latin America: Theoretical and Comparative Explorations, Palgrave, NovaYork, 2009.

HIX, Simon, The Political System of the European Union, Palgrave, New York, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	POLÍTICA EXTERNA	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Principais teorias referentes à política externa e diplomacia. Relação entre teorias das R. I. e a política externa. Teorias recentes de política externa, tendo como enfoque o Brasil, a América Latina e do Sul. Pensamento e processo de desenvolvimento da política externa brasileira nas suas várias facetas contemporâneas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Análise de Política Externa
Teorias Psicológicas e Culturais
Burocracia e tomada de decisões
Como estudar Política Externa hoje e no Brasil?

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARON, Raymond. Curso de introdução as relações internacionais. Brasília, UNB, 1983.
CERVO, A. L.; BUENO, C. História da Política Exterior do Brasil. São Paulo: Ática, 1a. ed., 1992.
Brasília: EDUnB/Ibri, 2a. ed., 2002.
LAMPREIA, Luis Felipe. Diplomacia brasileira palavras, contextos e razões. Rio de Janeiro, ed. Lacerda, 1999.
SKIDMORE, T. O Brasil visto de fora. Paz e Terra Ed

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, P. R. A Grande Mudança, Consequencias Economicas da Transição Política no Brasil. CODEX: 2003.
ALBUQUERQUE, José Guilhaon. Instituição e poder a análise concreta das relações de poder nas instituições. Rio de Janeiro, Gradil, 1986.
AMADO, Gilberto. (Série-coleção relações internacionais) ,discursos, ensaios e conferências. Rio de Janeiro ,ed.J.Olympio,1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	HISTÓRIA DO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Introdução a temas básicos do pensamento político e social brasileiro. Familiarização com as obras de seus mais importantes autores do século XX. Divisão do curso em três partes: 1) introdução ao pensamento político e social brasileiro; 2) história e sociedade na "geração de 1930"; 3) Florestan Fernandes e a última grande "interpretação do Brasil"

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1º Módulo: A questão do Desenvolvimento

1.1. Celso Furtado (Formação Econômica do Brasil)

1.2. Florestan Fernandes (A Revolução Burguesa no Brasil)

1.3. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Rio de Janeiro, Zahar, 1970)

2º Módulo: A questão da Democracia

2.1. Francisco Weffort (Por que Democracia? São Paulo, Brasiliense, 1984);

3º Módulo: O Período Autoritário

4º Módulo: A redemocratização e a internacionalização

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro (cap. I). Tese de livre docência apresentada ao Departamento de Ciência Política da USP.

FAORO, Raymundo. "Existe um pensamento político brasileiro" in Existe um pensamento político brasileiro? São Paulo, Editora Ática, 1994.

WEFFORT, Francisco. Formação do pensamento político brasileiro. São Paulo, Editora Ática, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. ____ "A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a „escola paulista" in MICELI, Sérgio (org.). História das ciências sociais no Brasil. v. ii. São Paulo, Editora Sumaré, 1995.

BASTOS, Élide Rugai. "Pensamento social da escola sociológica paulista" in MICELI, Sérgio (org.). O que ler nas ciências sociais brasileiras 1970 – 2000. V. iv. São Paulo, Editora Sumaré, 2002.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. "As idéias estão em seu lugar" in Cadernos de debate, n. 1, 1976.

GOMES, Angela de Castro. "A dialética da tradição" in Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 13, 1990.

IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil. RJ: Civilização Brasileira.

MICELI, Sérgio. Intelectuais à brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 2002. Ática, 1977.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "Interpretações sobre o Brasil" in MICELI, Sérgio (org.). O que ler nas ciências sociais brasileiras (1970 – 1995). V. ii. São Paulo, Editora Sumaré, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	RELAÇÕES RACIAIS	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Analisar as condições sócio-históricas bem como as formações discursivas que têm posicionado a população negra em condições de subalternidade em relação à branca no contexto internacional e brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- a. Negritude, racismo e as condições das populações negras na diáspora
 - b. Relações raciais no contexto brasileiro
 - 1. Democracia racial
 - 2. Projeto UNESCO e a condição da população negra
 - c. Raça e classe na década de 1970 no Brasil
 - d. Movimentos de afirmação de identidade negra, processos políticos e novas subjetividades
- Políticas de reconhecimento, ações reparatórias e compensatórias

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan (1955). Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo. São Paulo: Anhembi.

CARVALHO, José Jorge de (2006). Inclusão Étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar Editorial.

CASHMORE, Ellis (2000). Dicionário de relações étnicas e raciais. São Paulo: Selo Negro

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FANON, Frantz (2008). Pele negra, máscaras brancas. Salvador: UDFBA.

FREYRE, Gilberto (2006). Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global.

GOMES, Nilma Lino (2006). Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo (2005). Racismo e Anti-Racismo no Brasil. Editora 34: São Paulo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
IN809	NEGROS E RELAÇÕES INTERÉTNICAS	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Através das conceituações das relações interétnicas analisa as relações das comunidades negras com a sociedade nacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I.	Introduzir e debater o conceito de etnia e seus associados como etnicidade, grupo étnico, etc.
II.	Correlacionar os conceitos de etnia e raça.
III.	Identificar o uso dos conceitos de etnia e raça na explicação de aspectos sociológicos dos descendentes africanos no Brasil.
IV.	Comentar políticas públicas nacionais ligadas à clivagem da raça e da etnia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: PORTUGAL, P. & STREIFF-FENART, J. Teorias da Etnicidade. São Paulo: EDUSP, 2004.

CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. Antropologia do Brasil: Mito, História, Etnicidade. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.

CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os Métodos da História: Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro: Graal, 1883.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARR, Edward Hallet. O que é História? Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CANTARINO, Carol. Nova Genética Desestabiliza Ideia de “Raça” e Coloca Dilemas Políticos. Brasília: Instituto Ciência Hoje (SBPC), 2006.

CAVALI-SFORZA, L L. Genes, pueblos y lengua. Barcelona: Crítica, 1997.

CAVALI-SFORZA, L L. & CAVALI-SFORZA, F. Quiéne somos? História de la diversidad humana. Barcelona: Crítica, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Fundamentos Históricos da Gestão Social na Revolução Industrial. Socialismo Utópico e suas contribuições para a Responsabilidade Social. Origens da Crise do Financiamento do Estado e seus desdobramentos no âmbito da gestão pública, empresarial e social. Gestão Social: aspectos conceituais e eixos de atuação no Brasil. Medidas Governamentais Brasileiras para a Gestão Social. Aspectos conceituais sobre Estado, Sociedade Civil, Terceiro Setor e Organizações da Sociedade Civil. Organizações da Sociedade Civil (OSC): Conceitos, Tipos e Características. Gestão de OSC: Desafios, Similaridades e Especificidades com a Gestão Empresarial. Formas de Gestão em OSCs: Autogestão, Co-gestão, Gestão Participativa. Estrutura Organizacional, Processos Decisórios e Instrumentos Gerenciais das OSC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Fundamentos Históricos da Gestão Social na Revolução Industrial
2. Socialismo Utópico e suas contribuições para a Responsabilidade Social
3. Origens da Crise do Financiamento do Estado e seus desdobramentos no âmbito da gestão pública, empresarial e social
4. Gestão Social: aspectos conceituais e eixos de atuação no Brasil
5. Medidas Governamentais Brasileiras para a Gestão Social
6. Aspectos conceituais sobre Estado, Sociedade Civil, Terceiro Setor e Organizações da Sociedade Civil
7. Organizações da Sociedade Civil (OSC): Conceitos, Tipos e Características. Gestão de OSC: Desafios, Similaridades e Especificidades com a Gestão Empresarial. Formas de Gestão em OSCs: Autogestão, Co-gestão, Gestão Participativa
8. Estrutura Organizacional, Processos Decisórios e Instrumentos Gerenciais das OSC

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. 2. ed. - Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

HUDSON, Mike. *Administrando Organizações do Terceiro Setor*. São Paulo: Makron Books, 1999. 309 p.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 6. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Cristina Amélia; SACHS, Tatiana Régine. A Internacionalização da Economia chega ao Terceiro Setor: as relações (de)pendentes entre as ONGs do sul e do norte. *Organizações e Sociedade: O&S*, Salvador, v. 8, n. 20, p.1-17, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 318 p.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil: no contexto da História Ocidental*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Perí- do
		Teórica	Prática			
	GESTÃO DE PROCESSOS	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Processos: conceitos, fluxogramas, tendências atuais em gestão de processos; Modelagem de processos: notação BPMN; Escritório de processos. Evolução da gestão de processos nas organizações públicas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte 1 - definições e conceitos fundamentais
Parte 2 - modelagem de processos
Parte 3 - racionalização de processos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAUJO, Luis César G; GARCIA, Adriana Amadeu; MARTINES, Simone. Gestão de processos: melhores resultados e excelência organizacional. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2011

BALDAM, Roquemar; VALLE, Rogerio; ROZENFELD, Henrique. *Gerenciamento de Processos de Negócios – BPM: uma referência para implantação prática*. Rio de Janeiro: Elsevier: 2014.

PAVANI JUNIOR, Orlando; SCUCUGLIA, Rafael. *Mapeamento e Gestão por Processos - BPM*. São Paulo: M. Books, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBARÁ, Saulo. Gestão por processos: fundamentos, técnicas e modelos de implementação: foco no sistema de gestão da qualidade com base na ISO 9000:2000. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

CAMPOS, André L. N. Modelagem de processos com BPMN. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2014

CRUZ, Tadeu. BPM & BPMS: Business Process Management & Business Process Management Systems. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Brasport, 2010.

LLATAS, Maria Virgínia (consult). OSM: organização, sistemas e métodos: uma visão contemporânea. São Paulo: Pearson Prentice hall, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	ANÁLISE INSTITUCIONAL	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

A conceituação da organização como entidade social. Estrutura organizacional. Cultura e poder nas organizações. Aprendizagem e conhecimento nas organizações. Mudança organizacional. Textos clássicos. Abordagens e temáticas contemporâneas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1.A construção Social da Realidade e as instituições
 - a.Conceito de instituição;
 - b.Elementos da vida da instituição: poder, grupo e subjetividade;
 - c.Instituições Totais e Disciplinares (Goffman e Foucault) e os processos de institucionalização
- 2.O movimento institucionalista, a auto-análise e a autogestão:
- 3.A análise das instituições concretas - Guilhon de Albuquerque
- 4.Outras perspectivas teórico-práticas e suas contribuições para a prática da Gestão nas instituições:
- 5.O discurso institucionalista - o instituinte e o instituído
- 6.A Instituição como instância imaginária
- 7.Especificidade e possibilidades de intervenção: roteiro padrão
- 8.Alguns campos de análise e de intervenção
 - a.Instituição Assistência Social
 - b.Instituição Saúde
 - c.Instituição Educação
 - d.Instituições Segurança Pública
 - e.Instituição Comunidade
 - f.Instituições Trabalho
 - g.Instituições Empresa/Mercado
 - h.Instituições Ciência e Tecnologia
 - i. Instituição Estado

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BAREMBLIT, Gregório. Compêndio de Análise Institucional e Outras Corrente - teoria e prática. 5. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora Instituto Félix Guattari, 2002, 214p. ISBN-13: 978-8585363352 (broch.)
- DOMINGUES, Adriana R. et al (Organizadores). Análise Institucional – perspectivas contemporâneas, teorias e experiências. São Paulo: Hucitec, 2019, 422p. ISBN 978-85-8404-165-7 (broch.)
- GUIRADO, Marlene. Psicologia Institucional. 2. ed. São Paulo: EPU, 2004. 87p. ISBN-13: 978-8512624600 (broch.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUIRADO, Marlene. A Análise Institucional do Discurso como analítica da Subjetividade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 216p. ISBN: 978-85-519-0461-9 (broch.)

LOURAU, René. A Análise Institucional. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, 325p. ISBN: 978-85-326-4700-9 (broch.)

ALBUQUERQUE, J. A. G. Metáforas da Desordem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 119p. (broch.)

BASAGLIA, Franco. A Instituição Negada. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1985, 326p. ISBN-13: 978-8570380258. (broch.)

BLEGER, José. Psico-Higiene e Psicologia Institucional. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1984, 138p. ISBN-13: 978-8573075090. (broch.)

LAPASSAD, Georges. Grupos, Organizações e Instituições. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, 338p. ISBN: 978-85-326-5244-7

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Sistema de saúde e organização da saúde pública. Redes de atenção à saúde, conceitos característicos, perfil, organização e regulação. Linhas de cuidado e suas especificidades. Planejamento e programação em saúde. Financiamento e contratualização de serviços de saúde. Diagnóstico e intervenções em sistemas locais

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte 1 - definições e conceitos fundamentais
Parte 2 - caracterização do sistema público de saúde
Parte 3 - SUS
Parte 4 - financiamento do SUS
Parte 5 - diagnósticos, intervenções e desafios
Parte 6 - política pública e saúde pública

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Vera Lúcia de Souza. Gestão da qualidade: ferramentas utilizadas no contexto contemporâneo da saúde. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2012. 200 p. ISBN: 9788589788977.
CHRISTENSEN, Clayton M; GROSSMAN, Jerome H; HWANG, Jason. Inovação na gestão da saúde: soluções disruptivas para reduzir custos e aumentar qualidade. Porto Alegre: Bookman, 2009. 421 p. ISBN: 9788577803934.
KUSCHNIR, Rosana Chigres; CHORNY, Adolfo Horácio; LIRA, Anilka Medeiros Lima e. Gestão dos sistemas e serviços de saúde. Florianópolis Brasília: Departamento de Ciências da Administração/UFSC CAPES/UAB, 2010. 180 p. ISBN: 9788579880568

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SPILLER, Eduardo Santiago. Gestão dos serviços em saúde. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. 172 p. (Gestão em saúde) ISBN: 9788522507603.
URIBE RIVERA, F. Javier; ARTMANN, Elizabeth. Planejamento e gestão em saúde: conceitos, história e propostas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. 161 p. (Temas em saúde) ISBN: 9788575414163
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Introdução à gestão de custos em saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 148 p. (Gestão e Economia da Saúde, 2) ISBN: 9788533420267.
SERRANO, Rossana Maria Souto Maior (org). Gestão em sistemas e serviços de saúde: abordagens temáticas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. 213 p. ISBN: 9788577456482.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Gestão dos sistemas educacionais e gestão das unidades escolares: conceitos, funções e princípios básicos. Arcabouço legal e normativo de financiamento da educação básica: LDB e FUNDEB. Levantamento e análise dos indicadores educacionais. Gestão da unidade escolar e papel do diretor na inovação da gestão educacional e aprendizagem do estudante. Estudos de casos aplicados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte 1 - definições e conceitos fundamentais

Parte 2 - arcabouço legal e normativo

Parte 3 - indicadores educacionais

Parte 4 - gestão da unidade escolar

Parte 5 - inovação na gestão educacional

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAVO, Ismael. *Gestão Educacional no Contexto Municipal*. 2. ed. Campinas: Alínea, 2014.

BROOKE, Nigel. *Avaliação da Educação Básica: A experiência Brasileira*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

BACICH, Lilian. *Metodologias ativas para uma educação inovadora*. São Paulo: Penso, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARCELINO, Maria de Fátima. *Conselho municipal de educação e ensino escolar: limites e perspectivas*. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2013.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação Já, municípios*. Contribuições para o debate de políticas educacionais no contexto das eleições de 2020.

INEP. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)*. Brasília: Inep, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	MÍDIA E REDES SOCIAIS	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Conceito de mídia. Mídia local e global. O papel da mídia na cultura brasileira. Panorama cultural e político atual. A identidade cultural: posicionamento, transitoriedade, formação e deformação. A música como suporte para as narrativas diaspóricas. O papel das mídias no âmbito das representações, manifestações culturais. Possibilidades e riscos dos discursos identitários na construção da subjetividade cultural e na redefinição de cidadania.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte 1 - definições e conceitos fundamentais

Parte 2 - mídia local e global

Parte 3 - O papel da mídia na cultura brasileira

Parte 4 - Panorama cultural e político atual

Parte 5 - O papel das mídias no âmbito das representações, manifestações culturais

Parte 6 - mídia e construção da subjetividade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002

FRANCO JUNIOR, Carlos F. *E-business na Infoera: o impacto da infoera na administração de empresas: internet e telecomunicação, comunicação multimídia digital, tecnologia e sistemas de informação*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006. 363 p. ISBN 8522443904 (broch.)

MENEZES, Jaileila de Araujo, ADRIÃO, Karla Galvão, RIOS, Luís Felipe. *Jovens, câmera, ação: reflexão sobre os usos dos dispositivos moveis de mídia em um projeto de mobilização social*. Recife, Editora da UFPE, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CEZAR, Layon Carlos. *Comunicação e marketing no setor público: diferentes abordagens para a realidade brasileira*. Brasília: Enap, 2019. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4279>

FIGUEIREDO, R. **Marketing Político e persuasão eleitoral**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2000.

OSBORNE, D. e GAEBLER, T. **Reinventando o Governo**. Brasília: MH Comunicação, 1998.

TORRES, Cláudio. **A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar**. São Paulo: Novatec, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐	OBRIGATÓRIO	☒	ELETIVO
--------------------------	-------------	-------------------------------------	---------

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	DIREITO AGRÁRIO	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Princípios do Direito agrário. Inserção no quadro geral do direito brasileiro. Reforma agrária. Estatuto da Terra. Função socioambiental da propriedade. Proteção do trabalho rural. Uso da terra. Conceito e espécies de imóvel rural. Da colonização no Brasil. Do INCRA. Do cooperativismo. Da tributação rural. Do crédito rural. Regime de terras no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Princípios do Direito agrário.
2. Inserção no quadro geral do direito brasileiro.
3. Reforma agrária. Estatuto da Terra.
4. Função socioambiental da propriedade rural.
5. Proteção do trabalho rural.
6. Conceito e espécies de imóvel rural.
7. Da colonização no Brasil e o papel do INCRA.
8. Do cooperativismo.
9. Da tributação e do crédito rural.
10. Regime de terras no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Paulo Guilherme. Aspectos jurídicos da reforma agrária no Brasil. São Paulo: LTr, 1990.

BELCHIOR, Germana Parente Neiva. Hermenêutica jurídica ambiental. São Paulo: Saraiva, 2011.

OPITZ, Oswaldo. Curso completo de Direito agrário. São Paulo: Saraiva, 2012.

PINTO FERREIRA, Luiz. Curso de Direito agrário. São Paulo: Saraiva, 1993.

SCAFF, Fernando Campos. Teoria geral do estabelecimento agrário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Lucas. Direito agrário na Constituição. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FERRETTO, Vilson. Contratos agrários. São Paulo: Saraiva, 2009.

MATTOS NETO, Antônio José de. Estado de Direito agroambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, Benedito Silvério. Tratado de usucapião. São Paulo: Saraiva, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☒	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	Estudos do Nordeste, Etnologia e Identidade	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Etnologia – conceito e perspectivas teóricas. A invenção do Nordeste. O papel desempenhado pela tradição na invenção do Nordeste. Territorialidade e identidade. A literatura de cordel, os escritores, a música e a arte na consolidação da identidade nordestina. Religião, ritual, terra e etnicidade. A cultura diacrítica e o jeito nordestino de ser.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Etnologia - conceito e perspectivas teóricas
2. A invenção do Nordeste
3. O papel desempenhado pela tradição na invenção do Nordeste
4. Territorialidade e identidade
5. A literatura de cordel, os escritores, a música e a arte na consolidação da identidade nordestina
6. Religião, ritual, terra e etnicidade
7. A cultura diacrítica e o jeito nordestino de ser

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MOTTA, F. C. P. e ALCADIPANI, R. (1999). Jeitinho Brasileiro, Controle Social e Competição. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, jan./mar. São Paulo, v. 39, n. 1. pp 6-12.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. (1996). *A Invenção do Nordeste*. São Paulo, Editora Cortez.

ARAÚJO SÁ, ANTÔNIO Fernando. (2023). *Sete Pontes para a (Des)Invenção do Nordeste*. Rio de Janeiro, Editora Telha.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELO NETO, José Francisco. **Extensão Universitária: uma análise crítica**. João Pessoa: Editora Universitária João Pessoa, 2001.

MELO NETO, José Francisco (Org.). **Extensão Universitária: diálogos populares**. Recife: Editora Universitária, 2002.

DE ARAÚJO, Juliana Pereira et al. **Metodologias ativas na extensão universitária: o sujeito como centro e norteador do processo**. *Blucher Education Proceedings*, v. 2, n. 1, p. 245-246, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Cód	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	SOCIOLOGIA	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos s C.H.	
----------------	--	---------------	--	----------------------	--

EMENTA

Modelo de análise sociológica. O social e a sociedade: estrutura social, mudança e continuidade, instituições, poder, estratificação e mobilidade. Estudo dos grupos nas organizações: continuidade, instituições, poder, estratificação e mobilidade. Estudo dos grupos nas organizações: interação, status, papéis e participação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Sociologia: origem, objeto e métodos. O surgimento da sociologia; A imaginação sociológica; Métodos de pesquisa;
2. Processos sociais básicos. Cultura, socialização e estrutura social; Interação e organização social;
3. Desigualdades Classes sociais; Raça e etnicidade; Sexualidade e Gênero;
4. Instituições. O que é uma instituição social; Economia e trabalho; Política e governo;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOUDON, Raymond (1993). Dicionário Crítico de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar.

MARTINS, Carlos Benedito (1982) O que é Sociologia. São Paulo: editora Brasiliense.

GIDDENS, Anthony (1984). Sociologia: uma breve, porém crítica introdução. Rio de Janeiro: Zahar.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERGER, Peter (1991). Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes.

BERGER, Peter; Berger, Brigitte (1994 a). "O que é uma Instituição Social?". Marialice M. Foracchi e José de Souza Martins (orgs), Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC editora.

BRYM, Robert et al. (2006). Sociologia sua bússola para um novo mundo. São Paulo, Thompson.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☒	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	Estudos do Nordeste, Etnologia e Identidade	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Etnologia – conceito e perspectivas teóricas. A invenção do Nordeste. O papel desempenhado pela tradição na invenção do Nordeste. Territorialidade e identidade. A literatura de cordel, os escritores, a música e a arte na consolidação da identidade nordestina. Religião, ritual, terra e etnicidade. A cultura diacrítica e o jeito nordestino de ser.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Etnologia - conceito e perspectivas teóricas
2. A invenção do Nordeste
3. O papel desempenhado pela tradição na invenção do Nordeste
4. Territorialidade e identidade
5. A literatura de cordel, os escritores, a música e a arte na consolidação da identidade nordestina
6. Religião, ritual, terra e etnicidade
7. A cultura diacrítica e o jeito nordestino de ser

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MOTTA, F. C. P. e ALCADIPANI, R. (1999). Jeitinho Brasileiro, Controle Social e Competição. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, jan./mar. São Paulo, v. 39, n. 1. pp 6-12.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. (1996). *A Invenção do Nordeste*. São Paulo, Editora Cortez.

ARAÚJO SÁ, ANTÔNIO Fernando. (2023). *Sete Pontes para a (Des)Invenção do Nordeste*. Rio de Janeiro, Editora Telha.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELO NETO, José Francisco. **Extensão Universitária: uma análise crítica**. João Pessoa: Editora Universitária João Pessoa, 2001.

MELO NETO, José Francisco (Org.). **Extensão Universitária: diálogos populares**. Recife: Editora Universitária, 2002.

DE ARAÚJO, Juliana Pereira et al. **Metodologias ativas na extensão universitária: o sujeito como centro e norteador do processo**. *Blucher Education Proceedings*, v. 2, n. 1, p. 245-246, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☐ OBRIGATÓRIO ☒ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	Teorias da Democracia	60		4	60	

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Discutir a ideia de democracia, através da exposição de suas mais relevantes formas de manifestação teóricas, desde os gregos até os nossos dias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução. A democracia grega. A democracia moderno-clássica (Rousseau e Mill). A democracia procedimental. A democracia participativa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GLOTZ, Gustave. A Cidade Grega. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988, 2ª ed.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. "Do Contrato Social ou princípios do Direito Político". In:
ROUSSEAU, Jean-Jacques. Rousseau. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1978.
MILL, John Stuart. Considerações sobre o Governo Representativo. Brasília: Editora

Universidade de Brasília, 1981.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Fundo de 1961.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BACHRACH, Peter. — Crítica de la Teoria Elitista de la Democracia. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

BOBBIO, Norberto. — O Marxismo e o Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOBBIO, Norberto. — Teoria das Formas de Governo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

BOBBIO, Norberto. — O Futuro da democracia — Uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

BRANDAO, Assis. — “Sobre a Democracia Participativa”. In: Serviço Social & Sociedade, nº 54. São Paulo: Cortez Editora, Julho 1997.

BRANDÃO, Assis (Francisco de Assis Brandão dos Reis). — O Conceito de Democracia em Bobbio. (Tese de Doutorado – UFMG – 2001).

CUNNINGHAM, Frank. — Teorias da Democracia. Porto Alegre: Artmed, 2009. DAHL, Robert. — Um Prefácio à Teoria Democrática. Rio de Janeiro: Zahar, 1989. DAHL, Robert. — Sobre a Democracia. Brasília: Editora UNB, 2001.

FINLEY, Moses. — Democracia – Antiga e Moderna. Graal: Rio de Janeiro, 1988. HELD, David. — Modelos de Democracia. Belo Horizonte: Editora Paideia, 1987. MIGUEL, Luís Felipe. — Democracia e Representação. — São Paulo: UNESP, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa, e AVRITZER, Leonardo. — “Para Ampliar o Cânone Democrático”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) — Democratizar a Democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 39-82.

SARTORI, Giovanni. — A Teoria da Democracia Revisitada. São Paulo: Ática, 1994. Vols. 1 e 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina	☐	Estágio
☐	Atividade Complementar	☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação	☐	Ação Curricular de Extensão

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO ☐ ELETIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária		Nº. de Créditos	C. H. Total	Período
		Teórica	Prática			
	Políticas Públicas	60		4	60	4º

Pré-requisitos		Correquisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Políticas públicas: tipologia, fontes de interesse e métodos de agendamento e análise. Tipos de Planejamento. Planos governamentais. Relação do governo "profissional" e o fornecimento de serviços. Opções para fornecimento de serviços públicos. Suplementação. Elaboração de desenhos para avaliação do impacto de políticas públicas. Desenvolvimento social com cidadania.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceitos de políticas públicas
- O campo de públicas
- Tipologias das políticas públicas
- Planos governamentais
- O serviço público
- Avaliação dos impactos das políticas públicas
- Cenários estratégicos e agenda pública
- Políticas públicas e cidadania

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas**. Brasília: Enap, 2018
 LOTTA Gabriela. **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019
 SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede – volume 1**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
 TENÓRIO, Fernando G. (2007). **Cidadania e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro, FGV; Ijuí, Editora Unijuí.
 NUNES, E. de O. [et.al.] (2007). **Agências Reguladoras e Reforma do Estado no Brasil – inovação e continuidade no sistema político-institucional**. Rio de Janeiro, Garamond

PARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE
 ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

HOMOLOGADO PELO COLEGIADO DE CURSO
 ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO OU ÁREA